



Luiz Feldman

O Brasil no Mundo e Vice-versa
O Estado em Casa-grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e
Raízes do Brasil

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João Franklin Abelardo Pontes Nogueira

Rio de Janeiro, março de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Luiz Feldman

O Brasil no Mundo e Vice-versa
Estado em Casa-grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Raízes
do Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Professor João Franklin Abelardo Pontes Nogueira
Orientador
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Professor Luiz de França Costa Lima Filho
Departamento de História – PUC-Rio

Professor Antônio Carlos Lessa
Instituto de Relações Internacionais – UNB

Professor Nizar Messari
Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Luiz Feldman

Luiz Feldman é bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Ficha Catalográfica

Feldman, Luiz

O Brasil no mundo e vice-versa: o Estado em Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos e Raízes do Brasil / Luiz Feldman ; orientador: João Franklin Abelardo Pontes Nogueira. – 2009.

166 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Pensamento social brasileiro. 3. Estado. 4. Gilberto Freyre. 5. Sérgio Buarque de Holanda. I. Nogueira, João Franklin Abelardo Pontes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

O que vai adiante não teria sido possível sem o apoio e o incentivo de mãe, pai, J. e R., bem como da companhia da B. A eles, referência de casa nas montanhas e companhia de desterro no litoral, esta dissertação é dedicada.

Os argumentos lançados aqui, não por suas deficiências e omissões, porém certamente pelo que tenham de valor, devem bastante a uma série de indivíduos e instituições. Quanto a estas, devo mencionar o ambiente de reflexão e amizade propiciado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, tanto por seus professores quanto por colegas de pós-graduação e funcionários. Agradeço ainda à CAPES (Ministério da Educação) pela bolsa de estudos e à Fundação Gilberto Freyre e ao Imagens-Arquivo Central/Siarq (Universidade Estadual de Campinas), respectivamente nas pessoas de Jamille Barbosa e Telma Murari, pela disponibilização de textos.

Passando aos indivíduos, a dívida na moldagem do que se segue é vária. Em primeiro lugar, junto a mestres de quem tive o privilégio de receber indicações, críticas e encorajamento: Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Jens Bartelson, João Pontes Nogueira, Luís Fernandes, Luiz Costa Lima, Maria Regina Soares de Lima, Nizar Messari, Paulo Esteves, Ricardo Benzaquen de Araújo, Robert Wegner e Silvana Seabra. No mesmo sentido, lembro o Dr. Dirceu Greco e o Emb. Everton Vargas. Ao longo de toda uma orientação ou no breve espaço de uma conversa, todos me atentaram às mais instigantes dimensões de temas à

frente discutidos, e onde não os desenvolvi a contento foi naturalmente pela insistência em não seguir suas recomendações.

Não foi menor, em segundo lugar, o privilégio do diálogo com vários colegas. Mais especialmente, Bruno Simões, Carlos Frederico Gama, Daniel Castelan, Dawisson Lopes, Diogo Dario, Frederico Bartels, Igor Vidal, João Vargas, Lucas Grassi Freire, Maíra Siman, Miguel Borba de Sá e Roberto Yamato foram bons companheiros e exigentes argüidores, enquanto Barbara Boechat foi minha incansável debatedora de plantão. Conteí também com o incentivo de Flávio Pedroso, José Bortoluci, Leonardo Ramos, Marta Moreno, Matias Spektor, Pedro Tarrisse e Victor Coutinho Lage, e com a ajuda sempre transcendente de Bernardo Moretzsohn, Guilherme Casarões e Guilherme Marques. Não finde a lista, em que alguns vão inominados, sem alusão à amizade com que Almir Sampaio, Ernesto Nunes e Orlando Pinto Coelho cercaram os estudos que desaguaram neste trabalho.

Finalmente, devo agradecer a Maria Alice Rezende de Carvalho pelos comentários tecidos a uma versão preliminar da introdução desta dissertação, apresentada no grupo de trabalho de pensamento social brasileiro do 32º encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; e a Gildo Marçal Brandão pelas críticas a uma versão preliminar do capítulo 3, apresentada em mesa do V Simpósio dos Pós-Graduandos em Ciência Política da Universidade de São Paulo.

Resumo

Feldman, Luiz; Nogueira, João Franklin Abelardo Pontes. **O Brasil no mundo e vice-versa**. Rio de Janeiro, 2009. 166p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O trabalho aproxima a disciplina de Relações Internacionais ao pensamento social brasileiro. O objetivo é compreender como três entre as principais obras sobre a formação do Brasil moderno empregam o conceito de Estado, e a hipótese geral é de que esse emprego entrelaça o Brasil à política mundial. *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, são analisados tendo-se em vista o modo como aplicam as distinções conceituais Estado-sociedade, Estado-exterior e passado-presente. Argumenta-se sobre as obras de Gilberto Freyre que a intensificação da presença do Estado no século XIX desestruturou um quadro de política mundial existente na Colônia, submetendo elementos orientais da paisagem social a um discurso civilizador e excludente, e constituindo uma nova sociedade que internaliza normas de europeização. Quanto à obra de Sérgio Buarque, argumenta-se que a coexistência de um ideal de enraizamento e de uma condição de desterro cria um entre-lugar de conflitos inconciliáveis na história do Brasil, em que a instituição de um Estado representativo é complicada pelas dificuldades que o passado recalcitrante coloca ao desenvolvimento de modernas instituições européias. Conclui-se que a aplicação das distinções conceituais nos três livros não apenas mobiliza um discurso de limites, como também aponta para alguns limiares espaciotemporais da presença do Brasil no mundo.

Palavras-chave

Relações Internacionais; Pensamento Social Brasileiro; Estado; Gilberto Freyre; Sérgio Buarque de Holanda

Abstract

Feldman, Luiz; Nogueira, João Franklin Abelardo Pontes (Advisor). **Brazil in the world and vice-versa**. Rio de Janeiro, 2009. 166p. MSc. Dissertation - Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The work brings together the discipline of International Relations and Brazilian social thought in order to attempt to understand the ways that three key works on the formation of modern Brazil deploy the concept of the state. Its general hypothesis is that the use of this concept intertwines Brazil with world politics. *The Masters and the Slaves* and *The Mansion and the Shanties* by Gilberto Freyre, and *Roots of Brazil* by Sérgio Buarque de Holanda are analyzed with reference to how conceptual distinctions between state and society, state and outside, and past and present are applied in each of them. With regard to Gilberto Freyre's works, it is argued that the increased presence of the state in the 19th century unravels a particular framing of world politics that held sway in the colonial period, subjecting Eastern elements of the social landscape to an exclusive discourse of civilization, and constituting a new society that internalizes Europeanization norms. With regard to the work of Sérgio Buarque, it is argued that the coexistence of an ideal of "rooting" (that is, of putting down roots) with a condition of uprooting creates an interstice of irreconcilable conflicts in Brazilian history, in which the founding of a representative state is hampered by the difficulties that a recalcitrant past poses to the development of modern European institutions. The work concludes that the enunciation of conceptual distinctions in the three books deploys a discourse of limits, while simultaneously suggesting some spatio-temporal thresholds of Brazil's presence in the world.

Keywords

International Relations; Brazilian Social Thought; State; Gilberto Freyre; Sérgio Buarque de Holanda

Sumário

1	Introdução	10
1.1	Relações Internacionais	10
1.2	Pensamento Social Brasileiro	16
2	O Estado em <i>Casa-grande & senzala</i> e <i>Sobrados e mucambos</i>	26
2.1	Tabuleiro de Gamão	27
2.1.1.	Exposição	27
2.1.2.	Análise	32
2.2	Competição de Sistemas	36
2.2.1.	Exposição	36
2.2.2.	Análise	46
2.3	Médicos, Juízes e Anglófilos	53
2.3.1.	Exposição	53
2.3.2.	Análise	66
2.4	Prudência e Potencialidade	77
2.4.1.	Exposição	77
2.4.2.	Análise	78
2.5	Conclusão	83
3	O Estado em <i>Raízes do Brasil</i>	85
3.1	Alma Comum	86
3.1.1.	Exposição	86
3.1.2.	Análise	93
3.2	Urbanização e Cordialidade	101
3.2.1.	Exposição	101
3.2.2.	Análise	109
3.3	Revolução Vertical	115
3.3.1.	Exposição	115
3.3.2.	Análise	121
3.4	Desterro	133

3.4.1. Exposição	133
3.4.2. Análise	135
3.5 Conclusão	141
4 Conclusão: Limites e Limiares do Conceito do Estado	143
5 Referências Bibliográficas	155

1 Introdução

1.1 Relações Internacionais

O tema deste trabalho é o emprego do conceito de Estado nos livros *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Desenvolve-se a hipótese de que o objeto de discurso desses livros, o Brasil, é enunciado como um país entrelaçado à política mundial. Embora se proponha a analisar CGS, SM e RB em função de todas as distinções dadas pelo conceito de Estado – às quais fará referência abaixo –, o trabalho vai situado no campo de pesquisa das Relações Internacionais devido a esse foco na distinção entre interior e exterior. Ao mesmo tempo, se o estudo do pensamento social brasileiro constituiu-se como uma área de fronteira perpassada pela contribuição das diversas ciências humanas (Brandão, 2007), a leitura de três obras caras a esse pensamento com base na reflexão de Relações Internacionais porventura justificará à presente dissertação a veleidade de estabelecer ainda um liame naquela área de estudo.

Trata-se, pois, de um trabalho na fronteira entre as Relações Internacionais e o pensamento social brasileiro. Coloca-se de saída a tarefa de definir a disciplina de Relações Internacionais, de modo a esclarecer como se configuraria sua contribuição. Evidentemente essa definição não pode passar de um brevíssimo esboço, dados os objetivos diversos estipulados para este trabalho. Portanto, sem remota pretensão de exaurir os elementos caracterizadores desse campo de conhecimento, o que se poderia afirmar como fundamental é a centralidade atribuída às relações entre Estados. Ilustrando com uma afirmação de Alexander Wendt, o autor que se erigiu em mais recente postulante à ortodoxia disciplinar (cf. Guzzini & Laender, 2006):

A disciplina de Relações Internacionais impõe alguns limites amplos a essas escolhas, e dentro de RI este livro se preocupa com Estados e com o sistema de Estados. Os Estados são os principais atores na regulação da violência organizada, o que é um dos problemas básicos da política internacional, e a estrutura do sistema de Estados é relativamente autônoma de outras estruturas do sistema internacional moderno, como a economia mundial, o que nos permite estudá-lo ao menos parcialmente em seus próprios termos (1999, p.193).

Nesse sentido, embora o construtivismo propugnado por Wendt (1999) reivindique a sucessão do antigo cânone disciplinar – o realismo – na qualidade de produtor de conhecimento científico sobre as relações internacionais, essa nova corrente não mostra plena disposição para rever um efeito crucial da centralidade do sistema de Estados na temática disciplinar. Fala-se na suprema importância conferida pelo realismo ao problema da guerra entre Estados, que tem por consequência a marginalização das abordagens que não se ocupem da explicação desse fenômeno supostamente fulcral do campo de pesquisa.¹ Este, o “disciplinamento da disciplina” (Smith, 2000), ao qual a justificativa que Wendt oferece para o foco no Estado e no sistema de Estados é tributária. Daí, inclusive, a afirmação de que o livro ao qual pertence a passagem citada acima “não é uma teoria da política internacional mas, visto de um ângulo reflexivo, uma teoria de como a política internacional é entendida dentro do campo diplomático clássico” (Guzzini & Laender, 2006, p.91).

A atestar a força do legado realista em certa – mas decisiva – medida incorporado pelo construtivismo, encontra-se uma avaliação publicada nos anos 1980 sobre a limitação dos debates norte-americanos de Relações Internacionais à “problemática da anarquia” (Ashley, 1995). Esta era definida como uma “conversação disciplinada” entre teóricos de variadas confissões em torno da ausência – por todos reconhecida – de um governo central do sistema de Estados soberanos, de que se derivavam dificuldades de cooperação entre as múltiplas unidades estatais, gerando uma condição sistêmica de anarquia cuja principal consequência era o risco onipresente do recurso à guerra.

¹ “O ponto não é que a guerra interestatal seja desimportante, longe disso, apenas que o modo como a disciplina estruturou os termos de seu debate alocou poder em seu interior para aquelas teorias focadas na guerra interestatal ou que ofereciam explicações para ela. É muito difícil questionar essa definição do fulcro da disciplina sem que se coloque *fora* da disciplina. Por isso, as abordagens que não partam tanto das relações *interestatais* quanto da *guerra* são axiomáticamente colocadas em posição defensiva relativamente a sua adequação na disciplina. Esse movimento teve enorme influência no processo pelo qual o *mainstream* tem dominado a disciplina” (Smith, 2000, p. 378).

O que se indaga diante desse quadro é como o pensamento social brasileiro poderia legitimar-se como objeto de estudo na área, bem como por que meio o conceito de Estado, conforme empregado nas Relações Internacionais, poderia ser de alguma valia nessa tentativa de contribuição aos estudos sobre o pensamento social. A “deferência à agenda estabelecida da política internacional”, adverte-se, “pode obstar ao reconhecimento de deslocamentos ou à consideração de conceituações alternativas” (Darby, 1998, p.16). Cumpre por isso reunir elementos que permitam divisar – novamente, de modo sumário – uma problemática adequada para abordar o pensamento social.

A legitimação do pensamento social como objeto de estudo das Relações Internacionais envolveria, portanto, uma reconsideração do descaso pela cultura e do foco exclusivo no que é formalmente político, dois fatores que, na proposta de Phillip Darby, evidenciam a necessidade de “alguma noção do ‘se tornar político’” (1998, p.15). Senão a centralidade das interações entre Estados, o entendimento das Relações Internacionais como o estudo dos “canais especiais” por meio dos quais se manifestariam essas interações, simbolizados pelo diplomata e pelo soldado (Aron, 2002, p.52), deveria ceder algum espaço para o estudo de uma dimensão menos formalizada da política. Para além dos rituais do campo diplomático e da preocupação com a iminência do conflito bélico, a teoria de relações internacionais poderia voltar-se a um campo “pré-internacional”, ligado ao “próprio processo de constituição do Estado como ator nas relações internacionais” (Fonseca Jr., 2004, p.120).

Esse movimento, permitindo uma pesquisa em Relações Internacionais aberta a temáticas como a história e a sociologia e por isso mesmo aproximando a disciplina do pensamento social, ainda não resolve as dificuldades colocadas pelo “imperialismo cognitivo” resultante da centralização das ciências sociais ao redor do conceito de Estado (Shapiro, 2004). Uma saída para essa clausura, à qual se poderia relacionar ao disciplinamento da gama temática à disposição do estudante de Relações Internacionais, estaria no reconhecimento de “formas de expressão política – modos alternativos de inteligibilidade para coisas, povos e espaços – que têm existido nas margens das práticas nacionais dos Estados” (Shapiro, 2004, p. xi). Mantendo-se aberto às possibilidades emanadas do reconhecimento dessas formas marginais de expressão, este trabalho insiste entretanto na valia do conceito de Estado para a pesquisa, tendo presente a importância do que seria

“sem dúvida a mais fundamental das questões políticas – como se fixa o significado da soberania estatal na teoria e na prática?” (Weber, 1995, p.3).

Indagar sobre a constituição do espaço e do tempo da política (internacional), com a disposição de acompanhar em vertente teórica as eventuais respostas, afigura-se já um ponto de partida mais adequado para a pesquisa, porquanto mais *reflexivo* do que problemáticas canônicas da área.² A ele se acrescentaria ainda o objetivo de compreender estudos sobre a forma estatal fora do contexto do “condomínio intelectual britânico-americano” no campo das Relações Internacionais (Holsti *apud* Thomas & Wilkin, 2004; Wæver, 1998). Isso se justifica em referência à importância atribuída aos *loci* de enunciação no pensamento sobre as Relações Internacionais (cf. Agnew, 2007; Tickner, 2003). Pode-se pesquisar como o traçado da modernidade política foi articulado, desarticulado ou rearticulado em um *corpus* textual proveniente de um espaço e de um tempo bastante diversos daquele que conforma a disciplina de Relações Internacionais (cf. Schmidt, 1998; Wight, 1966b). Nesse sentido, a conclusão identificará não apenas limites como também limiares do conceito de Estado. Enseja-se, antes de tudo, a exposição do moderno conceito de Estado, a ser precedida por esclarecimentos metodológicos sobre a leitura proposta de CGS, SM e RB.

Principie-se pelo entendimento, já proposto por Michel Foucault (2005a), de que um grupo de signos irrompe pelo ato individual de formulação de um autor, podendo adquirir uma modalidade específica de existência e tornando-se, sucessivamente, uma performance verbal e um enunciado, dotado de estrutura gramatical, configuração retórica e conjunto de conotações. Cada enunciado tem um espaço colateral, um espaço correlativo e um espaço complementar (Deleuze, 2006): no primeiro, o enunciado se relaciona com outros enunciados; no segundo, ele se relaciona com seus sujeitos, objetos e conceitos; e no terceiro, ele se liga a formações não-discursivas, como processos políticos e econômicos. Este trabalho

² É recomendável precisar a fonte ao falar-se em reflexividade em Relações Internacionais. No caso, remete-se, em grandes linhas, ao entendimento de Robert Cox sobre a teoria crítica. “[Ela é] reflexiva sobre o próprio processo de teorização: tornar-se claramente consciente da perspectiva que dá luz à teorização, e sua relação com outras perspectivas (...) Ela é crítica no sentido de que se coloca à parte da ordem prevaiente do mundo e pergunta sobre como essa ordem veio a se constituir. A teoria crítica, ao contrário da teoria solucionadora de problemas, não toma as instituições e as relações sociais e de poder como um dado, mas as coloca em questão ao

enfocará o espaço correlativo, referindo-se eventualmente ao espaço colateral. Assim procedendo, dispensa de seu arcabouço uma retórica da contextualização que subordina o texto ao contexto (LaCapra, 1983), preferindo enfatizar a produtividade dos textos, dada sua capacidade geradora de sentido (Shapiro, 2004). Sem se ocupar de uma história do referente (cf. Dreyfus & Rabinow, 1983, cap.3), o trabalho descreve as “performances de Brasil” realizadas textualmente.³ Vale isso dizer que se acompanhará a enunciação dos livros analisados aceitando pelo valor de face o seu conteúdo, o que todavia configura posição metodológica e não normativa, adotada para que se possa compreender os nexos internos a essa enunciação e apreciar em justa medida a contribuição daí haurida.

Pelo método aqui adotado, o espaço correlativo torna possível “definir [o]s objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (Foucault, 2005a, p.53, grifos suprimidos). Será necessário compreender como se modula a enunciação de CGS, SM e RB nos espaços correlativos que lhes são adjacentes, isto é, qual a “instância de diferenciação dos (...) objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo[s] próprio[s] enunciado[s]” (Foucault, 2005a, p.103). As instâncias de diferenciação que produzem objetos de discurso são grades de especificação presentes no campo de emergência dos enunciados a serem estudados, ou seja, sistemas que separam, opõem, associam, classificam e derivam objetos. Incidem sobre esses sistemas as referidas regras de formação que, no caso do conceito de Estado, fornecem três critérios para que se possa instanciar o Brasil como objeto de discurso.

Pode-se agora expor o conceito em questão. Como explica Jens Bartelson (2001), o conceito de Estado só pode ser empregado significativamente no discurso político se for individuado, em seu nível mais fundamental, por uma série de diferenças que, “em conjunto, constituem os limites da formulação moderna do problema da ordem política, ao predicarem a convergência harmoniosa entre autoridade e comunidade em duas distinções fundamentais” (Bartelson, 2001, p.12). A primeira dessas distinções é entre o tipo de ordem política existente

perscrutar suas origens e também como – e se – elas podem estar em processo de mudança” (Cox, 1984, p.261-262).

³ A expressão é confeccionada, em contexto próximo, por Oliveira (2004).

dentro dos Estados e o tipo de relação existente *entre* os Estados: ao passo que a primeira delas é fundada na possibilidade de ordem e de progresso histórico, a segunda é definida pela já mencionada problemática da anarquia, em que não se progride além das agruras morais do equilíbrio de poder. A segunda dessas distinções é entre o Estado e a sociedade interna, supostamente havendo a dominação desta por aquele. Apenas o Estado é tido como fonte de autoridade, pelo que se torna detentor de qualidades *políticas*, negadas ao conjunto de agentes que compõem a sociedade.

Não é apenas de fronteiras espaciais que dependem o Estado, a soberania e a cidadania, afirma Constantin Fasolt (2004). É preciso que esses elementos sejam temporalmente delimitados, pois são “categorias pelas quais declaramos nossa liberdade para transformar o presente e dar-lhe a forma que desejamos para o futuro (...) [O presente e o futuro] estão unidos em oposição ao passado” (Fasolt, 2004, p.6-7). Subjaz a essa distinção entre passado e presente a noção de autonomia moral do sujeito moderno, na medida em que ela o supõe, a esse sujeito, livre das tradições e soberano sobre seu destino. Nesse sentido, essa terceira distinção complementa as duas distinções vistas anteriormente, ligando-se a cada uma delas. Liga-se à distinção entre o interior e o exterior do Estado de vez que, como as teleologias da nação só podem ocorrer a partir da arquitetura do Leviatã (cf. Walker, 1995b), o sistema de Estados e sua precária *Realpolitik* não oferecem condições de progresso moral e, portanto, histórico. Assim, a superação do passado limita-se ao interior do espaço estatal. A oposição passado-presente liga-se ainda à distinção entre Estado e sociedade já que, quando se fala na dominação desta por aquele, deve-se ter presente que a soberania é franqueada ao Estado por uma suposta concessão do sujeito moralmente autônomo, condicionada pelo estabelecimento das “fundações transcendentais do uso livre, público e universalizante da razão pelo homem (...) como princípio fundamental da conduta do Estado, como objetivo das políticas do Estado e como a base de legitimação do Estado” (Ashley, 1995, p.107).

Em face do exposto, cabe concluir essa série de considerações ressaltando que a dimensão espaciotemporal do princípio da soberania do Estado fica melhor definida conceitualmente pelo acréscimo da distinção discutida por Fasolt àquelas apresentadas por Bartelson. Dessa forma, pode-se dizer que a clivagem entre passado e presente compõe, junto das clivagens entre o Estado e o exterior e entre

Estado e sociedade, as fronteiras da modernidade política (cf. Bartelson, 2001, p.14). Como se disse, esses são os três critérios a presidir o emprego do conceito moderno de Estado em seu molde por assim dizer canônico, contra o qual se fará a leitura das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. Especificando, com o benefício dessa apresentação conceitual, os termos da hipótese de trabalho lançada acima, pode-se fixar como objetivo desta pesquisa a *compreensão da constituição dos nexos Estado-externo, Estado-sociedade e passado-presente, bem como de seu inter-relacionamento, em CGS, SM e RB.*

1.2

Pensamento Social Brasileiro

Si no me equivoco, las heterogéneas piezas que he enumerado se parecen a Kafka; si no me equivoco, no todas se parecen entre sí. Este último hecho es el más significativo. En cada uno de esos textos está la idiosincrasia de Kafka, en grado mayor o menor, pero si Kafka no hubiera escrito, no la percibiríamos; vale decir, no existiría.

Jorge Luis Borges, Otras Inquisiciones.

Antes de dar largada à análise, se impõem algumas palavras sobre o pensamento social brasileiro (e sua eventual abertura às Relações Internacionais), a começar da escolha dos autores: por que Gilberto Freyre e Sérgio Buarque? A resposta a essa pergunta logo se mostrará insuficiente, apontando a necessidade de sua reformulação.

Em célebre prefácio a RB, datado de 1967, Antonio Candido escreve:

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco pra lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (2006b, p.235-236).

CGS e RB, publicados respectivamente em 1933 e 1936, bem como SM, publicado em 1936 como continuação de CGS,⁴ pertencem portanto à mesma quadra histórica do pensamento social.

Dentre as periodizações existentes, o próprio Candido (2006a) já repartiu a cultura brasileira entre as fases da “consciência amena de atraso” e a da “consciência catastrófica do atraso”. Situando na década de 1930 o momento de inversão das perspectivas, o autor (tomando de empréstimo discussão de Mário Vieira de Mello) associa a primeira fase à noção de “país novo”, prenhe de expectativas quanto ao progresso futuro da nação, e a segunda fase à noção de “país subdesenvolvido”, abalada pela miséria corrente e as dificuldades do progresso. Apreende-se melhor a emergência da “consciência catastrófica do atraso” no pensamento social do país por referência à mudança de ênfase do movimento modernista brasileiro dos anos 1920 na década seguinte.

De acordo com João Luiz Lafetá (2000), o foco inicial do modernismo na renovação estética, de que foram exemplo as rupturas na linguagem tradicional, como na poesia de Oswald de Andrade, ganha no decênio de 1930 uma predominância ideológica. Sem pressupor uma dissociação entre estética e ideologia, o argumento propõe ressaltar a politização do conteúdo do pensamento social na década de 1930: “preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate (...) trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente” (Lafetá, 2000, p.30). Ainda uma vez os apontamentos de sujeito-espectador de Candido:

Talvez essa radicalização ainda tenha sido mais nítida num certo sentido próprio daquela fase, que consistia em procurar uma atitude de análise e crítica em face do que se chamava incansavelmente a ‘realidade brasileira’ (um dos conceitos-chave do momento). Ela se encarnou nos ‘estudos brasileiros’ de história, política, sociologia, antropologia, que tiveram incremento notável, refletindo nas coleções dedicadas a eles (2006a, p.229-230).

⁴ As edições utilizadas são Freyre (2003a; 2003b) e Holanda (2006). Sobre a continuação de CGS em SM, leia-se este esclarecimento de Gilberto Freyre no Prefácio de CGS: “O propósito de condensar em um só volume todo o trabalho, não o consegui infelizmente realizar. O material esborrou, excedendo os limites razoáveis de um livro. Fica para um segundo [refere-se aqui a SM] o estudo de outros aspectos do assunto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior” (CGS, p. 50-51).

Como ensaios históricos e sociológicos preocupados com a “realidade brasileira”, CGS, SM e RB dessa forma não apenas comungam na mesma proveniência cronológica como têm um nexos contextual em sua aparição, “livros-chave” que foram para a “mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930”. Vai-se vendo, entretanto, que esse esboço contextual é claramente insuficiente para revelar o porquê da escolha dos autores. A rigor, a razão não excede a arbitrariedade. Contudo, tendo em mente a atitude reflexiva à qual se aludiu acima, seria possível reformular a pergunta em função de uma dúvida sobre como a centralidade dos autores elencados veio a se reproduzir até o presente momento de sua escolha. Em outras palavras, se não é factível apontar a razão específica da escolha deste e daquele autor, seria razoável indagar como foi possível que sua escolha seja – como é – bastante óbvia. Essa discussão ajudará a esclarecer, diga-se de passagem, a possível (in)comunicação entre o pensamento social brasileiro e as Relações Internacionais.

Não é apenas Candido quem afirma a importância de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. Estes dois autores, ao lado de outros, freqüentam várias listas de “clássicos” do pensamento social brasileiro (Brandão, 2007; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007; Ianni, 2004; Mota, 1999; Ricupero, 2008; Santiago, 2002; Schwartzman, 2003). Em um desses levantamentos, realizado com 49 cientistas sociais brasileiros *senior* (Schwartzman, 2003), os principais pensadores brasileiros foram dispostos na seguinte ordem decrescente de influência e mérito: Gilberto Freyre, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque, Victor Nunes Leal, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Francisco José de Oliveira Vianna e Euclides da Cunha. Em vez de reproduzir outras tantas listas em que Freyre e Holanda são presença indubitável, será mais profícuo perquirir o fenômeno da remanência dos enunciados⁵ levantados por esses livros ditos clássicos. Fenômeno aliás intrigante para os responsáveis pela listagem desses clássicos:

⁵ “Dizer que os enunciados são remanentes (...) é (...) dizer que eles (...) se conservam graças a um certo número de suportes e de técnicas materiais (de que o livro não passa, é claro, de um exemplo), segundo certos tipos de instituições (entre muitas outras, a biblioteca) e com certas modalidades estatutárias (que não são as mesmas quando se trata de um texto religioso, de um regulamento de direito ou de uma verdade científica). Isso quer dizer, também, que eles estão

[A reflexão sobre o pensamento social] Demonstrou-se (...) um pressuposto capaz de ser continuamente reposto pelo evoluir da ciência institucionalizada – como um índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais, de um estoque teórico e metodológico aos quais os autores são obrigados a se referir no enfrentamento das novas questões postas pelo desenvolvimento social, como um afiado instrumento de regulação do nosso mercado interno de idéias em suas trocas com o mercado mundial (Brandão, 2007, p.23).

Ficaram, no entanto, as grandes questões do passado, e alguns encaminhamentos de resposta: a idéia de que a história, a cultura e as instituições são importantes (...) e a noção de que alguns padrões específicos presentes na formação do país – os processos de colonização, o inter-relacionamento e os conflitos entre raças e culturas, os padrões e valores associados a nossa antiga “nobreza” urbana e agrária, os padrões de dependência e subordinação do povo em relação aos poderosos – tiveram conseqüências duradouras, que ainda persistem na maneira pela qual o país se organiza, e busca se entender (Schwartzman, 2003, p.255).

Na lição de Ítalo Calvino, “Um clássico é um livro que nunca acabou de dizer o que tem a dizer” (1991, p.9). A pergunta que se coloca, nesse sentido, é sobre como é possível que clássicos como CGS, SM e RB se mantenham, nos dias que correm, repositórios de grandes questões, conforme registrado nas passagens de Gildo Marçal Brandão e Simon Schwartzman acima. Procurando deslindar as relações sociais em que esses livros e demais clássicos foram investidos, chega-se a uma hipótese cuja mera formulação – pois seu desenvolvimento é interdito pelos limites modestos deste trabalho – ajuda a compreender as possibilidades de comunicação entre o pensamento social brasileiro e as Relações Internacionais. Ajuda, além disso, a contextualizar a eminência que, de outra forma, seria conferida acrítica e irrefletidamente aos livros elencados. A hipótese de que se fala é esta: afirmações sobre o caráter clássico de obras do pensamento social brasileiro, como a de Candido sobre os “livros-chave” da década de 1930, são recursos retóricos reiterativos do caráter da cultura brasileira.⁶

Essa reiteração é relevante por remeter ao que João Cezar de Castro Rocha (2004) explicou ser a contaminação dos campos de atividade intelectual no Brasil por um velho propósito da literatura nacional, o empenho na “criação de uma literatura *brasileira*, ou seja, a descoberta de formas e conteúdos capazes de expressar o homem brasileiro e sua circunstância” (Rocha, 2004, p.239). Onde

investidos em técnicas que os põem em aplicação, em práticas que daí derivam em relações sociais que se constituíram ou se modificaram através deles” (Foucault, 2005a, p.140).

⁶ A expressão é de Luiz Costa Lima, em comunicação pessoal ao autor, 6 de outubro de 2008.

ter-se feito da “pesquisa do ‘propriamente brasileiro’ a coíné dos que se dedicaram à vida das idéias no Brasil (...) os produtores e os receptores descobrem seu pertencimento ao mesmo sistema através da preocupação predominante com a nacionalidade” (Rocha, 2004, p.240-241). Indiferente à necessidade de autonomia (Faoro, 1988) ou ao reconhecimento da dependência (Schwarz, 2003) na cultura do país, a pesquisa do “propriamente brasileiro” como língua comum da intelectualidade nacional embasaria, na verdade, a constatação de que, dentre os clássicos brasileiros, “o que chama a atenção em quase todos os autores e livros é que eles têm o Brasil como tema” (Schwartzman, 2003, p.254).

Isso não equivale a dizer que autores clássicos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque analisassem a “realidade brasileira” sem tratar de seu encadeamento com a política mundial. Com efeito, a existência desse encadeamento – e de forma analiticamente rica – é a hipótese que anima este trabalho. O interesse da “preocupação predominante com a nacionalidade” subsiste menos a propósito das obras clássicas do pensamento social brasileiro do que a propósito das análises dessas obras, particularmente nas afirmações sobre esse caráter clássico. Do reconhecimento dessa (algo obscura) diferenciação espera-se desvendar o caminho para uma comunicação entre as Relações Internacionais e o pensamento social.

A relevância da hipótese de que as afirmações do status clássico de certo *corpus* do pensamento social reiteram o caráter da cultura brasileira está justamente nisto de que *essas afirmações têm o efeito de reproduzirem, na própria análise da contribuição feita pelos livros, aquela “preocupação predominante com a nacionalidade”, quiçá limitando o potencial de contribuição desses livros para outros campos, como o das Relações Internacionais.* Em outras palavras, sem que haja um problema com a confecção em si de listas de clássicos, nota-se o efeito – talvez involuntário – que essas listas, bem como a própria qualificação do pensamento como *brasileiro*, têm de remeter o pensamento social a um conjunto de problemáticas supostas *singularmente* brasileiras. Interditam subliminarmente, com isso, a possibilidade de que o “corpo de problemas e soluções intelectuais” desses livros seja referido a um campo mais abrangente da

(pesquisa sobre a) prática política.⁷ A chave dessa limitação parece estar no “eterno retorno” do tema da cultura brasileira e da identidade nacional no debate sobre a sociedade brasileira (Oliven, 2002).

Assim como já se disse que haverá realismo enquanto houver Estado territorial (Hont, 2005, p.454), pode-se aduzir que haverá apelo de leituras orientadas pela pesquisa da identidade nacional enquanto perdurar a combinação entre Estado e nacionalidade (Arendt, 1989, p.260-263). Parafrazeando Stefano Guzzini (1998, p.235), mesmo que o mundo descrito pelo imaginário de comunidades políticas nacionais⁸ não exista, a imaginação de comunidades políticas existe no mundo – embora crescentemente complicada pela disjunção entre os discursos espacial e temporal da cidadania, o que tem exposto os limites da capacidade do Estado em articular a nação (Shapiro, 2000). Por um lado, isso sugere que a preocupação predominante com a (análise da) nacionalidade é reatualizada, mas também colocada em cheque, o que permite a este trabalho seguir uma variante que busca outros rendimentos na pesquisa sobre o Estado; por outro lado, sendo variados os imaginários nacionais existentes, tem-se historicamente palco para uma “batalha de interpretações” entre os autores do pensamento social, em que se pretende reduzir o mundo ao texto mais capaz de englobar a realidade (Rocha, 2004, p.229), uma dinâmica que foge ao escopo do trabalho. Logo, o restante dessa introdução detalhará a variação de sua proposta em relação àqueles dois lados da questão: o do “eterno retorno” da preocupação com a nacionalidade e o do debate – ou: embate – sobre a sociedade brasileira.

No tocante à preocupação com a nacionalidade, Ruben George Oliven encontra uma explicação para sua reincidência que se liga com as anotações sobre

⁷ Observe-se em aparte a não-inclusão, na lista dos principais autores do pensamento social mencionada acima, de um livro menos marcado pelo nacionalismo metodológico, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (Cardoso & Faletto, 2000). Explica-se ser, na opinião dos cientistas sociais ouvidos, livro influente mas menos meritório que os demais (Schwartzman, 2003, p.254). Essa explicação não autoriza a concluir-se pela marginalização de perspectivas fundadas em ontologias globais e dessa forma já na interseção com o campo de Relações Internacionais – caso da análise de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso sobre a relação entre centro e periferia (cf. Tickner, 2003) –, antes o contrário, pois ressalta sua influência no pensamento social. O efeito que a explicação produz na listagem daqueles que seriam os *principais* autores do campo, porém, não discrepa da hipótese lançada, excluindo dessa listagem do que seria o *principal* um livro que não tem o Brasil como tema primário.

⁸ A nação “é uma comunidade política imaginada – e imaginada tanto soberana quanto inerentemente limitada. Ela é imaginada porque até os membros da menor das nações nunca conhecerão a maior parte de seus companheiros, se encontrarão com eles, e mesmo ouvirão sobre eles, mas em cada uma de suas mentes viverá a imagem de sua comunhão” (Anderson, 1991, p. 6).

a combinação entre Estado e nação: “O tema da identidade está associado à formação da nação. Para construir uma nação é preciso que haja uma cultura que lhe dê suporte e, portanto, é preciso que haja intelectuais que ajudem a formulá-la” (Oliveira, 2002, p.16). Embora o autor não desenvolva esse ponto em seu texto (cf. Arruda, 2002), sua provocação é suficiente para se lançar a dúvida: até que ponto é desejável ler-se o pensamento social brasileiro em exclusiva função do imperativo – político – da formação da nação?

Gilberto Freyre escrevia, em prefácio à primeira edição de RB, que a Coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio, cujo volume inicial era o livro de Sérgio Buarque, vinha a atender a “ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira” (1936, p. v). A coleção visava a “corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu país” (1936, p. vi). A curiosidade, vê-se, era *pelo país*, e o sentimento, de *introspecção social*. Que tivesse sido esse o objetivo “original” do ímpeto editorial dos anos 1930 não constitui impeditivo, todavia, a uma ampliação do escopo da análise contemporânea para além das preocupações imediatas com a identidade nacional. Dito de outra maneira, a inegável “aspiração coletiva de construção nacional” (Arantes, 1997, p.13) havida em meio aos clássicos do pensamento social brasileiro, legítima quanto tenha sido, não desautoriza a leitura dessas mesmas obras por outros parâmetros.

Sem prejuízo do fato de que “historicistas e anti-historicistas, holistas e individualistas metodológicos, humanistas e cientificistas, aprendemos todos a pensar o País com aqueles pensadores” (Brandão, 2007, p.25), o que se pretende aqui é averiguar – na expressão de Calvino – o que ainda têm a dizer alguns dos clássicos brasileiros sobre a relação do país com o mundo. Não se trata, assim, de menoscabar a importância de estudos enfocados no Brasil – o que seria contraditório com o próprio objeto do trabalho – mas sim de avançar uma abordagem cuja preocupação, em vez da nacionalidade, repousa na articulação das distinções constitutivas do conceito de Estado, permitindo maior atenção à interação entre o país e a política mundial.

Isso importa em pesquisar o imaginário político sem a norma da comunhão nacional, como por exemplo na proposta de que os analistas políticos devem desenvolver teorias sobre o “processo de construção do povo, entendido como a

produção de crenças compartilhadas, tanto entre estrangeiros quanto entre membros, de que certas populações humanas conformam um ‘povo’ político” (Smith, 2002, p.15). Teorias estas que redundam, nas análises do pensamento social brasileiro, em propostas que acentuam a singularidade e por isso reduzem a margem da pesquisa da dimensão internacional. Daí afirmações como a de que, na condição de “criadores de mitos”, “Há mais de um século intelectuais brasileiros agonizam sobre a identidade nacional de seu país” (Skidmore, 2001, p.71). Ou ainda a proposta de compreender como, “assumindo como específico (...) determinado corpo de tradições (...) uma sociedade qualquer busca definir e tornar específica sua própria identidade: busca criar uma identidade nacional” (Souza, 2007, p.23). Mesmo que o pensamento social brasileiro e/ou sua análise se tratem de um “mercado interno de idéias”, não serão idéias apenas sobre o espaço e o tempo internos.

No tocante ao debate identitário na sociedade brasileira, a oposição metodológica entre um nível específico – o do enunciado – e o plano geral, o das formações discursivas, ajuda a situar essas disputas.⁹ Sendo “um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2005a, p.137), o discurso é o plano apropriado para análises do modo de inserção institucional e de (re)apropriação política – e portanto da remanência – dos textos do pensamento social brasileiro. Tal a dimensão da “batalha de interpretações”, em que as variadas postulações de identidade nacional são “incessantemente negociadas entre representantes estatais e públicos, que oferecem relatos concorrentes sobre o caráter nacional” (Bruner, 2002, p.3). Muitas discussões foram e são realizadas a respeito das posições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque nessas batalhas (cf., por exemplo, Costa Lima, 1981, cap.1; Costa Lima, 2005, p.7-21; Fernandes, 2000; Mota, 2004; Rocha, 2004, cap.4, cap.8). Enfocando o nível específico da enunciação, contudo, esse trabalho afasta de sua mirada questões sobre o “mundo-no-texto”, preocupando-se apenas com a contribuição de CGS, SM e RB em suas dimensões de “texto-mundo”. Este seria aquele que, “como a arte, na definição de

⁹ “O que foi definido como formação discursiva escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados” (Foucault, 2005a, p.131).

Paul Klee, ‘não reproduz o visível, mas torna visível’” (Klee *apud* Rocha, 2004, p.229).¹⁰

Em suma, pretende-se explorar o potencial de comunicação entre as Relações Internacionais e o pensamento social brasileiro, com o fito de embasar um estudo que procura aproximar as duas áreas.¹¹ Prospectar as margens do discurso estatal nas Relações Internacionais, aumentando o conhecimento sobre a própria consolidação histórica do Estado – no pensamento brasileiro, ao menos; e preparar-se para investigar a riqueza dos clássicos do pensamento social, conferindo centralidade a sua enunciação do encadeamento com a política mundial; foram os objetivos desta introdução.

É sabido que o pensamento social brasileiro “nos instrui no tocante às categorias de análise (...) determinantes de nossa condição” (Santiago, 2002, p. xv). Em sua conclusão, este trabalho reunirá duas hipóteses colhidas ao longo da leitura de CGS, SM e RB que sugerem como esses livros, por meio do emprego do conceito do Estado, *tornam visíveis* elementos da condição brasileira em sua relação com o mundo.

A formulação dessas hipóteses, que especificam a hipótese geral do trabalho, é a seguinte: (i) a intensificação da presença do Estado no Brasil a partir de 1808 submete a um mesmo discurso civilizador e excludente o patriarcalismo e os demais elementos da paisagem social oriental até então existente, e constitui uma nova sociedade em que normas de europeização são internalizadas, desestruturando o quadro de política mundial vigente durante a Colônia; (ii) a afirmação do ideal de enraizamento concomitante ao reconhecimento da condição de desterro institui o projeto de um Estado representativo após 1888, mas dificulta o desenvolvimento de instituições européias modernas, em razão da permanência do passado colonial, criando na história do Brasil um entre-lugar de conflitos inconciliáveis.

A primeira hipótese será desenvolvida na leitura das obras de Gilberto Freyre no capítulo 2, e a segunda hipótese, na leitura da obra de Sérgio Buarque

¹⁰ Por conseguinte, “em lugar de signo repleto de um sentido que reforça a si próprio, a nação seria antes um significante vazio ao qual se atribui uma carga semântica segundo as diferentes necessidades geradas pela contingência das circunstâncias históricas” (Rocha, 2003, p.20-21).

¹¹ Pode-se citar, como estudos realizados nessa interseção, Bartelson (2007), Esteves (2006) e Ferreira (2008).

no capítulo 3. Ambos os capítulos seguirão o mesmo método de apresentação, sendo divididos em seções referentes a grupos temáticos identificados nas obras. Inicialmente, cada seção expõe a enunciação dos livros, analisando em seguida o modo de emprego – ou de não-emprego – das três distinções dadas pelo conceito de Estado.

2

O Estado em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*

Este capítulo exporá a enunciação de *Casa-grande & senzala* e de *Sobrados e mucambos* e analisará, nela, a aplicação das distinções constitutivas do conceito de Estado. O argumento desenvolvido é de que a intensificação da presença do Estado no Brasil do século XIX desestruturou um quadro de política mundial existente na Colônia, submetendo o patriarcalismo e demais elementos orientais da paisagem social a um discurso civilizador e excludente, e constituindo uma nova sociedade que internalizou normas de europeização. A apresentação será organizada em quatro grupos temáticos, seguindo a linha cronológica da narrativa dos livros. Respectivamente, as seções lidarão com a incorporação do Brasil ao âmbito imperial português, a afirmação da centralidade do patriarcado na ordenação sócio-política do país, as mudanças havidas no século XIX no bojo do processo de re-europeização, e a reação programática de Gilberto Freyre a esses desenvolvimentos.

A análise dos enunciados expostos em cada seção permitirá acompanhar o surgimento das categorias do Estado no texto. O entrelaçamento do Brasil com a política mundial, que já ocorre na Colônia, será reconfigurado a partir do surgimento do Estado como ator central no país. No primeiro momento, o Brasil não é enunciado segundo limites espaciais e temporais próprios ao conceito de Estado, manifestando-se antes como um palco para coexistência entre forças de (maior ou menor) escala global, como a Companhia de Jesus, o império, ou o patriarcado. No momento seguinte, o Brasil se afirma no mundo como Estado soberano, embora Gilberto Freyre cuide em demonstrar a liminaridade das fronteiras entre esse mundo – agora dominado por outro império, o inglês – e a sociedade brasileira. Nesse movimento de fundo de CGS e SM, que constroem uma política mundial e logo a re-estruturam pelos critérios do conceito de Estado, reside sua contribuição para a hipótese geral do trabalho.

2.1 Tabuleiro de Gamão

2.1.1. Exposição

A diferença entre raça e cultura em CGS, embora dita “fundamental” por seu autor (CGS, p.32), engendra o que já se demonstrou ser um regime causal mal definido ao longo do texto. Nele, raça, meio e cultura se embaralham como forças geradoras deste ou daquele traço do português, do indígena ou do negro (cf. Costa Lima, 1989, p.198-211). Sem prejuízo da constatação desse caráter impreciso, aponta-se em CGS uma indubitável “vocação cultural” (Araújo, 2005, p.39), pela qual seu autor pôde adotar uma perspectiva que se contrapunha a vertentes do pensamento brasileiro ligadas ao racionalismo iluminista de corte evolucionista (cf. Costa Lima, 1989, p.190-195), avançando em seu lugar uma “interpretação que d[ava] alguma atenção   híbrida e singular articulação de tradições que aqui [no Brasil] se verificou” (Araújo, 2005, p.28). Esta seção avaliar  como se organiza o vetor cultural no que se dirá uma primeira etapa, em CGS e em SM, da referida articulação de tradições.

Discutindo os efeitos desorganizadores da “intrusão européia” (CGS, p.157) na vida social e econ mica da América, além das alterações provocadas na relação entre o homem e o meio físico, Gilberto Freyre escreve que

Ruediger Bilden traça de modo sugestivo as diferentes condições de amalgamento de raça e de cultura que, ao seu ver, dividiram em quatro grandes grupos (“*a fourfold division*”) a massa étnica e cultural indistintamente englobada por muitos na fácil mas vaga expressão “América Latina” (...). O segundo grupo seria “o que o Brasil tipifica quase sozinho” (“*almost exclusively*”); região onde o elemento europeu nunca se encontrou em “situação de absoluto e indisputado domínio”. “Por mais rígido”, acrescenta [Bilden], “que fosse o seu domínio econômico e político sobre os outros elementos étnicos, social e culturalmente os portugueses foram forçados pelo meio geográfico e pelas exigências da política colonizadora a competirem com aqueles numa base aproximadamente igual” (CGS, p.159).

A primeira frase dessa citação apresenta como orientação de pesquisa o foco nas relações entre raça e cultura em um espectro de grupos que manifestaram diferentes reações ao contato com o europeu (no que, seja dito de passagem, evidencia a aludida manutenção da raça como fator explicativo).   diferenç a do

meio-termo assinalado no caso brasileiro, outros grupos latino-americanos reagiram favorável, antagônica ou posticamente à imposição da cultura européia. Tais foram, a título de exemplo e respectivamente, os casos da Argentina, do Peru e do Paraguai (CGS, p.159). Mas o leitor de CGS e de SM observa que não está nesse contraste com o mais do conjunto étnico e cultural da América Latina a gravitação do argumento de Gilberto Freyre sobre a (especificidade da) formação brasileira.

O âmbito mais apropriado para se acompanhar um momento inicial, ou talvez mesmo prévio, da articulação das tradições componentes do Brasil, é dado pelo império português. Com efeito, tão logo se lê, no primeiro capítulo de CGS, sobre o Brasil como uma “[d]as sociedades coloniais de formação portuguesa” (CGS, p.73), pode-se assinalar, de modo impressionista mesmo, que se está diante de uma locução que produz um recorte da realidade mundial cujo foco é diverso do de Bilden. E de fato CGS e SM dedicam significativa porção de suas páginas ao assunto, adensando um entendimento do Brasil como “parte do império lusitano” (CGS, p.339).

Mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade foram os fatores que garantiram o sucesso do português como colonizador dos trópicos – todos eles fatores culturais, como lembra Elide Rugai Bastos (2006). Quanto à mobilidade – e em seguida à miscibilidade –, lê-se que

foi um dos segredos da vitória portuguesa; sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente (...) conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distância umas das outras: na Ásia, na África, na América, em numerosas ilhas e arquipélagos. A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África, conforme conveniências de momento ou de religião (...) O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido como em um formidável jogo de quatro cantos (CGS, p.70).

Ainda sobre a miscibilidade, lê-se que foi devido a ela

que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora (CGS, p.70).

Por isso, inclusive, continua a frase citada mais acima: “as sociedades coloniais de formação portuguesa têm sido todas híbridas” (CGS, p.73). Quanto à aclimatabilidade, o autor escreve que “Nas condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa (...) Estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos” (CGS, p.72). A essa razão se deve o fato de que “de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidade de permanência” (CGS, p.73).

A apreciação desses três fatores faz com que se observe, na trama textual, a emergência do Brasil como objeto de discurso subsumido à lógica de um império português, espacializada na metáfora do tabuleiro de gamão. Gilberto Freyre aprofundará a discussão passando em revista – principalmente em SM – a “cultura comum” (CGS, p.124n) que se desenvolveu pela intercomunicação entre as várias colônias portuguesas:

No caso do Brasil, que foi um fenômeno do século XVII, o português trazia a seu favor, e a favor da nova colônia, toda riqueza e extraordinária variedade de experiências acumuladas durante o século XV, na Ásia e na África, na Madeira e em Cabo Verde (CGS, p.84),

tais como conhecimentos sobre plantas, alimentos, arquitetura asiática e sobre a capacidade de trabalho agrícola do negro.

Em SM a lista se ampliará, chegando esse legado a justificar chamar-se o Brasil, “sob vários aspectos de sua organização e de sua paisagem, área indecisa entre o Oriente e o Ocidente. Área que às vezes se diria destacada antes do Oriente que do Ocidente” (SM, p.558). Dentre os elementos, mencione-se a influência sentida no Brasil dos “modos de pensar e de sentir” orientais, que “principalmente reforçaram no sexo, na classe e na raça dominantes, ou senhoris, atitudes patriarcais de superioridade sobre os demais elementos da sociedade” (SM, p.607n). Outro elemento é a compra de fazendas comuns e de luxo e de quinquilharias no Oriente, sustentado pelo tráfico negreiro entre a África e o Brasil, havendo “vantagens recíprocas” com a exportação de fumo e aguardente

do Brasil àquele continente. Trata-se de um comércio regular e irregular que veio a ser uma “das bases mais sólidas do sistema agrário e patriarcal brasileiro” (SM, p.559). Ainda nesse quesito, cumpre notar que as autoridades portuguesas repugnavam o comércio direto entre o Brasil e a Grã-Bretanha ou a França, por se tratarem de “heréticos em religião” e “liberais em política” (SM, p.568). Finalmente, liste-se o “cristianismo liricamente social” trazido pelos portugueses, o qual definia a preferência pelo “culto de família” em face ao “de catedral” (CGS, p.84).

Dando balanço ao período colonial, aduz-se a respeito dessa “cultura comum”:

Em três séculos de relativa segregação do Brasil da Europa não-ibérica (...) definira-se (...) uma paisagem social com muita coisa de asiático, de mourisco, de africano: os elementos nativos deformados num sentido francamente oriental e não puramente português (...) Quase que tinham sido transplantados para cá pedaços inteiros e vivos, e não somente estilhaços ou restos, dessas civilizações extra-européias; e utilizando o elemento indígena apenas como o grude humano que ligasse à terra todas aquelas importações da África e da Ásia, e não apenas as européias” (SM, p.430).

Assim formulado o novo papel mediador do nativo em face de um processo de orientalização, o autor retoma o tema da relação entre o homem e o meio físico.

Pois o que parece é que, ao findar o século XVIII e ao principiar o XIX, em nenhuma outra área americana o palanquim, a esteira, a quitanda, o chafariz, o fogo de vista, a telha côncava, o bangüê, a rótula ou gelosia de madeira, o xale e o turbante de mulher, a casa caiada de branco ou pintada de cor viva e em forma de pagode, as pontas de beiral de telhado arrebitadas com cornos de lua, o azulejo, o coqueiro e a mangueira da Índia, a elefantíase dos Árabes, o cuscuz, o alfeolo, o alfenim, o arroz-doce com canela, o cravo das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta de Cochim, o chá da China, a cânfora de Bornéu, a muscadeira de Bandu, a fazenda e a louça da China e da Índia, os perfumes do Oriente, haviam se aclimado com o mesmo à-vontade que no Brasil; e formado com os valores indígenas, europeus e de outras procedências o mesmo conjunto simbiótico de natureza e cultura que chegou a formar no nosso País. É como se ecologicamente nosso parentesco fosse antes com o Oriente do que com o Ocidente” (SM, p.552).

Em uma avaliação geral desse quadro, o autor julga que “o primado ibérico de cultura nunca foi, no Brasil, exclusivamente europeu mas, em grande parte, impregnado de influências mouras, árabes, israelitas, maometanas. De influências do Oriente mescladas às do Ocidente” (SM, 552).

Não obstante as semelhanças e o legado cultural, a colonização do Brasil foi marcada por duas especificidades no plano imperial. A primeira delas é que o “sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil” contemporizou plasticamente as tendências do meio físico “de recriar à sua imagem os indivíduos que lhe cheguem de várias procedências” e dos recursos técnicos do colonizador “de impor ao meio formas e acessórios estranhos de cultura” (CGS, 35). Assim, a um tempo esse sistema foi

uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas européias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, [e] representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente (CGS, 35).

Essa correspondência com o meio físico, simbolizada pelas casas-grandes de engenho, se associa a um processo paralelo que se constitui na segunda especificidade da colonização do Brasil. Trata-se do fato de que a colonização do país inaugurou uma “fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos” (CGS, p.35), além de escravocrata. “Desde esse momento que o português, guardando embora aquela saudade do reino que Capistrano de Abreu chamou ‘transoceanismo’, tornou-se luso-brasileiro” (CGS, p.35). Em outras palavras,

A descoberta do Brasil enquadra-se no grande programa marítimo e comercial inaugurado pela viagem de Vasco da Gama; a colonização da vasta terra afastou-se, porém, das normas comerciais burguesas do primeiro século de imperialismo português para reviver os métodos de como que autocolonização aristocrática e agrária, aplicados no próprio Portugal ao território reconquistado aos mouros. O Brasil foi como uma carta de paus puxada em um jogo de trunfo em ouros (CGS, p.275).

No tocante à política metropolitana em relação ao Brasil, durante essa nova fase do imperialismo, Gilberto Freyre opõe o “Estado colonizador, sempre somítico em Portugal”, à “iniciativa particular”, atribuindo a esta a obra das grandes plantações (CGS, p.79).

Tudo deixou-se (...) à iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes (...) A atitude da Coroa vê-se claramente qual foi: povoar sem ônus os ermos da América (...) A estes [aos particulares] se deve, na verdade, a coragem de iniciativa, a firmeza de ânimo, a capacidade de organização que

presidiram o estabelecimento, no Brasil, de uma grande colônia de plantação. Diante do sucesso alcançado pelo esforço dos primeiros senhores de engenho, é que a Coroa compreendeu as possibilidades de riqueza colonial pela produção do açúcar (...) E as concessões todas e, mais tarde, o *Regimento* de Tomé de Sousa, afirmam a mesma política de prestigiar-se a cultura do açúcar na pessoa quase feudal do senhor de engenho. Claro que daí só poderia resultar o que resultou: de vantajoso, o desenvolvimento da iniciativa particular estimulada nos seus instintos de posse e de mando; de maléfico, a monocultura desbragada. O mandonismo dos proprietários de terras e escravos. Os abusos e violências dos autocratas das casas-grandes. O exagerado privatismo ou individualismo dos sesmeiros (CGS, p.324).

Recorda-se ainda, com base em Bilden, a capacidade da colonização particular em expandir rumo ao oeste o território brasileiro, “o que teria sido impossível à ação oficial cerceada por compromissos políticos internacionais” (CGS, p.80). Em suma,

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil (...) a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar (CGS, p.81).

2.1.2. Análise

É agora possível concluir esta seção, em que se acompanhou a formação do Brasil como parte do império lusitano. A pergunta que se levanta é – que regras de formação se aplicaram ao objeto de discurso analisado? Claramente, não se trata das modernas distinções que produzem a estatização do objeto. Em primeiro lugar, porque a distinção entre interior e exterior nem é regulada por uma entidade soberana brasileira, nem traz consigo o tipo de pressupostos de progresso histórico interno. Não se diz que não exista uma demarcação, apenas que esta produz outras relações de exterioridade. A heresia e o liberalismo franceses e ingleses aparecem como marco de interdição do comércio brasileiro, que, de outro lado, estabelece sólidas trocas econômicas no âmbito lusitano. Daí a observação de que a história colonial do Brasil “não se confunde com a continuidade do nosso [brasileiro] território colonial” (Alencastro, 2000, p.9). Esse descompasso entre história e território, na Colônia, é o traço mais decisivo da espacialidade diversa em que se inseria a Colônia em CGS e em SM durante a vigência do âmbito imperial. Que

atestem essa diferença a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatibilidade dos portugueses, recursos de um *cálculo político e econômico* do Estado metropolitano, estabelecendo-se com isso um arranjo hierárquico no espaço imperial, de resto confirmado pela mencionada *imposição de formas européias da raça adiantada à atrasada*; o *caráter inclusivo* do primado ibérico de cultura, ligado àqueles cálculos do Estado, responsável pela confecção no Brasil de um *conjunto simbiótico de natureza e cultura* composto dos valores orientais, indígenas, europeus e de outras procedências, além de fator-chave para a *contemporização com as novas condições de vida e de ambiente*; e, finalmente, a produção de um *parentesco ecológico* com o Oriente pela imbricação das influências orientais na paisagem social brasileira (como as atitudes patriarcais e o culto doméstico).

Não se emprega o conceito do Estado, em segundo lugar, porque a distinção entre Estado e sociedade evidentemente não pode ser aplicada na maior parte da história colonial. Uma razão para isso é que os dois séculos iniciais da colonização se definem pela “ausência completa de um sistema regular e complicado de administração” (Leroy-Beaulieu *apud* CGS, p.80), “carta de paus” que o Brasil foi no “jogo de trunfo em ouros” da expansão européia. Sem Estado na colônia – “esse país pouco governado” (Leroy-Beaulieu *apud* CGS, p.80) –, o que há, como se viu, é a relação direta entre um império de hierarquia fraca e a iniciativa particular. De onde outra razão para a inviabilidade que se afirmou acima: quando o que se concebe é o familismo feito *força social que se desdobra em política*, qualquer arremedo de administração colonial local será irrisório frente àqueles que, prestigiados pela Coroa para que se estabelecesse “uma grande colônia de plantação” no Brasil, desenvolviam (os *malefícios* da) *monocultura desbragada, mandonismo, abusos, violências e exagerado privatismo*. No entanto, mesmo com grande autonomia, é apenas pela instanciação do âmbito imperial que se pode conceber a iniciativa particular associada à casa-grande de engenho.

Em terceiro e último lugar, a relação entre passado e presente é presidida por outra lógica, à qual se fará breve referência com o propósito de melhor compreender as regras de formação no espaço correlativo da enunciação de Gilberto Freyre vista até aqui. Será possível, assim, dar à imagem do tabuleiro de gamão sua justa medida, evidenciando-se o relacionamento entre a diferenciação

do Brasil como objeto e o conceito de império português envolvido nesse processo. Considere-se a seguinte passagem de *Os Lusíadas*:

Via estar todo o Céu determinado
De fazer de Lisboa nova Roma
Não no pode estorvar, que destinado
Está doutro Poder que tudo doma (Camões, 2005, VI, 7).

A invocação do império romano e sua equiparação com Portugal é o ponto em tela, de vez que se sabe que, originalmente, o ideal do imperialismo refletia “uma preocupação milenar – jurídica, intelectual, até metafísica – com o destino e a posição do antigo ‘*imperium*’ romano” (Kerrigan; Braden *apud* Meihuizen, 2007, p.29). Dentro da episteme renascentista em que vigia o critério da semelhança, explica Nicholas Meihuizen (2007), aquela preocupação milenar importava na emulação do admirável passado pelo presente. No caso de Portugal, a emulação era facilitada pela proximidade entre o latim, a venerável língua de Cícero, e a língua portuguesa, proximidade que tinha “valor constitutivo onde credenciais imperiais estavam sendo estabelecidas” (Meihuizen, 2007, p.30). Além disso, no contexto do contínuo renascentista entre linguagem e mundo, cuja decorrência ideológica era a potencial conformação deste por aquela, a noção segundo a qual Portugal era o herdeiro lingüístico do Império Romano – compartilhada por Camões – produzia a expectativa da “difusão aparentemente inevitável de uma língua e uma tradição intimamente ligadas à Palavra suprema” (Meihuizen, 2007, p.26). Por isso, no que se refere à épica d’*Os Lusíadas*, Camões “popula um mundo ibérico conceitualmente limitado com a riqueza do passado; ele reforça a latinidade da língua portuguesa com a literatura dos latinos” (Meihuizen, 2007, p.33).

Esse desvio camoniano, como se disse sumário, será todavia suficiente para esclarecer a grande diferença em jogo quando se trata da formação do Brasil como objeto cuja grade de especificação o associa ao ideal imperial. Não apenas a espacialidade é rigorosamente desconectada daquela que caracteriza o moderno sistema de Estados – ou, ao menos, lhe é bastante afastada, caso se diga que é em um sistema de Estados europeu (e apenas europeu) que se dá o “jogo de trunfo em ouros” –, como também a relação entre passado e presente é substancialmente diversa. Tal é a tradição à qual Gilberto Freyre faz referência ao se debruçar sobre

a temática do império, de modo que, antes que anacrônico, julga-se que este excuro sirva para realçar o contraste entre o conceito de Estado e as regras dadas por aquele velho ideal português – a emulação do Império Romano –, que se faz presente no espaço correlativo da enunciação sobre o império. Será possível identificar, na referência ao “transoceanismo”, algo desse ideal português. CGS correlaciona-se com a afirmação de João Capistrano de Abreu sobre a “natural desafeição pela terra, fácil de compreender se nos transportamos às condições dos primeiros colonos (...) tratava-se de ganhar fortuna o mais depressa possível para ir desfrutá-la no além-mar” (Abreu, 1988, p.114). Essa *desafeição pela terra* reforça uma espacialidade imperial em que se afirma, senão a preferência pelo reino, a “experiência líquida” do português (Araújo, 1999, p.10). Pode-se acrescentar a isso uma dimensão temporal, pois a *saudade do reino* – definida a saudade como “ser depois de ter” (Guimarães Rosa *apud* Santiago, 2003, p.20) – faz remontar às preocupações com o destino do império romano e as credenciais sucessórias de Portugal.

Uma palavra final sobre o emprego do conceito de império em CGS e em SM: sabe-se que não é apenas o Império que Portugal expande. Ainda uma vez *Os Lusíadas*:

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé [e] o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando (Camões, 2005, I, 2).

A respeito dessa duplicidade de propósito dirá Pedro Calmon: “O conceito camoniano de Império era sem dúvida o latino, que na Idade Média se confundiu com o ideal cristão da unidade do mundo sob a mesma lei santa” (1945, p.115). Pode-se acrescentar, retomando a linha de raciocínio de Meihuizen, a importância do fato de que a língua veneranda à qual se filia o postulante império português também é, nada incidentalmente, a adotada pela Igreja romana. O leitor dos versos de Camões terá notado uma “ambivalência produtiva” na candidatura de Lisboa ao status de “nova Roma”, o que se confirma pela afirmação do ideal cristão no dilatar da fé, além do império, pelos reis portugueses. E nesse ponto a definição de Gilberto Freyre do imperialismo português sendo composto pelos imperialismos “religioso dos padres” e “econômico dos colonos” (CGS, p.231) se coloca

novamente na descendência do pensamento ibérico sobre a expansão. De fato, “Pode-se dizer que o entusiasmo religioso foi o primeiro a inflamar-se no Brasil diante de possibilidades só depois entrevistas pelo interesse econômico” (CGS, p.322). Esta, que abaixo se denominará a “dupla verdade” do império português, completa a descrição das forças lançadas no tabuleiro de gamão do tempo e do espaço imperiais.

2.2 Competição de Sistemas

2.2.1. Exposição

Assentado o entendimento sobre o momento primeiro da articulação das tradições componentes do Brasil, esta seção acompanhará o desdobramento da narrativa de Gilberto Freyre, em que se dá uma segunda etapa dessa articulação. Nela, como se viu em citação que Freyre faz de Bilden acima, o domínio dos portugueses no Brasil não os eximiu de “competir” com “outros elementos étnicos”. O delineamento do sistema patriarcal fundado pelos portugueses e, em seguida, dos sistemas que lhe fizeram frente ao longo da história colonial (e ainda mesmo da história independente) será o teor desse novo momento abordado por CGS e SM.

No primeiro delineamento, o familismo desenvolvido no Brasil será estudado em termos da “história íntima”, clave teórica em que “despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida (...) [pois] dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo” (CGS, p.45). Produz-se aí, de saída, uma identificação entre o povo brasileiro e o processo anunciado no subtítulo de CGS: a “formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal”.

Essa identificação começa a se explicitar na definição dos movimentos que se poderia dizer “internos” à formação do patriarcalismo. Tendo vencido “no sentido militar e técnico” as populações indígenas e sendo “dominadores absolutos” dos negros trazidos da África para o trabalho nos engenhos, os

portugueses e seus descendentes criaram, pela falta de mulheres reinóis brancas, “zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos” (CGS, p.33). Assim “adoçando” relações que deviam se tornar de família entre superiores e inferiores, a miscigenação “corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (CGS, p.33). O patriarcalismo, com isso, é a um tempo aristocratizante – com a monocultura latifundiária “extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos” (CGS, p.33) – e democratizante – com a miscigenação redundando na subdivisão de grandes propriedades, “quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos” (CGS, p.33). Trata-se de um “ambiente de quase reciprocidade cultural[,] que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado” (CGS, p.160).

Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos (CGS, p.69).

Esse equilíbrio de antagonismos, que também se verifica na formação histórica de Portugal (cf. CGS, cap.3), toma no Brasil um curso específico quanto aos diferentes destinos reservados aos elementos que o compõem, isto é, portugueses, negros e indígenas. Começando pelos portugueses, lê-se que

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto aos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia, amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (CGS, p.36).

Nessas condições,

A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os

vice-reis e os bispos. A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representavam esse imenso poderio feudal (CGS, p.39).

É esse o contexto para o desenvolvimento do “exagerado privatismo” registrado na seção anterior, que incitava, entre outros, a justiça patriarcal – exercida por exemplo pelo suplício dos escravos, o que não causaria espécie, visto que “Eram senhores, os das casas-grandes, que mandavam matar os próprios filhos” (CGS, p.41) – e o mandonismo – em que o “*sexual undertone*” que perpassava a socialização dos filhos dos senhores com as escravas negras em sua infância acompanhava o menino em sua vida adulta, “induzindo-o à bestialidade e ao sadismo” (CGS, p.113). O exagerado privatismo não evitava “rivalidades sangrentas entre vizinhos” (CGS, p.426):

O que os casamentos entre parentes, tão comuns no Brasil do tempo da escravidão, nunca impediram, foi que lutas tremendas separassem primos e até irmãos, genros e sogros, tios e sobrinhos, extremando-os em inimigos de morte; que grandes famílias se empenhassem em verdadeiras guerras por questões de heranças ou de terras, às vezes por motivos de honra ou de partidarismo político (CGS, p.425).

Avalie-se na seqüência outro componente do complexo patriarcal estruturado no Brasil, o indígena. É importante ressaltar quanto aos princípios da colonização do Brasil: “Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone” (CGS, p.160). Entretanto, a capacidade dos indígenas submetidos ao jugo servil das casas-grandes limitou-se ao desempenho de tarefas condizentes com seu perfil de “povos acostumados à vida dispersa e nômade” (CGS, p.179), tais como o transporte de fardos, a pesca ou a orientação de exploradores pelo mato virgem. Embora este primeiro momento já o tivesse tirado do estado de “selvagem livre”, não havia ainda sido “arranca[do] pela raiz do seu meio físico e do seu ambiente moral” (CGS, p.229), o que viria a ocorrer no momento seguinte, da colonização latifundiária e monocultora. “Para livrar o indígena da tirania do engenho é que o missionário [jesuíta] o segregou em aldeias” (CGS, p.229), o que concorrerá para que,

Sob a pressão moral e técnica da cultura adiantada, esparram[e]-se a do povo atrasado. Perde o indígena a capacidade de desenvolver-se autonomamente tanto quanto a de elevar-se de repente, por imitação natural ou forçada, aos padrões que lhe propõe o imperialismo colonizador. Mesmo que se salvem formas ou acessórios de cultura, perde-se o que Pitt-Rivers considera o potencial, isto é, a capacidade construtora da cultura, o seu elã, o seu ritmo (CGS, p.177, grifos suprimidos).

Estará aí a razão para que, feito o reconhecimento de uma série de contribuições indígenas ao colonizador – como foi o caso com a vitória do complexo da mandioca sobre o trigo (cf. CGS, p.191) – a gravitação do argumento sobre elementos componentes do patriarcado se afaste da relação entre a “casa-grande e a mata tropical” e se volte sobretudo para a órbita da senzala.

Outro fado terá, no complexo patriarcal, o negro. Realce-se, antes de tudo, que a presença de africanos de diferentes origens étnicas e culturais, com as conseqüências daí hauridas para a articulação cultural do Brasil, se inscreve no âmbito imperial apresentado acima. Isso por conta de uma “política portuguesa de distribuição de negros nas colônias (...) [que] foi não permitir que se juntasse em uma capitania número preponderante da mesma nação ou estoque” (CGS, p.384). Para Gilberto Freyre, é preciso ressaltar que, “Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro em si, que apreciamos (...) Ao lado da monocultura, [a escravidão] foi a força que mais afetou a nossa plástica social” (CGS, p.397), sobretudo quando se sabe que a depravação sexual era a “essência mesma do regime” (CGS, p.399). Dito isso, pode-se notar que, na colonização do Brasil, “Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador (...) Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora” (CGS, p.390), tendo também contribuído para a mineração, criação de gado, trabalho de metais e para a culinária.

Gilberto Freyre arrola uma série de influências que criaram “diferenças a separarem cada vez mais o português do Brasil do de Portugal” (CGS, p.416), tais como as indígenas ou as do clima, acrescentando: “Mas nenhuma influência foi maior que a do negro. As palavras africanas hoje do nosso uso diário, palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras” (CGS, p.416). Essa discussão permite abrir um veio em que o Brasil principia a se diferenciar de Portugal enquanto objeto de discurso. O autor enunciará essa

oposição aproximando, na língua falada no Brasil, pólos que não se relacionavam no português falado em Portugal, a saber este mesmo “português correto, do reino” e a “corrupção das senzalas” (CGS, p.417). Esta “dualidade de línguas” em verdade já começara com a oposição entre a língua-geral usada pelos jesuítas em sua lida com os indígenas e o português que se reservava ao uso oficial (cf. CGS, p.219-220), aprofundando-se depois com a distinção entre a fala dos brancos de casa-grande e a dos negros de senzala. Portanto, “A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências (...) enriquece[ndo]-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa” (CGS p.417).¹² Retomando pois a temática do equilíbrio de antagonismos, Gilberto Freyre conclui que

O mestre ilustre que é João Ribeiro permita-nos acrescentar esta tentativa de interpretação histórico-cultural ao seu exame psicológico da questão dos pronomes; e ao mesmo tempo fazemos nossas estas suas palavras: ‘Que interesse temos, pois, em reduzir duas fórmulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão?’ Interesse nenhum. A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados (CGS, p.418).

A dimensão “interna” da formação do patriarcalismo tem sua importância indicada pelo tratamento que Gilberto Freyre dispensa ao recém-aparecido tema da nacionalidade. Lê-se, em CGS, que o brasileiro se distingue do reinol pelo fato de que, em que pese a consangüinidade, incide a “força ‘cósmica, misteriosa, que enlaça num mesmo ritmo os que convivem estreitamente unidos” (Spengler *apud* CGS, p.36) – e aqui o autor cita Oswald Spengler, “para quem o tipo de habitação apresenta valor histórico-social superior ao da raça” (CGS, p.36). Faz-se dessa forma mais uma oposição entre o habitante de Portugal e o do Brasil, em termos das influências diversas que produzem a arquitetura da casa-grande e a do solar lusitano. Donde dizer o autor que “Esta força [cósmica], na formação brasileira, agiu do alto das casas-grandes, que foram centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional” (CGS, p.36).

¹² O exemplo dado pelo autor é o do caso dos pronomes: “Temos no Brasil dois modos de colocar pronomes, enquanto o português só admite um – o ‘modo duro e imperativo’: diga-me, faça-me, espere-me. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: me diga, me faça, me espere. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois. Ora, esses dois modos antagônicos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimônia, por um lado, e de intimidade ou de súplica, por outro, parecem-nos bem típicos das relações psicológicas que se desenvolveram através da nossa formação patriarcal entre os senhores e os escravos” (CGS, p. 417-418, grifos suprimidos).

É ainda de CGS a asserção de que a economia agrária patriarcal foi a “força dominante na formação brasileira” (CGS, p.56n), a “sombra da monocultura projetando-se por léguas e léguas em volta das fábricas de açúcar e a tudo esterilizando ou sufocando, menos os canaviais e os homens e bois a seu serviço” (CGS, p.103). Ressalva-se, a propósito, que a casa-grande, “embora associada particularmente ao engenho de cana, ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária geral: criou-a no Sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar” (CGS, p.43). O patriarcado monocultor e escravocrata detém um caráter “transregional”, constituindo-se “talvez [no sistema] de maior influência na fixação de características nacionais e gerais no Brasil” (CGS, p.145n). Afirma-se em SM que

o Brasil teve no complexo ou sistema patriarcal (...) seu principal elemento sociológico de unidade (...) Daí nos parecer aquele complexo, de todas as chaves de interpretação com que possa um sociólogo aproximar-se do passado ou do caráter brasileiro, a capaz de abrir maior número de portas; a capaz de a[rt]icular maior número de passados regionais brasileiros num passado compreensivamente nacional: caracteristicamente luso-afro-ameríndio em seus traços principais – e não únicos – de composição cultural e de expressão social. Não descobrimos ainda passado regional brasileiro, de significado histórico, inteiramente rebelde à definição sociológica pelo domínio ou presença do complexo patriarcal (...) A não ser aqueles passados regionais apenas naturais – como o de grupos indígenas – e não históricos (SM, p.63).

A enunciação da nacionalidade brasileira, como se vê, submete o objeto a algumas filtragens na grade de especificação. A especificidade nacional do Brasil é afirmada contra Portugal no tocante à língua e ao tipo de habitação, e na seqüência com base no alcance territorial assumido pelo sistema patriarcal. A esta altura, pode-se atentar a outro movimento da escrita de CGS e SM, que levará a uma dimensão “externa” da formação do patriarcalismo. Para Ricardo Benzaquen de Araújo (2005), a constatação da anarquia colocada pelas “rivalidades sangrentas entre vizinhos” (derivadas do “exagerado privatismo”) fez com que o autor ampliasse sua análise, em busca de outras “formas de organização da sociedade” (a expressão é de Araújo) que tenham complementado os princípios patriarcais no processo de estabelecimento de uma unidade nacional brasileira. A esse respeito seria possível lembrar o argumento de que, como o maior ódio do português era ao mouro, desenvolveu-se no Brasil colônia o ódio aos hereges,

o inimigo contra quem se uniram energias dispersas e até antagônicas. Jesuítas e senhores de engenho. Paulistas e baianos. Sem esse grande espantallo comum talvez nunca se tivesse desenvolvido ‘consciência de espécie’ entre grupos tão distantes uns dos outros, tão sem nexo político entre si, como os primeiros focos de colonização lusitana no Brasil. A unificação moral e política realizou-se em grande parte pela solidariedade dos diferentes grupos contra a heresia, ora encarnada pelo francês, ora pelo inglês ou holandês; às vezes, simplesmente pelo bugre (CGS, p.269).

Daí se dizer “ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade” (CGS, p.91). A convergência entre senhores de engenho e jesuítas na oposição aos hereges aparecerá como uma tensa união, pois lia-se há pouco que o senhor “venceu” o jesuíta. Com efeito, sentiam os jesuítas “grandes e terríveis rivais” (CGS, p.272) nas pessoas dos senhores de engenho.

As observações no parágrafo anterior permitem detalhar o que foi dito ser a dimensão “externa” da formação do patriarcalismo. Revisando a narrativa de CGS, percebe-se que o destino que tiveram os indígenas veio a colocá-los *grosso modo* fora do sistema patriarcal, da “sociedade” instituída dentro da casa-grande. Ao gravitarem em direção às missões jesuíticas, saem da esfera de preocupações do patriarcalismo e aderem a um sistema marginal à casa-grande, que são aquelas mesmas missões. O leitor de CGS e SM encontrará outros tantos sistemas nessa situação marginal (e nem sempre complementar), o que faz crer que, se é válido propor que Gilberto Freyre procura apontar formas de organização da sociedade que tenham *contribuído* para a consolidação da unidade nacional no país, como aponta Araújo, não será menos válido propor que o autor dê subsídios para que se compreenda a consolidação do sistema patriarcal *em detrimento* de outras formas de organização da sociedade. Delineado o sistema patriarcal e suas credenciais a *articulador de um passado compreensivamente nacional*, tenciona-se inventariar também os demais sistemas competidores no terreno político brasileiro. Com isso espera-se pôr em realce a contingência do sistema patriarcal, não no tocante às rivalidades (por assim dizer internas a esse sistema) entre famílias, mas sim no que se refere a sistemas que o texto de Gilberto Freyre faz emergir como alternativas externas ao patriarcado. O novo delineamento é assinalado na passagem em que o autor adverte que, apesar de o patriarcado rural ter “dominado (...) a paisagem do Brasil colonial” entre o século XVI e o final do século XVIII,

ele – o autor – não sustentou “que o domínio da casa-grande de engenho tivesse sido até então absoluto” (SM, p.135).

A primeira entrada na rubrica desses sistemas – embora o autor não chegue a chamá-lo explicitamente de “sistema”, subsistindo alguma dúvida sobre sua capacidade de se organizar em um princípio efetivo de organização da sociedade – é dada pelos ciganos:

Não nos esqueçamos dos ciganos – outra mancha colorida de remoto orientalismo, na paisagem do Brasil. Ao nosso sistema patriarcal não se adaptaram esses nômades senão como marginais: como pequenos e às vezes sádicos vendedores de escravos nas cidades e como negociantes ou trocadores de cavalos, e conservadores de tachos, caldeiras e máquinas de engenho, no interior (SM, p.588).

O caráter nômade é, evidentemente, o critério a presidir a marginalidade dos ciganos, na leitura de Gilberto Freyre, até porque se sabe que, exceto pelos primeiros tempos da colonização, a política oficial incentivava o casamento para estabilizar o domínio e a colonização, fazendo prevalecer padrões europeus de cultura (cf. SM, p.137-138). O que caracteriza os ciganos na passagem é o atributo do orientalismo, em que sua presença no Brasil evoca o fundo imperial da história brasileira.

Outro sistema – aplica-se novamente aqui a ressalva anterior e sua decorrência, sobre o autor não chamá-lo “sistema” – é o das irmandades de negros instituídas nas cidades coloniais que sagravam, em festa anual, rei e rainha. Escreve o autor sobre o evento:

Esse rei do Congo e essa rainha Ginga, decorativos, burlescos ao olhos de hoje, mas revestidos de profunda dignidade nos breves dias de seu domínio, eram imagens evocativas de um poder real na costa africana, e que o tráfico extinguiu, ou reduzira seus detentores à condição de escravos de oito. Por umas poucas horas o negro voltava a ser livre. O rei ou o “imperador do Divino” exerciam jurisdição efetiva sobre seus “súditos”. E é compreensível que, na embriaguez desse domínio, alimentassem a veleidade de estendê-lo aos próprios senhores brancos. A instituição do reinado adquiria assim a veleidade de estendê-lo aos próprios senhores brancos. A instituição do reinado adquiria assim um conteúdo revolucionário, que seria causa de mais de um incidente penoso e mesmo de choques sangrentos (SM, p.538n-539n).

O autor refere ainda um documento em que o vigário de uma cidade mineira informa ao governador da capitania, em 1771, que impugnou a reeleição do rei de uma irmandade, “vedando o uso abusivo dos títulos de rei e rainha, por ver quanto

‘indecente, abominável e incompatível era pessoas semelhantes revestirem-se das insígnias de majestade’ – ‘coroa e cetro’” (SM, p.539n). Não apenas o caso levanta com muita clareza o caráter competitivo, aliás às vezes abertamente conflituoso, da relação entre os negros não-partícipes da “zona de confraternização” estabelecida nas casas-grandes e o sistema patriarcal, como também a carta do vigário de São Sebastião de Mariana patenteia o incômodo causado pelo uso de insígnias ligadas à majestade – como se sabe, um dos antecedentes da prática soberana (cf. Onuf, 1998, p.126-128). Resta evidente que essas irmandades não complementavam o patriarcalismo e mal lhe eram marginais, sendo quase radicalmente opostas, e por isso mesmo “revolucionárias”.

O terceiro sistema em tela é representado pelo quilombo de Palmares:

Mais do que simples revolta de escravos fugidos, essa república de mucambos ou palhoças parece ter sido verdadeiro esforço de independência baseado no prolongamento de um tipo parassocialista de cultura, inclusive de economia, em oposição ao sistema patriarcal e de monocultura latifundiária, então dominante (...) E só dificilmente as casas-grandes, os sobrados e o governo colonial conseguiram esmagar a cidade de mucambos. Foi a primeira cidade a levantar-se contra o engenho – essa cidade parassocialista de negros (SM, p.148-149).

Tem-se em Palmares uma oposição ideológica e bem articulada à regra anti-solidarista gestada no eixo aristocratizante das casas-grandes, pelo que fica explícito o contraste entre os sistemas. Era esse contraste tão candente em sua ameaça ao sistema patriarcal como um todo, que mobilizaria uma aliança entre o governo colonial e os senhores (tanto rurais como urbanos) para a ação armada, afinal vitoriosa. Mais uma vez tem-se um caso de “conteúdo revolucionário”.

O quarto sistema é representado pelos paulistas. São Paulo e Pernambuco foram “os dois grandes focos de energia criadora nos primeiros séculos da colonização, os paulistas no sentido horizontal, os pernambucanos no vertical” (CGS, p.73). Enquanto a atividade vertical se liga ao estabelecimento do patriarcalismo, a atividade dos paulistas se marcava pela “mobilidade horizontal (...) dos caçadores de escravos e de ouro, dos fundadores de fazenda de criar nos sertões e dos missionários” (CGS, p.126n). A equiparação de ambos os “focos de energia criadora” é em seguida revisada, com uma medida de constrangimento da atividade horizontal dos paulistas pelo patriarcalismo aglutinador:

Se é certo que o furor expansionista dos bandeirantes conquistou-nos verdadeiros luxos de terras, é também exato que nesse desadorno de expansão comprometeu-se a nossa saúde econômica e quase se comprometia a nossa unidade política. Felizmente aos impulsos de dispersão e aos perigos, deles decorrentes, de diferenciação e separatismo, opuseram-se desde o início da nossa vida colonial forças quase da mesma agressividade, neutralizando-os ou pelo menos amolecendo-os (CGS, p.88-89).

O quinto e último sistema arrolado (embora não se pretenda nessa contagem exaurir a questão em CGS e SM) é o que Gilberto Freyre apresenta como o maior competidor do patriarcado: o jesuíta. O primeiro registro a se fazer a respeito é sobre a via bifurcada que tomou a religião católica no Brasil. Por um lado, os “clérigos e até mesmo frades (...) [que] acomodaram-se às funções de capelães (...) à confortável situação de pessoas da família, de gente de casa, de aliados e aderentes do sistema patriarcal” (CGS, p.272). Por outro lado, os jesuítas, que combatiam o “colapso da moral católica” decorrente do contato do colonizador com a população indígena e pugnavam por um “rumo puritano” – de resto logrado dentro das missões jesuíticas (CGS, p.178). Procuraram “subordinar à Igreja os elementos passivos da casa-grande: a mulher, o menino, o escravo. Procur[aram] tirar da casa-grande duas de suas funções mais prestigiosas: a de escola e a de igreja” (SM, 181).

A família colonial chega a ser vista como um princípio organizador diametralmente oposto aos projetos jesuítas, quando se lê, sobre as missões, que “queriam os padres fundar no Brasil uma santa república de ‘índios domesticados para Jesus’ como os do Paraguai” (CGS, p.85). “Um quilombo teologicamente organizado” (SM, p.61). Fundava-se uma “virtual autocracia controlando a população nativa por regulação econômica e social comunista” (Goetz *apud* CGS, p.255n), que conseguiu “sufocar muito da espontaneidade nativa” (CGS, p.178) e que se evidencia pela supressão de cantos, línguas, danças e festivais, entre outros. Tudo isso condizia com a “orientação [dos jesuítas] de bons e severos soldados da Igreja; tocados mais que quaisquer outros na vocação catequista e imperialista. O imperialismo econômico da Europa burguesa antecipou-se no religioso dos padres da S.J.” (CGS, p.178). Já se assinalou que sucedeu aos indígenas “se artificializarem estes em uma população à parte da colonial” (CGS, p.224). Quanto aos jesuítas, se sua proscrição do Brasil pelo Marquês de Pombal decreta o fracasso de seus objetivos precípuos, o juízo de Gilberto Freyre quanto ao

legado dos colégios da Companhia de Jesus no Brasil anuncia uma nova questão. Além dos alunos serem “elementos de urbanização e de universalização” (SM, p.187),

nunca será exagerado acentuar o valor que tiveram para a sociedade brasileira nos seus períodos mais difíceis de integração – os séculos XVI e XVII, no litoral todo, o século XVIII, na área mediterrânea: séculos com tanta tendência para excessos, rebeldias, desmandos e para a preponderância dos valores materiais sobre os imateriais e dos interesses de famílias, ou de chefes de famílias, sobre os gerais – os seminários e colégios de padres (CGS, p.186-187).

Esta passagem é importante, pois reformula o teor da contribuição do sistema jesuítico em um sentido que enuncia, pela primeira vez dentro do *corpus* que se transcreve neste trabalho, a oposição entre “interesses de famílias” e “interesses gerais” no Brasil, não se referindo à velha oposição produzida no âmbito imperial entre a “iniciativa particular” e o “Estado colonizador” ou a “ação oficial”.

2.2.2. Análise

Há suficientes elementos para que se proceda à conclusão desta seção. A primeira distinção a que se fará referência é àquela entre passado e presente. As considerações a respeito da *articulação de um passado compreensivamente nacional* pelo sistema patriarcal estabelecem um contraste marcante com o momento anterior, da temporalidade imperial. A figura de emulação do passado intrínseca ao ideal imperial português e encontrada por exemplo na épica camoniana magnifica o contraste proporcionado pelo emprego do critério nacional na forja de um passado patriarcal. Ao escrever que “Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social” (CGS, p.45), Gilberto Freyre “como que busca abafar o (...) transoceanismo” (Puntoni, 2001, p.79, grifo suprimido). Torna-se possível compreender como uma temporalidade própria ao âmbito imperial português é substituída pela aplicação, ainda em nível elementar, de distinções temporais relativas ao moderno conceito de Estado.

Vale recapitular alguns trechos da passagem em que o autor propõe esse “novo passado” do Brasil. Primeiro, dá-se uma dupla *clausura* na narrativa histórica: por um lado, no que se diria a enunciação da história do referente, o sistema patriarcal é elevado a “principal elemento sociológico de unidade” do Brasil; por outro lado, no que se diria a enunciação da própria forma narrativa, o sistema patriarcal afigura-se, “de todas as chaves de interpretação com que possa um sociólogo aproximar-se do passado ou do caráter brasileiro, a capaz de abrir maior número de portas”. Esse passo duplo submete os vários “passados regionais brasileiros” a um só, “caracteristicamente luso-afro-ameríndio em seus traços principais” culturais e sociais. Como a confirmar o fim do transoceanismo e a mudança no programa marítimo-comercial português, “A construção da casa-grande representa o momento que marca a transfiguração do português em luso-brasileiro (...) É o primeiro momento nacional” (Bastos, 1986, p.51). Ao mesmo tempo em que anuncia a ruptura com a relação imperial de passado e presente, o autor esclarece que a força interpretativa do sistema patriarcal confina com o passado “não histórico” brasileiro, no que anuncia outra ruptura, desta vez com os “passados regionais apenas naturais”, como aquele ligado aos indígenas.

Correlaciona-se a nacionalidade brasileira e o passado patriarcal, no bojo de um método que “despreza” a história política e militar em prol de “uma quase rotina de vida”, em que “se sente o caráter de um povo”. Essa correlação anuncia o futuro descompasso entre a sociedade e o Estado na confecção de valores nacionais: a disseminação de “formas altas de civilização” pela vasta terra se deu sobretudo “através das casas patriarcais ou tutelares e de suas capelas; e não tanto através dos puros conventos ou das puras catedrais, nem das fortalezas ou estabelecimentos del-Rei ou, já independente o Brasil, de S.M. o imperador” (SM, p.59).

A contraposição do critério nacional ao imperial na formação do objeto de discurso estudado comporta conseqüências também no tocante à distinção entre o interior e o exterior. Já se compreende que o “imperialismo econômico dos colonos” veio a se dissociar gradativamente da metrópole, a ponto de se constituir em uma entidade à parte – o patriarcalismo. O caráter transregional do patriarcalismo rompe com a espacialidade imperial, declarando-a uma espécie de rudimentar exterior do Brasil. Sobre a família, dantes instrumento da política real, diz-se que: “Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo

limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes” (CGS, p.81). História e território coloniais começam a se corresponder.

O interior é marcado pela violência fundadora da própria nacionalidade, ou seja, o processo pelo qual os antagonismos de cultura entre o sistema patriarcal e os demais sistemas – “externos” ao sistema patriarcal – são sobrepujados ou incorporados. Aliam-se os indígenas, ineptos para o trabalho no complexo monocultor; marginalizam-se os ciganos, incapazes da essencial fixidez no espaço de dominação (primeiro metropolitano, depois patriarcal); cerceiam-se os ritos de negros de irmandades, deslegitimados para o uso de insígnias da soberania; esmaga-se a resistência de Palmares, desautorizado o desenvolvimento de formas sociais parassocialistas; aceitam-se as benesses da mobilidade de bandeirantes e de jesuítas (expansão das fronteiras e unificação lingüística da população indígena, respectivamente), ao custo do tolhimento dos impulsos dispersivos dos primeiros e da contenda contra o princípio de organização social avançado pelos segundos.

Com a chegada do Estado português em 1808, que será discutida na próxima seção, não foi apenas a unidade nacional que precisou ser mantida. Antes de direcionar a enunciação a problemas exclusivamente nacionais, Gilberto Freyre põe termo à competição de sistemas apresentada. De acordo com o autor, o militar e estadista do Império Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, “garantiu não só a integridade nacional contra as insurreições regionais como a supremacia da cultura européia da elite predominantemente branca e da classe senhoril” (SM, p.510). Embora aí já se assista à imposição de outro tipo de patriarcado, importa concluir que Caxias dá cabo a um processo operado sobretudo pelo patriarcado rural. Isso porque o sobrado, ao receber o legado da casa-grande, é-lhe em primeiro momento continuador. Antes de se voltar contra muito do repertório patriarcal, movimento que se acompanhará na próxima seção, o sobrado foi “mais senhorial que burguês” (Sallum, 2002, p.337), sendo sobretudo expressão urbana do patriarcado rural: “aguçou-se, entre nós, o processo, já antigo, de opressão (...) de pobres por ricos, de africanos e indígenas por portadores exclusivistas da cultura européias, agora encarnada principalmente nos moradores das principais cidades” (SM, p.513).

De volta à competição de sistemas, a distinção entre Estado e sociedade tem nesta seção seu lampejo inicial, em decorrência do destino ulterior dos jesuítas no Brasil. Entender o que se passou com eles demandará entender como se liquidou a outra forma do imperialismo, o “religioso dos padres”. O significado da “via bifurcada” entre capelães acomodaticios e jesuítas puritanos para o velho processo de dilatação da fé e do império será porventura melhor compreendido caso se excursionem mais uma vez para fora de CGS e SM, fazendo-se breve análise de obra contemporânea à de Camões, *Peregrinação*. Seu autor, Fernão Mendes Pinto (1989), narra episódios das conquistas portuguesas na Ásia, dos quais servirá de exemplo o que refere o roubo de um barco pelo capitão português António de Faria. Naufragado com alguns compatriotas sobreviventes em uma ilha deserta nos confins da Ásia (designada “Ilha dos Ladrões” pelo autor), Faria aproveita o descuido de alguns mercadores que pouco depois ancoram ali uma lorcha sem dar fé de sua presença. Exultando “esta embarcação que Nosso Senhor milagrosamente agora aqui nos trouxe” (Pinto, 1989, p.156), Faria capitaneia a tomada da lorcha e deixa para trás desamparados seus antigos marinheiros. Porém, queda-se no interior da embarcação o filho de seu antigo comandante, que recebendo uma oferta para se tornar cristão, pede que lhe expliquem do que se trata. Quando Faria o declara, diz chorando o moço: “– Bendita seja, Senhor, a tua paciência, que sofre haver na terra gente que fale tão bem de ti e use tão pouco da tua lei, como estes miseráveis e cegos, que cuidam que furtar e pregar te pode satisfazer como aos príncipes tiranos que reinam na terra” (Pinto, 1989, p.158).

A passagem coloca uma interrogação a respeito dos efeitos que a experiência asiática teve para a dimensão religiosa desta que foi chamada “dupla verdade” – porque religiosa e comercial – da expansão portuguesa por Luiz Costa Lima (2003) (cf. Lafer, 1965, p.11-15). Fernão Mendes Pinto, pela voz do menino separado do pai, enuncia os horrores que a expansão gerava, produzindo situações *inomináveis*, tais como a que enseja a crítica da conduta “cristã” de António de Faria na Ilha dos Ladrões. “É a experiência por terras ignoradas que, pouco a pouco, rompe com a visão integrada do cosmo cristão” (Costa Lima, 2003, p.109) que Calmon havia atribuído ao conceito camoniano de império. Em *Peregrinação*, assim, “acentuam-se o desencantamento do mundo, a consciência de que o cristianismo não dominará o Oriente, (...) o espaço agora apenas físico, disposto

para a agência do homem, mas de um homem que, cada vez mais, se verá como desamparado” (Costa Lima, 2003, p.122, grifo suprimido).

Em CGS e SM, os jesuítas se excedem em sua “vocação catequista e imperialista”, a começar pelo esforço primevo contra o “colapso da moral católica”. Quando se pensa – para fazer ainda uma rápida referência fora de CGS e SM – nos sermões do padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, como “dispositivo[s] teológico-político[s] de produção da Presença divina nas instituições portuguesas metropolitanas e coloniais” (Hansen, 2003, p.101), vê-se que o imperialismo catequético dos jesuítas enunciado por Gilberto Freyre invoca intacta aquela figura de emulação do ideal imperial. Conforme lembra o autor, esse imperialismo jesuíta já havia redundado na “santa república de ‘índios domesticados para Jesus’” que foi o Paraguai, o que fixa claramente o potencial por assim dizer altermundista subjacente ao pólo jesuíta em CGS e SM.¹³

O fato, no entanto, é que os jesuítas foram vencidos pelo patriarcado. Com isso – e agora se poderá levar a termo a digressão aberta com Fernão Mendes Pinto, sem se pretender mais que desvelar o pano de fundo imperial da religião em CGS e SM – o catolicismo no Brasil prossegue a trajetória corrosiva a que a Ásia destinou a religiosidade portuguesa. Por isso quer-se dizer que, se em *Peregrinação* já se registra o desencantamento e a possibilidade da agência humana ao custo do desamparo, CGS e SM arrematam o fracasso da via puritana e, em seu lugar, afirmam o valor assumido pelo que Araújo (2005) chamou o “caráter utilitário” da religiosidade. A religiosidade da casa-grande, como se viu acomodatória à soberania do senhor de engenho e transigente com as práticas nativas e africanas no contexto da reciprocidade cultural no interior do patriarcalismo, constitui-se em uma “prática fundamentalmente mágica do catolicismo, em que todos os anjos, santos e o próprio Cristo eram mobilizados em prol dos mais mundanos e contraditórios interesses dos habitantes da casa-grande” (Araújo, 2005, p.80). Tudo o que se vem dizendo sobre as atribulações do catolicismo no plano imperial e no Brasil levou, de um lado, à desarticulação do imperialismo “religioso dos padres”, e, de outro, à privatização da religião no

¹³ Esse potencial poderia ser ilustrado pela descrição feita do domínio jesuíta sobre o Paraguai: “tinham, em outra parte, no Paraguai, fundado um império próprio, vassalo, se assim quisermos, da monarquia de Espanha, mas onde a só autoridade prevalente era a deles. No Brasil não lhes vingara o plano, se acaso, como é de presumir, o tiveram. Às tentativas, nos primeiros tempos esboçadas, respondeu a oposição, a miúdo violenta, dos colonos” (Azevedo, 1990, p.108).

Brasil. Com a efetividade de suas normas comprometidas pela acomodação ao patriarcado, a religiosidade católica se torna um valor ligado ao privado, que “se adapt[a] ao círculo da família patriarcal” (Costa Lima, 1989, p.227).

Enquanto a religiosidade predominante no país se ensimesmou no universo das casas-grandes, um inusitado legado do puritanismo jesuíta emerge no texto de Gilberto Freyre: a mencionada identificação entre a obra dos colégios da Companhia e um interesse geral da sociedade. Com sua “tendência para uniformizar e estandardizar valores morais e materiais” (CGS, p.219), a secular oposição da Companhia de Jesus às famílias patriarcais findará por contribuir para uma ordem de interesses não mais ligada a construtos como a “santa república” mas a uma “sociedade brasileira” que já se pressente qualitativamente diversa da “sociedade” correspondente ao patriarcalismo. Basta assinalar que o *exagerado privatismo* gestado nas casas-grandes – além de todo um “clima espiritual” de falta de limites (cf. Araújo, 2005, cap.2) – constitui um “terreno irrigado basicamente pelo excesso [que inviabiliza] o fechamento ou mesmo a preservação de qualquer acordo que possa garantir alguma segurança e estabilidade para a vida social” (Araújo, 2005, p.86-87). A religião figura, dessa forma, como um exemplo de como o privatismo patriarcal impossibilitou a compreensão do que fosse a ação pública,¹⁴ ao passo que a área da educação é das pioneiras, em CGS e SM, no processo de distinção de um campo separado, a partir do qual se pode proferir o *interesse geral* – a sociedade.

O caráter do patriarcalismo como *todo um sistema econômico, social e político*, com todos os constrangimentos que acima se relacionou ter exercido sobre demais elementos no cenário político do Brasil convida a algumas palavras finais. Na proposta de Jens Bartelson,

Toda política em última análise é política *internacional*, se por “internacional” não mais entendermos o que ocorre em um campo pré-constituído, mas sim o tipo de práticas que são fundamentais para o estabelecimento de tais campos – isto é, a política como a busca pelos princípios primeiros da política na ausência de princípios primeiros (1998, p.322).

¹⁴ Cita-se em SM passagem em que um monsenhor Silvério explica que “Os oratórios em fazendas com entradas francas para todos, têm sido considerados sempre como públicos e suprem a falta de capelas” (*apud* SM, p.264n). A passagem é indicativa da inversão completa da distinção entre público e privado, em que aquele reaparece no interior deste.

Outra forma de designar a competição de sistemas pode ser divisada a partir do entendimento dessa competição como um processo que veio a consagrar o patriarcalismo como um princípio primeiro do terreno político brasileiro, um processo contingente em que o império português, a santa república jesuíta, a horizontalidade paulista, o quilombo de Palmares, as irmandades de negros e o nomadismo dos ciganos concorreram com maior ou menor chance de sucesso. Tal como CGS e SM narram o processo, torna-se possível sentenciar que “A ‘política’ de Gilberto Freyre estiola fora da casa grande” (Cardoso, 2003, p.26). Sejam feitas duas ressalvas.

A primeira vai no sentido de que, apesar de se ter observado ao longo desta seção o emprego – decerto restrito ou precário – de distinções próprias ao conceito de Estado, não está nesse conceito a gravitação do argumento de Gilberto Freyre sobre o “princípio primeiro” do Brasil como campo. Este se encontra antes na nacionalidade (e por esse meio mais próximo da sociedade), em que o objeto de discurso, feitas as devidas oposições (particularmente ao império), é então associado aos atributos da especificidade histórico-social (a forma tomada por sua linguagem), da homogeneização (habitantes da casa-grande enlaçados em um mesmo ritmo) e da projeção territorial (em que, por meio do patriarcalismo e em oposição à fase imperial ou transoceânica, história e território brasileiros começam a coincidir). Trata-se de uma “inclusão exclusiva” de atributos, dadas as violências para que se fundasse um sistema por isso mesmo vitorioso. Seja como for, já se adiantava acima que o patriarcado sofrerá uma transição para o Estado (simbolizada pelo duque de Caxias), o que abre duas sugestões. Por um lado, a vitória do patriarcado prepara o terreno para o implante do (conceito do) Estado; por outro, sem se poder escamotear as tensões inerentes a esse implante – às quais se fará referência na seção seguinte –, o fato de a nacionalidade brasileira estar ligada à casa-grande anuncia o problema da relação que o Estado pode ter com uma sociedade que porta essa nacionalidade.

A segunda ressalva é no sentido de que a designação de “política internacional” ofertada por Bartelson não se afigura como a mais apropriada para a análise de CGS e SM, cumprindo ampliar seu escopo. Quando se considera que o internacional moderno emergiu justamente como uma alternativa pluralista às formas universalistas de inteligibilidade histórica da Igreja e do Império (cf. Foucault, 2006, cap.11; Walker, 1995, cap.1); e quando se considera que foram

justamente ambas essas formas que, na lição de CGS e SM, *concorreram* com a nação – e com o Estado, por extensão – pelo terreno político brasileiro; será o caso de sugerir que o que se acompanha em CGS e SM é a política mundial, por ela entendendo-se, no mínimo, um espaço de *negociação* entre diferentes inteligibilidades,¹⁵ dentre as quais a avançada mais tarde pelo princípio da soberania estatal (ou: pelo conceito do Estado) é apenas uma.

2.3 Médicos, Juízes e Anglófilos

2.3.1. Exposição

SM informa que de meados do século XVIII até primeira metade do século XIX ocorrem mudanças substanciais no panorama patriarcal: “com o desenvolvimento da indústria das minas, com o crescimento das cidades e dos burgos, sente-se declinar o amor del-Rei pelos senhores rurais” (SM, p.118-119). Por um lado, aparece a figura do intermediário, aquele que fornecia crédito e trabalhadores escravos aos engenhos. Sua riqueza contribuiu para o desenvolvimento das cidades e de uma burguesia domiciliada em sobrados urbanos e sequiosa do poder até então reservado ao patriarcado rural (SM, p.113-114). O comércio e a indústria nas cidades se tornam “força mais sólida, na economia nacional, do que a nobreza da terra” (SM, p.383). Por outro lado, a atividade mineradora faz com que, mesmo antes da chegada da família real em 1808, o Brasil já se tornasse, dentre as colônias do império lusitano, “a governada com mais rigor” (SM, p.105). Os reis de Portugal arrocham a cobrança das dívidas dos latifúndios, prestigiam os negociantes (SM, p.393) e, após 1808, o Banco do Brasil ajuda a acentuar “a gravitação de riqueza e de energia para as capitais, particularmente para a Corte” (SM, p.118).

Pode-se aprofundar a apresentação dessas mudanças dentro das principais linhas argumentativas de SM. Inicie-se pelo tema da maior presença do governo:

¹⁵ “A inteligibilidade resulta de uma prática agressiva. Ela não torna o mundo inteligível, mas na verdade exclui mundos alternativos” (Shapiro, 1999, p. 59).

Os capitães mandados para as Minas eram como se viessem para terras que acabassem de ser conquistadas: arrogantes, dominadores, seu duro olhar fiscalizando tudo, até as libertinagens dos frades. A própria tradição dos grandes proprietários açoitarem criminoso em suas fazendas, dentro da porteira tabu dos seus engenhos, é quebrada em Minas em pleno século XVIII (...) Fazendas e engenhos invadidos pela polícia. Quebrado o maior tabu da aristocracia rural (SM, p.119).

Os engenhos, ainda, “deram para ser invadidos por agentes de cobrança, representantes de uma instituição arrogante da cidade – o banco – (...) desprestigiadora da majestade das casas-grandes” (SM, p.121). Tal situação não poderia ser mais oposta em seus característicos ao que se poderia chamar a “territorialidade” do sistema patriarcal:

As condições de colonização criadas pelo sistema político das capitâneas hereditárias e mantidas pelo econômico, das sesmarias e da grande lavoura – condições francamente feudais – o que acentuaram de superior aos governos e à justiça del-Rei foi o abuso do coito ou homizio pelos grandes proprietários de engenhos (...) Criminoso ou escravo fugido que se apadrinhasse com senhor de engenho livrava-se na certa das iras da justiça ou da polícia (CGS, p.270-271).

Em suma, a majestade das casas-grandes, as práticas da depravação sexual (o coito) e do homicídio e da guarida a criminosos (o homizio) são colocadas em cheque pela “invasão” dos engenhos pela polícia e pelos bancos (ou agentes de cobrança em geral) durante a Colônia.

A chegada da família real no Brasil em 1808 intensifica a presença do governo começada com a mineração. Para Gilberto Freyre,

a simples presença de um monarca em terra tão antimonárquica nas suas tendências para as autonomias regionais e até feudais, veio a modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos. Uma série de influências sociais – principalmente econômicas – algumas anteriores à chegada do príncipe mas que só depois dela se definiram ou tomaram cor, começaram a alterar a estrutura da colônia no sentido do maior prestígio do poder real (SM, p.106).

Desfazem-se acomodações produzidas pela casa-grande: “novas distâncias sociais (...) começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena. Uma nova relação de poder que continua, entretanto, a ser principalmente o dos senhores, o dos brancos, o dos homens” (SM, p.31). O que antes foram “zonas de confraternização” se

transforma em “momentos de confraternização” urbanos, fenômenos como procissões e carnavais. “Aqueles momentos de confraternização (...) Marcaram um prestígio novo no nosso sistema de relações sociais: o prestígio da rua” (SM, p.32), dando importância a fatores como a iluminação pública e à contenção dos excessos dos sobrados (que foram versões urbanas ou semi-urbanas das espaçosas casas-grandes): “Restrições contra os desmandos patriarcais das casas assobradadas que ainda faziam das calçadas, terreno de partir lenha e escoadouro de água durante o dia” (SM, p.318).

Trata-se, dessa forma, de época de “franca desintegração do sistema patriarcal se não em todas as áreas brasileiras, nas mais expostas ao impacto das influências individualistas, estatistas ou coletivistas” (SM, p.77). Essas influências levam a uma modificação fundamental da fisionomia da sociedade colonial, norteadas por famílias e classes (SM, p.473):

O absolutismo do *pater famílias* na vida brasileira (...) foi se dissolvendo à medida que outras figuras de homem criaram prestígio na sociedade escravocrática: o médico, por exemplo; o mestre régio; o diretor de colégio; o presidente de província; o chefe de polícia; o juiz; o correspondente comercial. À medida que outras instituições cresceram em torno da casa-grande, diminuindo-a, desprestigiando-a, opondo-lhe contrapesos à influência: a Igreja pela voz mais independente dos bispos, o governo, o banco, o colégio, a fábrica, a oficina, a loja (SM, p.238-239).

E ao lado desse declínio [do patriarcado rural e mesmo do urbano, ou semi-urbano] verificou-se – ou vem se verificando – o desenvolvimento de formas por alguns chamadas particularistas, ou individualistas, de organização de família, de economia, de cultura. Apareceram mais nitidamente os *súditos* e depois os *cidadãos*, outrora quase ausentes, entre nós, tal a lealdade de cada um a seu pai natural ou social, que era o patriarca, o tutor, o padrinho, o chefe de família (SM, p.475).

A emergência de súditos ou cidadãos, concomitante ao desenvolvimento de outras “figuras de homem” prestigiadas na sociedade, é o que sustenta a afirmação feita no fim da seção anterior sobre se estar diante de uma sociedade qualitativamente diversa a partir do momento em que se enunciam “interesses gerais”. Acrescente-se que inovações como a mineração e as estradas de ferro criavam “uma nova camada de população: a de homens livres, na sua maioria mestiços, engrandecidos ou valorizados pelo fato de saberem dominar ou manejar máquinas ou motores, importados da Europa” (SM, p.668).

A trama da formação brasileira é assim ampliada por meio de uma abertura à multiplicidade de fatores, em que a “competição” ente as novas figuras de homem e o *pater familias* substitui a competição de sistemas anterior. Mas é preciso acrescentar que o crescimento de instituições em torno da casa-grande tem uma orientação particular, já sinalizada pela última citação: “A valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa, mas uma Europa burguesa, de onde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete” (SM, p.712), entre outros. “Eram tendências encarnadas principalmente pelo bacharel, filho legítimo ou não do senhor de engenho ou do fazendeiro, que voltava com novas idéias da Europa – de Coimbra, de Montpellier, de Paris, da Inglaterra, da Alemanha” (SM, p.712). Assim, embora admita mais de uma aproximação e por isso mesmo seja retomada mais adiante, a questão do contato do Brasil dos séculos XVIII e XIX com a Europa burguesa é inextricável daquela a respeito da estruturação de uma nova sociedade no país a partir dessa mesma época.

O papel dos bacharéis, cuja importância já se evidencia com a “primeira grande aventura de liberdade, o primeiro grande contato com o mundo, com a Europa nova” (SM, p.107), que foi a Inconfidência Mineira, se consolida no século XIX. Tem por expoente o segundo soberano brasileiro, cujo “reinado de certo modo antipatriarcal” (SM, p.194) adianta o campo de tensão estabelecido pelos bacharéis:

Desertor da meninice – que parece ter deixado sem nenhuma saudade – Pedro II foi, entretanto, o protetor do Moço contra o Velho, no conflito que caracterizou o seu reinado, entre o patriarcalismo rural e as novas gerações de bacharéis e doutores (...) [Deve-se acrescentar o fato de os] moços representarem a nova ordem social e jurídica, que o imperador encarnava, contra os grandes interesses do patriarcado agrário, às vezes turbulento e separatista, antinacional e antijurídico (SM, p.193).

Essa oposição entre uma nova ordem encarnada pelos bacharéis e o velho patriarcado ganha contornos claros quando projetada sobre a distinção entre Estado e sociedade. Os bacharéis se opunham, como administradores do Estado, à sabedoria dos velhos capitães gerais, contrapondo ao “realismo político” destes seu “romantismo jurídico” trazido das aulas na Europa (cf. SM, p.197). Entretanto, talvez seja na dimensão privada, na história social, que se sinta acima

de tudo o que está em jogo com a ascendência dos bacharéis. Ali, a oposição é sobretudo entre os médicos diplomados e os saberes de curandeiros africanos ou indígenas influentes no trato médico no meio patriarcal, falando-se de um “choque de culturas” entre os dois lados (cf. SM, p.639-643).

O aparecimento de súditos, cidadãos e novas figuras de homem, bem como da “nova camada de população” que foram os homens livres, marcam o emprego, na formação do objeto de CGS e SM, de uma categoria definida pela série populacional. Gilberto Freyre dá indícios para que se compreenda como se desenvolveu – ou melhor: como chegou – no Brasil essa nova perspectiva, quando se refere à novidade de um seminário inaugurado no século XVIII pelo padre Azeredo Coutinho, egresso da Universidade de Coimbra:

Em vez de só religião e retórica, gramática e latim, o seminário de Olinda começou a ensinar as ciências úteis, que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro, cuja transição do patriarcalismo agrário para um tipo de vida mais urbana e mais industrial, exigia orientadores técnicos bem instruídos e não apenas mecânicos e artífices negros e mulatos, que aqui continuassem de oitava a tradição peninsular dos artistas mouros, ou a africana, dos seus avós negros. Exigia, também, o meio em transição, o estudo dos problemas econômicos criados pela mineração, pela industrialização, pelo declínio da economia baseada simplesmente na monocultura ou no monopólio: outro aspecto da situação brasileira que Azeredo Coutinho parece ter compreendido admiravelmente (SM, p.191).

O lado dos médicos naquele choque de culturas é justamente o dos bacharéis educados na Europa ou em seminários como o de Olinda, onde se versavam em “ciências úteis” correspondentes ao meio brasileiro e se inteiravam dos “problemas econômicos” a ele afetos. Por isso surgem problemas antes indetectáveis, próprios à sociedade urbana cuja consolidação se vem acompanhando nesta seção, problemas tais como os que se arrolam no capítulo final de CGS e ao longo de SM e que se pode listar – mais uma vez, sem pretender a exaustão – como o problema da mortalidade infantil (cf. CGS, p.448-449), da insalubridade nas residências patriarcais devido ao enterro dos mortos em suas capelas (cf. CGS, p.526), da higiene escolar e da moral sexual nos internatos (cf. CGS, p.506), da saúde da mulher (cf. SM, p.262n), da saúde pública (SM, p.300) e do abastecimento de víveres nas cidades (SM, p.287).

Para Gilberto Freyre – e nisto apreende-se o caráter tenso da ascendência dos bacharéis no espaço da sociedade – a discussão sobre o exercício da prática médica apenas por médicos titulados foi

uma das zonas mais delicadas de transição do sistema patriarcal – do rural, e mesmo do urbano – com sua medicina principalmente doméstica, para o sistema de família pequena, conformada a renunciar várias de suas responsabilidades de domínio ou tutela social nas mãos de médicos públicos, professores públicos, repartições públicas (SM, p.694n).

Veja-se as implicações dessa transição, de que o médico será expoente, para atores sociais agora na defensiva, como o capelão e o *pater famílias*, no caso da saúde feminina:

‘Da infância à idade provectora, apresenta-se a mulher ante o médico como um complexo de defeitos, atuando em sua organização física como na organização moral’, concluía o ilustrado membro da Imperial Academia de Medicina [Luís Correia de Azevedo] já consciente da responsabilidade que cabia ao médico, numa sociedade como a brasileira do meado do século XIX, na qual, nas principais cidades e nas áreas rurais mais adiantadas, a figura do médico como orientador da formação da mulher vinha substituindo a do capelão e comprometendo a onipotência do chefe de família (SM, p.262n).

Outra passagem citada pelo autor, em que o Dr. Correia de Azevedo coloca seus colegas na condição de guardiões da “vida nacional”, do “organismo brasileiro” e da “moral pública” (cf. SM, 330), indica o quanto a ação privada dos médicos não prescindia de uma correspondente dimensão pública, dado o relevo político adquirido pelos higienistas. Essa discussão sobre o papel do médico reforça o emprego da distinção entre interesses particulares e gerais ocorrido na avaliação do legado dos colégios jesuítas. E, com base nela, pode-se extrapolar para uma associação entre o interesse geral e a ação do governo (embora em breve se vá compreender que isso é antes excepcional que normal em SM), o que pode ser observado já no relato do autor sobre uma disputa entre atravessadores ligados a interesses reinóis e produtores paulistas pelo fornecimento de gado para a cidade de Diamantina no século XVIII: “Nesses conflitos entre o interesse geral da população das cidades e os intermediários e açambarcadores do comércio (...), convém recordar que os governadores coloniais quase sempre estiveram ao lado do povo e contra os magnatas” (SM, p.287).

A própria enunciação de um “interesse geral da população das cidades” faz pensar que a especificação do objeto de discurso é realizada na formulação do autor de tal modo que já se distingue significativamente da fisionomia-padrão da sociedade colonial, e isto em um caso que se passa ainda durante a Colônia, ou seja, sem que possa imaginar um Estado da magnitude do que se instala em 1808 a secundar essa perspectiva da série populacional. Quando se instala esse Estado, o autor se vale de um caso para sedimentar a associação dos médicos ao interesse público:

Parece que em nenhum ponto o interesse privado, cruamente representado no Brasil de economia escravocrática pelo importador de negros, chocou-se mais violentamente com o interesse público, representado principalmente pela higiene urbana, do que neste; a importação de negros doentes (SM, p.373).

A conexão entre “interesse público” e higiene urbana, além de aproximar os médicos ao Estado, direciona a atenção para a ocorrência correlacionada de urbanização e série populacional. Com efeito, a concentração das melhores terras pelos sobrados gerava a exclusão dos membros do “sistema de família pequena” que se estruturava, restando a estas regiões mais insalubres, como era no limite a dos mucambos. Estava criada a demanda de gestão de problemas peculiares ao novo arranjo espacial e social da sociedade brasileira (cf. SM, p.300-301). Vistos os efeitos da capacidade de agência com que o texto dota a administração colonial e, em seguida, o Estado levado ao Brasil em 1808, a saber as incisões coercitivas de ambos no sistema patriarcal, desbastando novos espaços sociais como a rua, produzindo novas classes sociais, como a de cidadãos, e permitindo o exercício de novos programas políticos, como aquele dos bacharéis e dos médicos, é o caso de pesquisar quais os atributos do Estado de que se vem falando.

Deve-se partir da constatação da resiliência do patriarcado: “diminuída pela matriz, pela catedral, pela fábrica, pelo colégio, pelo hotel, pelo laboratório, pela botica – a casa do século XIX continuou a influir, como nenhuma dessas forças, sobre a formação social do brasileiro de cidade” (SM, p.35). “O brasileiro pela sua profunda formação patriarcal e pela semi-patriarcal (...) Gosta da rua, mas a sombra da casa o acompanha” (SM, p.36). É contra esse pano de fundo que será possível compreender a forma pela qual o Estado se afirma em CGS e SM. De acordo com o autor,

Ao declínio do poder político do particular rico (...) correspondeu o aumento de poder político público, encarnado por órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos do governo monárquico e, depois, do republicano, não raras vezes instalados em antigas residências patriarcais como em ruínas de fortalezas conquistadas a um inimigo poderoso: desses que, mesmo depois de vencidos, se fazem notar pelas sobrevivências ou aparências do seu antigo poder. Tal o caso do palácio do Catete e o do Itamarati, no Rio de Janeiro, que, ainda hoje, recordam aos olhos do brasileiro ou do estrangeiro o que foi o patriciado do Brasil patriarcal: tão opulento – principalmente na área fluminense – que os estadistas da república de 89 encontraram nas residências dos antigos barões do Império melhores palácios onde instalarem os principais órgãos do governo republicano do que nas próprias residências dos antigos imperadores ou dos antigos príncipes (SM, p.57-58).

Mais do que uma disposição arquitetônica, esta passagem ilustra que “Para esse patriarcalismo o Estado era o pai dos pais de família. Principalmente dos mais ricos, dos mais ordeiros; e só dentro da ordem, mais progressistas” (SM, p.382-383). Essa afinidade condicionava a ação estatal. Independente o Brasil, assinala Gilberto Freyre,

Eram os principais magistrados brasileiros, e não apenas os ministros, que se revestiam então, para o exercício de suas funções, de becas ‘ricamente bordadas’, vindas do Oriente. Se o hábito faz sempre o monge, a justiça por eles administrada ou distribuída era antes a patriarcal que a estatal nas suas inspirações; a que considerava antes a família que o indivíduo ou o Estado. E a julgar pelas leis – então dominantes num país patriarcal como o Brasil – a favor da propriedade de homens por homens, da subordinação quase absoluta das mulheres aos maridos e dos filhos aos pais, de defesa da religião como valor político e familiar e não apenas individual ou pessoal, os magistrados brasileiros da primeira metade de século XIX, revestidos daquelas becas orientais, se sentiam mais à vontade para exercer seu ofício do que em togas de juízes ingleses ou franceses impregnados de estatismo ou de secularismo (SM, p.574).

A esses juízes de propensão patriarcal cabe acrescentar duas notas: uma, a de que a substituição do rei de Portugal pelo imperador do Brasil “foi de certo modo absorção – a das prerrogativas do patriarca por el-Rei” (SM, p.475-476). Na outra nota, Gilberto Freyre observa que José Bonifácio de Andrada e Silva, em que pese a aguda crítica que fez ao patriarcalismo na *Representação à Assembléia Geral Constituinte*,¹⁶ tinha em sua conduta pessoal traços típicos do sadismo próprio aos que cresceram naquele sistema:

¹⁶ “Em 1823 já perguntara José Bonifácio, em sua *Representação à Assembléia Geral Constituinte*: ‘que educação podem ter as famílias que se servem com esses infelizes sem honra,

José Bonifácio, ao escrever libelo tão forte contra a escravidão, não sabemos se teria consciência dos vícios de caráter por ele próprio adquiridos no contato dos escravos: seu estranho sadismo, por exemplo. Revelou-o bem ao assistir por puro prazer, sem nenhuma obrigação, ao castigo patriarcal que a soldados portugueses mandou infligir de uma feita o Imperador D. Pedro I no Campo de Santana: cinquenta açoites em cada um. Castigo de senhor de engenho em negros ladrões (...) José Bonifácio, que assistiu a tudo por gosto, conservou-se no campo até o final da flagelação. Até o cair da noite. Sinal de que a cena não lhe desagradara. Outras evidências poderiam juntar-se de vários traços, no caráter de José Bonifácio, que se podem atribuir à influência da escravidão. E se destacamos José Bonifácio é para que se faça idéia da mesma influência sobre homens de menor porte e personalidade menos viril (CGS, p.434-435).

Em lugar de um fraco simbolismo, em que o Estado brasileiro se apoderaria posticamente de elementos característicos do patriarcalismo, enuncia-se uma estreita vinculação sociológica entre o Estado – e os estadistas – e o sistema patriarcal. Mesmo inscrita no objeto de discurso a demarcação de uma sociedade, a resiliência de característicos patriarcais faz com que não se possa dela destacar com clareza um Estado. Mesmo afirmada a existência de um interesse geral da população relacionada a essa sociedade, não é incontestável a coincidência entre esse interesse e um Estado capaz de lhe dar encaminhamento institucional. A vedação do estatismo e do secularismo no marco jurídico, além do arraigamento de hábitos de fundo patriarcal até naquele que é (apropriadamente?) chamado o Patriarca da Independência, José Bonifácio, criam uma relação de complexa complementaridade entre o sistema social em declínio e o agente largamente responsável por lhe conduzir a essa situação, a começar pelo soberano, herdeiro das prerrogativas patriarcais dos reis de Portugal. Agente, além disso, que pretende (ao menos supostamente) afirmar-se em seu lugar, substituindo-lhe. O que se afigura a esta altura é que, apesar de ser largamente responsável pelo declínio do patriarcado, o Estado não só não o pode pôr a pique como também não deseja – ao menos em setores como o dos juizes com suas becas orientais – abrir mão de alguns de seus modos mais característicos de pensamento e ação.

sem religião? Que se servem com as escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo se compensa nesta vida. Nós tiranzamos os escravos e os reduzimos a brutos animais; eles nos inoculam toda a sua imoralidade e todos os seus vícios. E na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na filosofia, por assim dizer doméstica, de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil quando o consideramos de baixo desses dois pontos de vista?” (CGS, p. 433-434).

A ressalva na frase anterior, em que se distingue o setor dos juizes de eventuais setores onde se deseje abrir mão dos modos patriarcais, se justifica quando o leitor de SM atenta para a contraposição entre aqueles juizes e os estadistas ou cidadãos que Gilberto Freyre chamará anglófilos. Para delineá-la, importa definir o processo de re-europeização.

Antes que a Europa burguesa se fizesse sentir no Brasil pela ação da Inglaterra e da França, ela se insinuara pelo Recife judaico-holandês do século XVII. Embora tenha se constituído no “maior centro de diferenciação intelectual da colônia, (...) o esforço católico no sentido da integração procurava conservar [a colônia] estranha às novas ciências e às novas línguas” (SM, 440-441). Não se perturbou, por isso, a “rotina agrícola” e a “consciência de espécie’ luso-católica” dos colonos (SM, p.107-108).

Os vínculos estabelecidos no século XIX, todavia, têm impacto incomparavelmente maior. Antes de mais nada, diga-se que o “inglês, em 1808, não [é] mais o herege nem o ‘bicho’ que era preciso salpicar de água benta, para se receber dentro de casa, mas, ao contrário, criatura considerada, em muitos respeitos, superior” (SM, p.429). A ele, e aos demais europeus, estão ligados os bacharéis e os médicos discutidos anteriormente, mas, como se disse, esses vínculos assumem gradação mais forte nas pessoas envolvidas no que Gilberto Freyre nomeia a europeização ou re-europeização do Brasil. Pode-se pois arrazoar esta diferença que se cuidou em ressaltar: enquanto médicos e anglófilos estão ligados (em maior ou menor escala) a saberes advindos da Europa burguesa, os médicos não são equiparáveis aos demais agentes de re-europeização no sentido de censura que Freyre lhes reserva. Essa censura será esclarecida com a apresentação do programa re-europeizador.

A re-europeização começou com a chegada de D. João VI em 1808, da qual se diz:

É que os orientadores do Regente e ele próprio agiram menos em função de uma política castiçamente portuguesa ou ibérica com relação ao Brasil, do que de uma política imperialmente inglesa, ou britânica, de absorção dos produtos de suas indústrias. Os ‘olhos dos estrangeiros’, ou antes, dos ingleses, é que passaram a governar o Brasil através menos de cônsules e de caixeiros-vajantes, que daqueles portugueses e brasileiros anglófilos do tipo do conde de Linhares e do economista Silva Lisboa (...) E para eles o Ocidente perfeitamente civilizado eram a Inglaterra e a França. Principalmente a Inglaterra. Donde o sentido sociológico da frase que

desde os princípios do século XIX se generalizou no Brasil: “para inglês ver” (SM, p.554-555).

A passagem indica a falência da secular política imperial portuguesa. O que antes era o hermético âmbito imperial, torna-se agora meio de outro imperialismo. Vale dizer, não se sustenta mais uma “política castiçamente portuguesa”, tendo-se em seu lugar regente e conselheiros a serviço do propósito britânico de absorção em escala global de seus produtos industrializados.

O Brasil não resiste ao “vigor do capitalismo industrial britânico na sua necessidade às vezes sôfrega de mercados não só coloniais como semicoloniais para sua produção” (SM, p.551). Uma longa passagem de SM descreve e dimensiona bem o processo em tela:

Uma vez iniciada a reconquista do Brasil pela Europa, não cessou; e ainda hoje nos abafa (...) E essa reconquista alterou a paisagem brasileira em todos os seus valores. Reeuropeizou-a – ou a europeizou – o quanto pôde. A re-europeização do Brasil começou fazendo empalidecer em nossa vida o elemento asiático, o africano ou o indígena, cujo vistoso de cor se tornara evidente na paisagem, no traje e nos usos dos homens. Na cor das casas. Na cor dos sobrados que eram quase sempre vermelhos, sangue-de-boi; outros, roxos, e verdes; vários, amarelos; muitos de azulejos. Na cor dos palanquins – quase sempre dourados e vermelhos – e dos tapetes que cobriam as serpentinhas e as redes de transporte. Na cor das cortinas dos bangüês e das liteiras. Na cor dos xales das mulheres e dos ponchos dos homens; dos vestidos e das roupas; dos chinelos de trançado feitos em casa; das fitas que os homens usavam nos chapéus; dos coletes que ostentavam, opulentos de ramagens; dos chambres de chita que vestiam em casa, por cima do corpo só de ceroulas; das flores que as moças espetavam no cabelo. Na cor dos interiores de igreja – os roxos, os dourados, os encarnados vivos (em Minas, chegou a haver igreja com enfeites francamente orientais); das redes de plumas; dos pratos da Índia e da China; das colchas encarnadas e amarelas das camas de casal. Na cor dos móveis que, mesmo de jacarandá, eram pintados de vermelho ou de branco. Tudo isso que dava um tom tão oriental à nossa vida dos dias comuns foi empalidecendo ao contato com a nova Europa; foi se acinzentando; foi se tornando excepcional – cor dos dias feriados, dos dias de festa, dos dias de procissão, carnaval, parada militar. A nova Europa impôs a um Brasil ainda liricamente rural, que cozinhava e trabalhava com lenha, o preto, o pardo, o cinzento, o azul-escuro de sua civilização carbonífera. As cores do ferro e do carvão; o preto e o cinzento das civilizações ‘paleotécnicas’ de que fala o Prof. Mumford; o preto e o cinzento dos fogões de ferro, das cartolas, das botinas, das carruagens do século XIX europeu (SM, p.432-433).

Esse Ocidente, em nada parecido com o antigo “primado ibérico de cultura”, ao “acinzentar”, e particularmente ao “abafar”, revelava “sua mística de pureza etnocêntrica” e “sua intolerância sistemática do exótico” (SM, p.552).

O Brasil, como objeto de discurso, passa a conter as metades de um par contraposto: país “liricamente rural” versus “civilização carbonífera”. Adiante, o autor arrolará os atributos de cada parte: na primeira, “estilos de cultura impregnados, como os do Oriente, de familismo, de patriarcalismo e de religionismo ou misticismo” (SM, p.572-573); na segunda, “uma civilização individualista, racionalista e secularista” (SM, p.572). Formulada a oposição, entra em cena o voluntarismo reeuropeizador dos anglófilos, identificados em passagem citada anteriormente como os principais agentes de “governo” do Brasil pelos “olhos dos estrangeiros”.

Valendo-se de uma memória do anglófilo padre Gonçalves dos Sanctos, Gilberto Freyre cita os “muitos motivos de consideração moral e política” (Gonçalves dos Sanctos *apud* SM, p.553) que o religioso invocava para justificar a implantação de elementos ocidentais na vida e na paisagem orientalizada. O padre se referia ao uso de rótulas ou gelosias na construção das casas, que “tanto afêa o prospecto da Cidade, e a faz menos brilhante” (Gonçalves dos Sanctos *apud* SM, p.553): “alem de serem incommodas, prejudiciais á saude publica, interceptando a livre circulação do ar, estão mostrando a falta de civilização dos seus moradores” (Gonçalves dos Sanctos *apud* SM, p.553). E a substituição das gelosias ou rótulas por janelas de vidraça e por varandas de ferro, conforme o interesse inglês, deu-se na cidade do Rio de Janeiro por “ato violentamente policial” (SM, p.555), que estipulou o prazo de oito dias para a troca. De onde conclua Gilberto Freyre que para esses anglófilos, ou ocidentalistas, “era como se o desaparecimento de característico tão oriental da arquitetura doméstica como a gelosia de madeira marcasse a vitória decisiva do Ocidente sobre o Oriente na luta entre culturas ou civilizações a que o Brasil vinha servindo há anos de campo” (SM, p.556). Acrescenta que concorria para essa atitude o fato de muitos ocidentalistas terem o interesse comercial a aguçar-lhes o sentimento, dado serem donos de empreendimentos de importação de produtos europeus ou de fábricas de produção dos mesmos.

Nesse campo de luta, a vitória seria “do poder, da cultura e dos interesses predominantemente europeus da Corte e das capitais de província [sobre] as populações dispersas, meio anárquicas e mais ou menos deseuropeizadas, ou antieuropeias, do interior” (SM, p.510). Contudo, essa vitória inclui necessariamente o sentido da artificialidade e da coação.

No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a re-europeização se verificou (...) pela assimilação, da parte de raros, pela imitação (...), da parte do maior número; e também por coação ou coerção, [de] uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros. Pelo menos com a rapidez com que foram seguidos pelas majorias decisivas nessas transformações sociais (SM, p.431).

O sentido da coação fica mais evidente nesta passagem, em que o Oriente se reduz a uma “sobrevivência”, destinada mormente à repressão ou ao ostracismo:

[A resistência do Oriente ao Ocidente no foi] notavelmente enérgica até cerca de 1840. Daí em diante tal é a penetração do Ocidente no comércio, na economia, na cultura moral do Brasil ainda patriarcal e já burguês, que o Oriente se manifesta apenas em sobrevivências (...) Semelhantes arcaísmos [costumes de origem principalmente oriental] foram, uns reprimidos pela polícia, outros ridicularizados pelos progressistas ou ocidentalistas nas gazetas e nas farsas de teatro (SM, p.593).

Pelo acinzentamento de uma paisagem de outra forma vibrante de tons orientais, e pelo repressivo e rápido abafar de costumes aos quais a população permaneceria de outra forma afeiçoada, compreende-se a censura de Gilberto Freyre ao processo de re-europeização levado a cabo pelos anglófilos, procedimento que não se registra ter o autor adotado quanto às mudanças – eventualmente truculentas, por certo – demandadas por médicos como os higienistas. A seção final deste trabalho retornará ao tema.

As idéias da perfeição da civilização européia e da superioridade do inglês, para tomar dois exemplos ao material citado nesta seção, conduzem a uma apreciação do autor a respeito de outro movimento de fundo ocorrido por ocasião do declínio do patriarcalismo.

Como desde a transferência da Corte para o Brasil – uma Corte dominada por ingleses – a Europa ganhara um prestígio novo, no Brasil, como modelo da ‘civilização perfeita’ a quem deviam todos os brasileiros aspirar, a essa atitude, irradiada das cidades ou dos centros de populações mais cultas, teria que corresponder, como de fato correspondeu, a desvalorização de tipos de homem e de valores de cultura extra-europeus (SM, p.560).

Detalha-se em sentido sociológico, pois, a posição ocidentalista na luta cultural travada no país. O debate sobre a imigração asiática para o Brasil seria fecundo, a propósito, para a veiculação de argumentos eugênicos sobre a

população brasileira.¹⁷ A contraposição das metades oriental e ocidental no Brasil finda com o desenvolvimento de um novo tipo de homem brasileiro, negador dos atributos acumulados durante a colonização.

2.3.2. Análise

Esta seção, de modo a concluir-se, deve apontar os insumos consignados por médicos, juízes e anglófilos para as distinções dadas pelo conceito de Estado. Um dos pólos da relação passado-presente – pode-se supor com base na seção anterior – é o patriarcado, “passado compreensivamente nacional”. No pólo do presente, uma primeira alteração devida à passagem do tempo é a dotação de agência ao Estado, na forma de uma administração colonial policialmente ativa e, mais tarde, na forma de uma Corte que opera um conjunto de regulações do crédito, da rua e das relações sociais. Em duas palavras, a passagem do regime patriarcal ao regime de burocracia baseava-se em *invasões* que tolhiam o coito e o homizio nas casas-grandes e em *restrições* aos desmandos dos sobrados, por exemplo em relação à rua.

O sistema patriarcal, até então firmado como princípio primeiro do campo político brasileiro, é constringido a conceder muitas de suas prerrogativas, como a do acesso exclusivo ao corpo da mulher, o que fica metaforicamente claro pela imagem da invasão das *porteiras tabu* dos engenhos. Outras prerrogativas, no entanto, são criadas para o governo à medida que se consolida – seja por esse

¹⁷ Uma incipiente conjunção de preocupações da série populacional – devidas ao prejuízo da boa ordenação do espaço urbano causado pela concentração de terras nos sobrados urbanos – com aqueles argumentos eugênicos aparece neste relato feito pelo autor: “Em 1871, estando o Rio de Janeiro no auge de sua glória imperial, o médico Luís Correia de Azevedo salientava que, na construção da cidade, vinham-se acumulando há séculos, erros enormes (...) A cidade, aumentara; e com a cidade, esses velhos ‘antros’. Eram cada vez mais ‘um flagelo’; ‘um perigo de cada instante para a saúde pública’; ‘a transmissão de moléstias, mais ou menos graves’ era ‘a sua natural conseqüência’. Nascendo e criando-se os meninos em casas tão más e em uma parte da cidade tão ‘mal delineada, mal construída, mal ventilada, úmida, quente, fétida, insalubre, mesquinha em proporções arquitetônicas e defeituosíssima no tocante a trabalhos de higiene pública, à polícia médica e à educação higiênica’ como se poderia esperar, perguntava o higienista, uma mocidade ‘forte, enérgica’, ‘uma raça’ que soubesse ‘conduzir a seus destinos grandiosos o porvir deste Império’? Admitindo-se que os sobrados dos fidalgos e dos ricos fossem casas bem construídas e higiênicas, deus donos não constituíam, salientava Correia de Azevedo, ‘o povo, esse

intervencionismo estatal, seja pela dinâmica de crescimento das cidades às custas especialmente da riqueza dos intermediários – uma segunda alteração devida à superação do passado. A velha forma familiar é substituída por formas particulares, pelo “sistema de família pequena”, esfacelando-se as lealdades patriarcais e emergindo os súditos e os cidadãos. Nesse ponto o presente está intimamente conectado à relação Estado-sociedade: a demarcação, no objeto de discurso, de um espaço da sociedade é fruto da superação do passado, pela enunciação de um interesse geral da população.

Aí incidem as novas prerrogativas do governo, gestor das variáveis populacionais. Insuperável, nesse sentido, a figura do médico portador de novas técnicas aprendidas em Montpellier, Olinda e alhures. Sua penetração no interior dos sobrados e das casas-grandes, bem como sua afinidade eletiva com o “sistema de família pequena”, liga-se à designação, à família, de “um papel de ligação entre objetivos gerais da boa saúde do corpo social e o desejo ou necessidade dos indivíduos de tratamento” (Foucault, 1984, p.281). A definição daqueles objetivos gerais aproxima a ação médica do Estado. Um higienista como Luís Correia de Azevedo é a um tempo agente da medicalização da cidade enquanto objeto necessitado de controle (cf. Foucault, 1984, p.282) e beneficiário da ascensão administrativa e política do médico na esteira do que Foucault denomina a “estatização do biológico” no século XIX (2005b, p.286). Nesse sentido, como já se anotou, SM tem “fontes congruentes com a problemática e a época (diários, correspondências, narrativas de viajantes, jornais e teses universitárias oitocentistas)” (Alencastro *apud* Priore, 2003, p.238). Pesquisas apresentadas a instituições como a Imperial Academia de Medicina ganham relevo no corpo de citações de SM – e também de CGS –, traindo o próprio aparecimento da série populacional dentro das categorias utilizadas nos dois livros.

A emergência de problemas cuja inteligibilidade é dada pela série populacional, enunciada *pari passu* com relatórios de época, franqueia a possibilidade de interpretar a relação entre Estado e sociedade em CGS e SM em termos biopolíticos.¹⁸ Com isso pretende-se realçar a dimensão regulatória das

sangue ardente das grandes artérias do trabalho’; povo do qual teria se sair ‘toda a força, todo o talento patriótico de constituir um grande e abençoado país’” (SM, p. 300-301).

¹⁸ “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (Foucault, 2005b, p.292-293).

relações entre o Estado e a sociedade,¹⁹ que em CGS e SM se evidencia não só na confecção de um temário biopolítico como na aproximação entre os médicos – a “higiene urbana” do caso da importação de negros doentes – e o interesse público. Pode-se, dessa forma, concluir que também em CGS e SM “é necessário tratar o Estado moderno não simplesmente com base nas exclusões soberanas ou externas, mas também como um conjunto de práticas homogenizadoras *dentro* – como um ativo produtor de distinções biopolíticas” (Shapiro, 2004, p.19), práticas ligadas à saúde pública que se tornam possíveis com o emprego da categoria populacional.

Passando-se à figura dos juízes, a distinção entre Estado e sociedade não ganha plena vigência, devido à resiliência do passado no fundo do presente. É necessário tornar a CGS:

Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-los em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes à vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como o do chamado marechal-de-ferro (...) Por outro lado, a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de Autoridade’ ou ‘defesa da Ordem’. Entre essas duas místicas – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente européia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens, as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa (CGS, p.114-115).

Desde a introdução de CGS, portanto, já se sabe que o campo social e político brasileiro permanece marcado por uma dualidade – e esta, *não sem certas vantagens* – entre as realidades *tradicionais e profundas* dos senhores e dos escravos. Isso se verifica até na República de 1889, uma vez que

¹⁹ “O que se descobriu àquela época – e esta foi uma das grandes descobertas do pensamento político no final do século dezoito – foi a idéia de sociedade. Vale dizer, que o governo não apenas tem que lidar com um território, com um domínio e com seus sujeitos, mas que ele também tem que lidar com uma realidade complexa e independente que tem suas próprias leis e mecanismos de reação, suas regulações e suas possibilidades de perturbação” (Foucault, 1984, p.242).

[c]om outras substâncias e sob outras aparências – a servidão do pária de qualquer cor, nas grandes propriedades, e o despotismo ou o autoritarismo dos presidentes de república com os quais o Brasil seria por longos anos uma simples monarquia sem coroa – o sistema patriarcal chegaria, no Brasil, quase aos nossos dias (SM, p.99),

o que confirma que a “nobreza arquitetônica” (SM, p.58) que os vencedores de 1889 perceberam nos palácios do Catete e do Itamaraty não era um simbolismo vazio, mas índice da resiliência do sistema – ou: do passado – patriarcal, devido ao qual a “sombra da casa acompanha o indivíduo”. Dessa incrustação do passado no presente decorrem duas consequências para o emprego do conceito de Estado por Gilberto Freyre.

A primeira pode ser pensada em relação à exemplaridade da figura de José Bonifácio, tanto como aclamado reformista redator da *Representação à Assembléia Geral Constituinte* quanto como sobrevivência do patriarcalismo. Ela serve para sugerir que, em vez de um *impasse* entre o passado patriarcal e o presente estatal, ocorre uma indecisa complementaridade entre ambos. Essa articulação incerta de passado e presente, descentrando a expectativa quiçá excessivamente teórica de um corte rígido entre o passado não-estatal e o presente soberano, constitui-se talvez em ainda outro exemplo do que Costa Lima já afirmou ser o tratamento conceitual de Gilberto Freyre:

Ao intérprete do Brasil impor-se-ia então uma redução drástica a um *eidos* distinto daquele que lhe seria oferecido pela formação intelectual européia. Redução drástica porque diria respeito não a uma adequação distinta entre conceitos e objetos senão que à própria forma de uso dos conceitos, que, entre nós, deveria suspender a desconfiança fundamental que o pensamento ocidental nos ensinou a manter quanto à contradição (1989, p.227).

A segunda consequência, em que novamente se constata a suspensão da desconfiança quanto à contradição, é o estabelecimento de uma tensão entre os propósitos do Estado. Desmancham-se quaisquer veleidades de ação autônoma do Estado, por exemplo no sentido de um desimpedido programa reeuropeizador. Nesse contexto de sobrevivência das realidades tradicionais e profundas, e apenas nele, o Estado é “orgânico” em relação à sociedade em CGS e em SM. Porém, mais tarde, no contexto da anglofilia, ele também será inorgânico. Veja-se por ora o que representa a organicidade, condizente com a figura dos juízes.

A complementaridade temporal entre passado e presente se desdobra em complementaridade espacial entre Estado e sociedade. A ordem familiar permanece, nas sentenças dos magistrados de indumentária oriental, critério distributivo superior ao do Estado e ao do indivíduo, o que define com razoável precisão uma consequência do aforismo do “Estado pai dos pais de família”. Essa resiliência do patriarcalismo no campo social e político já animava Gilberto Freyre a especular, em texto de 1925, sobre os critérios hipoteticamente desejáveis para o governo no Brasil do século XIX:

Pedro II fez-nos na verdade mergulhar no mais inestésico dos puritanismos; exagerou-se na tirania moral para falhar na estética ou no ritual do poder – elemento tão caro ao sentido de beleza de um povo nascido sob o encanto da liturgia da missa; criado entre os esplendores de ouro e prata e os lampejos de roxo e de verde das *missões* dos padres da S. J.; entre a simbologia viva, dramática, às vezes trágica da Igreja (...) Povo assim nascido e assim criado não nasceu nem se criou para ver os seus destinos ligados de repente ao cinzento ou ao preto de uma cartola; nasceu e criou-se para ver os seus destinos por muito tempo ligados ao ouro vivo de uma coroa (Freyre, 1987, p.121-122).

Estava o Brasil “predisposto ao governo de um arquipatriarca, cujo palácio fosse uma arquicasa-grande” (Freyre, 1987, p.123):

Que o imperador tivesse harmonizado divergências ou equilibrado antagonismos, compreende-se. Teria sido realmente um *poder moderador*. Um elemento de coordenação. Teria agido dentro das melhores tradições luso-brasileiras de *stateman-ship*. Mas não. Dom Pedro II concorreu para que se apagassem divergências políticas no Brasil, ele próprio dissolvendo-se na corrente mais poderosa que era a de aparente liberalismo, a do bovarismo jurídico, a do europeísmo cenográfico (Freyre, 1987, p.127).

A configuração histórica da sociedade brasileira se transforma, na crítica a D. Pedro II, em medida para o bom governo no país. Por oposição ao cinzento da cartola de D. Pedro II, afere-se a tempestividade do brilho de uma coroa dourada, em face de elementos como a formação católica brasileira. Em especial, o desejável equilíbrio de antagonismos dá a medida do equívoco da incursão no “aparente liberalismo”, no “bovarismo jurídico” e no “europeísmo cenográfico”. Em suma, o *descompasso* entre as tradições da formação histórica brasileira e os métodos de governo no Segundo Reinado serve a Gilberto Freyre para notar a necessidade de se conceber a ação estatal no Brasil em coordenação com as singularidades patriarcais do chão social do país e em função delas. Para o autor, a

relação Estado-sociedade se marca pela continuidade (Bastos, 2008, p.236), sobretudo em sua dimensão modelar ou deontológica (e não efetiva, devido à decadência do patriarcalismo que logo se afirmará).

Para o autor, a dimensão inorgânica da relação Estado-sociedade no Segundo Reinado e na República, relação precisamente descontínua, aparece com os anglófilos. SM acompanha (o que caracteriza como) uma indesejável enunciação, mantida no século XIX, que apregoa a eliminação sistemática dos elementos orientais na paisagem brasileira, e que veio a transformá-los em meras sobrevivências. A proposta de transição passado-presente contida nesse programa difere substancialmente daquela verificada no caso da resiliência do patriarcalismo exemplificado pelos magistrados de becas orientais. Se estes eram os responsáveis pela manutenção do critério familiar no funcionamento da justiça, nessa outra enunciação lê-se dos casos em que o Estado chancelava o casamento de garotas raptadas – ou, por outra: fugidas – de suas famílias, que muitas vezes significava a afirmação do indivíduo – a nubente – frente à sua família, isto é, a propagação das *influências individualistas e estatistas*. São casos que “marcam, de maneira dramática, o declínio da família patriarcal no Brasil” (SM, 246), em simétrica oposição à orientação dos juízes apreciados.

Para que se compreenda a relação passado-presente suposta nesse processo, convém remeter ao que se afirma ser um repositório metafórico da modernidade política, a chave discursiva da civilização e da barbárie (Walker, 2005).²⁰ Essa chave organiza temporalmente as relações internacionais, sendo coadunada com a dicotomia entre amizade e inimizade, que emerge da base espacial das relações entre os Estados soberanos. Assim, ao passo que o sistema de Estados tem um padrão de relações de guerra e paz fundado em lógica territorial, também ocorrem relacionamentos baseados na lógica da modernização. Esta se reporta a um “padrão de inclusão e exclusão dentro do moderno sistema de Estados, dentro do internacional (...) [que] só foi possível como consequência da diferenciação do moderno do não-moderno” (Walker, 2005: 8). Seguindo esse argumento, a clivagem que os países autoproclamados portadores da modernidade²¹

²⁰ Cf. também Inayatullah; Blaney (2004) e Jahn (2000).

²¹ A partir de dado momento histórico, “as nações consideram o *processo* de civilização como terminado em suas sociedades; elas são as transmissoras a outrem de uma civilização existente ou acabada, as porta-estandartes da civilização em marcha. Do processo anterior de civilização nada resta na consciência da sociedade, exceto um vago resíduo (...) a consciência de

estabelecem entre civilizados e bárbaros no sistema de Estados do século XIX funciona como critério para a inclusão ou exclusão de países tidos por atrasados (cf. Bowden, 2002).²² A atribuição do *status* de civilidade é tratada, portanto, como tema da agenda diplomática da relação entre países adiantados e atrasados.

O que fica implícito no argumento exposto acima, porventura requerendo explicitação, é sua decorrência para o interior do Estado soberano dito atrasado. Se a relação entre passado e presente se torna permeada pela noção de que é preciso superar o estado de barbárie e atingir o de civilização, esse suplante deverá se erigir em objetivo político interno, repercutindo no teor das relações entre Estado e sociedade. Nessa injunção, SM dá voz a textos de época pautados precisamente pela clave discursiva da civilização-barbárie, *internalizando* a discussão sobre a temporalidade no sistema de Estados e projetando-a sobre a esfera da sociedade. A oposição temporal básica mobilizada na enunciação do livro se dá entre os valores do familismo, patriarcalismo e religionismo e os do individualismo, racionalismo e secularismo. A primeira trinca é aquela que se reconhece como realidade tradicional e profunda. Ela remete ao tempo não-estatal, em que o Brasil assiste à consolidação do patriarcado em detrimento de outros sistemas no páreo da condição de princípio primeiro do campo brasileiro. A segunda trinca é aquela a cuja implementação anseiam os “olhos dos estrangeiros”, que, menos que de cônsules e de caixeiros-vajantes britânicos, são os de portugueses e brasileiros.

Esse embate de temporalidades se desdobra em descontinuidade espacial entre Estado e sociedade. Encontra-se aí o âmbito da militância anglófila, antes de tudo composta por bacharéis que vão ocupando o Estado e buscando subsumir as

sua própria superioridade, dessa “civilização”, passa a servir pelo menos às nações que se tornaram conquistadoras de colônias e, por conseguinte, um tipo de classe superior para grandes segmentos do mundo não europeu, como justificativa de seu domínio (...) Na verdade, uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a *consciência* de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e a sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espriar por todas as nações do Ocidente” (Elias, 1994, p.64).

²² Quanto à adstrição do direito internacional à esfera cristã ocidental e civilizada, explica-se que “O influente ensaio de John Stuart Mill sobre a não-intervenção (1859) avaliava como um ‘grave erro’ supor que os mesmos costumes internacionais e as mesmas regras de moralidade internacional podem ser tidas entre uma nação civilizada e outra e entre nações civilizadas e bárbaras (...) A idéia de que a sociedade internacional européia consiste de nações civilizadas, e que as relações entre essas nações devam ser colocadas normativamente à parte de suas relações com todas as outras nações, é uma característica distintiva da obra de [Emmerich de] Vattel e um reflexo justo daquele tempo” (Onuf; Onuf, 2006, p.79-83).

tradições de fundo oriental constantes da administração pública. Com sua orientação “de certo modo antipatriarcal”, esses bacharéis trocavam o ambiente dionisíaco das casas-grandes para se devotar a vidas de gabinete (Araújo, 2005, p.121). Nisso, davam seqüência ao processo de morigeração dos costumes patriarcais provocado pela chegada da Corte em 1808 e confirmado no decurso do século, especialmente a partir de 1840, quando aliás é entronizado D. Pedro II, o “protetor do Moço contra o Velho”. Nessa vertente, a distinção entre o Estado e a sociedade é translúcida: arrogando-se a causa re-europeizadora – ou: civilizadora, no léxico preferido pelo século –, o Estado intercede no seio da sociedade com o fito de liderar a batalha entre Ocidente e Oriente. Na verdade, o Brasil é de fato *campo* e não sociedade nessa batalha, pois apenas quando o Oriente é vencido, tornando-se mera “sobrevivência”, se pode apontar o estabelecimento inequívoco de uma sociedade conforme à tradição ocidental evocada pelo conceito de Estado. Dito de outra forma, o Estado instalado em 1808 atua inicialmente sobre a sociedade colonial – aquela representada pelo patriarcalismo após a extinção de fatores como o transoceanismo e a santa república –, mas não ainda sobre uma sociedade moderna.

O copioso inventário dos itens que compunham a tonalidade oriental da paisagem brasileira, referido acima, dá o alcance dessa luta. Ele ajuda a compreender o quanto o foco do sôfrego imperialismo inglês, com a premência de sua inteligibilidade etnocêntrica e intolerante, é sobretudo a (constituição da) *sociedade* brasileira, e mesmo (d) *o corpo* dos brasileiros (cf. Priore, 2003). A transferência da corte em 1808 e o alvará de abertura dos portos ao comércio exterior no mesmo ano marcam, sugere Brasília Sallum ligando diretamente uma ponta à outra, “uma inflexão crucial nas relações da nossa sociedade patriarcal com o mundo” (2002, p.345). Mais um sentido da homogeneização biopolítica da sociedade brasileira pode então ser divisado: à diferença dos médicos, que encarnam – de acordo com Gilberto Freyre – o interesse geral da população e realizam louvadas melhorias na saúde pública, os anglófilos se valem do Estado para operar uma massificação que, se não é de todo sem benefícios,²³ atua sobretudo no sentido do *abafamento* uniformizador do repertório social.

²³ O aumento da oferta de mercadorias européias no meado do XIX redundava em uma redução de seus preços e, assim, em sua maior acessibilidade. Por isso, nota-se que a “vitória do

A assinalar a existência de uma mediação nonexo entre sociedade e mundo a partir de 1808, Jessé Souza nota que nessa data “chegam [no Brasil] as duas instituições mais importantes da sociedade moderna: Estado racional e mercado capitalista” (2003, p.73). Com efeito, o Estado intermedeia a relação entre sociedade e mundo, tendo historicamente um papel central no processo civilizador.²⁴ Como percebe Araújo, o século XIX em SM assiste à instalação de

um processo civilizador que supõe um Estado imperial muito mais forte do que era o Estado português durante a colônia, ou seja, um Estado imperial não apenas soberano mas também preocupado com a criação de uma ordem relativamente impessoal, ordem que vai, pouco a pouco, superando a antiga experiência patriarcal, empurrando-a para uma lenta mas inexorável decadência (2000, p.44).

Aprofundando o que Gilberto Freyre chamara o “sentido sociológico” da expressão “para inglês ver”, Souza aponta para o que seria núcleo do argumento de SM e que confirmaria a dimensão *internalizada* da temporalidade do internacional moderno. Trata-se da idéia, na qual deve-se apenas enfatizar o importante papel atribuído ao Estado, da “constituição da modernidade brasileira sob a forma peculiar de uma ‘europeização’ que transforma o país de alto a baixo a partir da primeira metade do século 19” (Souza, 2003, p.68). A magnitude que Souza confere à re-europeização repele a interpretação da expressão “para inglês ver” como um processo meramente epidérmico e corrobora o entendimento de que o patriarcado, embora realidade tradicional e profunda, é conduzido a decadência “lenta mas inexorável”. A magnitude da re-europeização dimensiona também a centralidade do Estado como agente difusor da civilização na história brasileira, o que confere sentido à obra do duque de Caxias nas fronteiras internas do país.

Como percebeu Franco Moretti (2003), fronteiras internas são demarcações menos político-militares que antropológicas. Definem os Estados modernos “como estruturas compósitas, (...) feitas por muitas camadas temporais: como

Ocidente industrial sobre o Oriente artesão [tem] efeito nitidamente democratizante. Generalizou-se o uso de pentes, leques, perfumes, outrora restritos a pequeno número” (SM, p. 583).

²⁴ Essa atribuição remonta pelo menos à obra de Thomas Hobbes. De acordo com Barry Hindess, “Onde não há Estado, ele [Hobbes] nos diz em famosa passagem do capítulo XIII de *Leviatã*, não pode haver ‘nem artes; nem letras; nem sociedade; e o que é o pior de tudo, o medo contínuo e o perigo de morte violenta; e a vida do homem é solitária, miserável, sórdida, brutal e curta’. O Estado, no entender de Hobbes, assegura as condições que permitem o desenvolvimento subsequente das artes, das letras e da sociedade. Isso sugere que aqueles que estão mais próximos do período de formação do Estado terão tido menos chances de se desenvolver nesses aspectos do que aqueles que se encontram mais adiantados” (2007, p. 335)

Estados históricos – que precisam de romances históricos” (Moretti, 2003, p.50). Guardiã da “supremacia da cultura européia da elite predominantemente branca e da classe senhoril sobre os elementos que tentaram disputar ou comprometer tal supremacia”, o propósito de Caxias em relação a esses elementos desiguais é o mesmo que Moretti atribui aos romances históricos: aboli-los. Nesse contexto, o caso do fim das persianas (gelosias) é significativo por duas razões. De um lado, o libelo do padre Gonçalves dos Sanctos incorpora a chave metafórica da modernização ao insistir que as velhas janelas patriarcais mostravam “a falta de civilização dos seus moradores”; de outro lado, a causa se vê adotada pelo Estado, que inclusive delibera resolvê-la por “ato violentamente policial”. Estado cujo soberano, recluso em “bovarismo jurídico”, exagerava-se na “tirania moral”.

Esse papel de intermediação expõe uma dimensão donexo entre o Estado e seu exterior. Pode-se dizer que o propósito moral do Estado está intimamente conectado às principais normas internacionais sobre a modernização.²⁵ Há, contudo, outro elo com o exterior, ao qual cabe fazer rápida referência. Gilberto Freyre refere-se ao “imperialismo econômico da Europa burguesa” e à política britânica de “conquistar o mercado brasileiro e firmar nova zona de influência para o seu imperialismo” (SM, p.431). Afastando qualquer formalismo diplomático e reinvestindo a forma imperial há muito abandonada de sentido oitocentista, SM trava contato, em seu espaço correlativo, com enunciados como o de Karl Polanyi sobre a expansão global do mercado capitalista. De acordo com Polanyi, “Esse sistema se desenvolveu aos saltos; engolfou espaço e tempo e, criando dinheiro bancário, produziu uma dinâmica até então desconhecida (...) Um novo tipo de vida se difundiu sobre o planeta, reivindicando uma universalidade (...) num nível puramente material” (2000, p.161). Essa universalidade “carbonífera”, conformando o mercado capitalista brasileiro e

²⁵ Christian Reus-Smit, que discute a expressão “propósito moral do Estado”, já a conectava ao exterior: “O termo ‘propósito’ se refere aqui às razões que agentes históricos mantêm para organizar sua vida política em organização política centralizada e autônoma (...) Tais propósitos são ‘morais’ porque engendram uma concepção sobre o ‘bem’ individual ou social. Finalmente as crenças sobre o propósito moral do Estado (...) são ‘hegemônicas’, não porque sejam as únicas concepções do propósito moral do Estado propagadas em um dado contexto histórico, mas porque constituem a justificativa socialmente prevalente e sancionada para direitos soberanos. Contra estas crenças hegemônicas, concepções alternativas do propósito moral do Estado têm assumido, historicamente, qualidade oposicionista, com seus proponentes freqüentemente reclamando do modo como as crenças prevalentes condicionam a admissão na sociedade internacional e moldam suas práticas institucionais básicas (Reus-Smit, 1999, p.31-32).

acinzentando a paisagem do país, aporta muito do que se disse serem as normas internacionais sobre a modernização, incorporando-se assim ao propósito moral do Estado de SM. Em detrimento dos magistrados de inspiração oriental, “Os orientadores do Regente e ele próprio”, é oportuno relembrar, “agiram menos em função de uma política castiçamente portuguesa ou ibérica com relação ao Brasil, do que de uma política imperialmente inglesa, ou britânica, de absorção dos produtos de suas indústrias”.

As considerações lançadas acima sugerem uma derradeira conclusão. O implante do Estado, em CGS e SM, se faz pela transformação drástica e excludente do quadro sócio-político anterior, marcado pelo equilíbrio de antagonismos – expressão central do patriarcado – e, mais além, pela negociação entre inteligibilidades que, se não prescindiu da violência na disputa por autoridade, produziu um terreno social populado por variados sistemas culturais. Com efeito, o primado ibérico de cultura, a cargo do império português antes da consolidação do patriarcalismo, permitiu até a combinação simbiótica de natureza e cultura orientais, indígenas e europeus, entre outros, dando ao Brasil parentesco ecológico com o Oriente. Embora se tenha beneficiado da coesão produzida pela casa-grande e da centralidade por ela lograda no ordenamento do espaço brasileiro, o Estado re-configura por completo a paisagem social precedente. Ao pôr em uso as claves discursivas da civilização *versus* barbárie, o Estado – junto da burguesia dos sobrados – volta-se principalmente contra o sistema patriarcal, transformando-o – e às demais sobrevivências do momento colonial – em fronteiras antropológicas de um tempo sujeito à coesão e territorializado em um espaço de soberania estatal. O internacional moderno – ou: o Ocidente –, e não mais aquela política mundial da Colônia – no caso, eminentemente oriental –, internaliza-se na sociedade brasileira em construção e inscreve suas novas práticas (vida íntima inclusive) e instituições.

Essa discussão será seguida pela crítica à re-europeização, em que certa tradição da sociedade é defendida contra a diferenciação que o autor julga exacerbada entre Estado e sociedade, conferindo-se um papel crucial ao equilíbrio de antagonismos já exaltado em texto de 1925. Esse será o tema da próxima seção, que concluirá o capítulo.

2.4 Prudência e Potencialidade

2.4.1. Exposição

O século XIX dá cabo das “diferenças de cultura” que coexistiam no Brasil sob o primado ibérico de cultura. O equilíbrio é rompido “para acentuar-se pela exclusão violenta de diferenças, a supremacia ou a superioridade do elemento europeu, senhoril e urbano, agora com um sentido nitidamente burguês, capitalista, francês e inglês de dominação” (SM, p.517). Foi visto acima que, para Gilberto Freyre, a vitória do elemento burguês europeu, senhoril e urbano envolveu artificialidade e coação. Três exemplos, dentre vários possíveis, são os da arquitetura, das manifestações culturais populares e da vestimenta.

A identificação entre a nacionalidade brasileira e o patriarcalismo, passado compreensivamente nacional, aprofunda por oposição o caráter exógeno, não-autêntico dos projetos impostos pela anglofilia militante no país. Na crítica à desorientalização, Gilberto Freyre nota a discrepância entre a arquitetura oficial oitocentista e os edifícios patriarcais: estes superam aquela em “autenticidade”, “qualidades ecológicas”, “adaptação ao meio”, “domínio sobre a paisagem” e “nobreza de construção e de estilo”, “numa demonstração de que aquele sistema foi, no nosso país, (...) criador de valores caracteristicamente brasileiros” (SM, p.58).

Passando à “perseguição sistemática da polícia do Regente” (SM, p.654) aos capoeiras, o autor observa que o grupo só passou a usar a faca e a cometer assassinatos após sua criminalização e perseguição. Observa ainda efeitos parecidos em outras áreas da cultura: “A estupidez da repressão é que principalmente perverteu batuques em baixa feitiçaria, o culto de Ogum, em grosseiro arremedo de maçonaria” (SM, p.656-657). Antes dessa “estupidez”, os capoeiras batiam em estrangeiros ou senhores brasileiros, mas sem matá-los: “Como nas lutas de box entre os ingleses” (SM, p.654).

Finalmente, observa-se o destempero das novas vestimentas utilizadas pelas(os) brasileiras(os). Apertadas e quentes, ao contrário das vestes de tempos

passados, mais de um médico se opôs às novas modas vindas da Europa, relacionando-as, por exemplo, ao aumento da incidência da tuberculose, pelas dificuldades respiratórias que impunham a homens e mulheres (cf. SM, p.435). Também as crianças, agora vestidas hermeticamente de preto sob sol forte, sofriam com queimaduras e brotoejas. “A questão é que parecessem inglesinhos e francesinhos” (SM, p.436), sendo que “Os pais brasileiros, principalmente nas cidades, não queriam saber dessas advertências de médicos esquisitos (...) Em vão clamavam os Aquino Fonseca, os Correia de Azevedo” (SM, p.436). Nesse sentido confirma-se a divergência programática entre médicos e anglófilos. Como já se viu na primeira seção deste trabalho, “sob vários aspectos, o que havia já entre nós de imitado, assimilado ou adotado do Oriente representava uma já profunda e, às vezes, saudável adaptação do homem ao trópico” (SM, p.558). Adaptação que foi desrespeitada na “nova fase de vida moral e material” (SM, p.558) em que entra o Brasil.

Esses posicionamentos ilustram a crítica do autor ao que de imprudente teve a re-europeização do Brasil. O uso desse adjetivo se justifica pela passagem em que Gilberto Freyre contrasta as posturas do Estado oitocentista com a política colonial que o precedeu:

Nos séculos anteriores, houvera, talvez, maior prudência, maior sabedoria, mais agudo senso de contemporização da parte das autoridades civis (quando não também das eclesiásticas) e dos grandes senhores patriarcais, com relação a culturas e a populações consideradas por eles inferiores; e encarnadas por elementos quando não servis, oprimidos, degradados ou simplesmente ridicularizados pelos brancos, pelos cristãos velhos e pelos moradores de áreas urbanas ou dominadas por casas-grandes mais requintadas em sua organização ou na sua estrutura senhoril (SM, p.514).

2.4.2. Análise

Diante desse grupo de censuras feitas por Gilberto Freyre, cabe concluir esta seção indagando: com qual critério operava o autor ao produzir sua crítica à re-europeização e em que sentido aponta a revalorização do “senso de contemporização” desarticulado no século XIX? E ainda: como que a eventual resposta a essa pergunta reverbera no que foi definido como uma tensão entre

organicidade modelar e a efetiva não-organicidade na relação entre Estado e sociedade?

Compreende-se que a censura não se baseia em critério lastreado na distinção entre interior e exterior do Estado, em que um nacionalismo vulgar presidiria o repúdio da subsunção do Brasil ao imperialismo britânico ou europeu. Para o autor, o telúrico, ou a autenticidade brasileira não podem senão ser fugidios, pois valores “caracteristicamente brasileiros” se revelam imitações, assimilações ou adoções que lograram uma adaptação “profunda e saudável do homem ao trópico”. Isso se reflete inclusive na paisagem:

Há áreas brasileiras em que velhas árvores nativas como o pau-brasil e o próprio pau d’arco é que parecem hoje as exóticas, tal a sua raridade; enquanto as mangueiras, as jaqueiras, as caneleiras, os coqueiros-da-índia, as tamareiras, se alastram triunfalmente como se a terra tivesse sido sempre sua (SM, p.584).

Portanto, a distinção entre interior e exterior aparece como *locus* de um fluido intercâmbio que de maneira alguma sustenta um posicionamento crítico do autor em relação a influências exteriores. Até porque, para repisar o ponto, o próprio Gilberto Freyre reconhece explicitamente a boa influência de elementos orientais no Brasil.

Outro critério, este mais apropriado à abordagem de CGS e de SM, é o que se lastreia na distinção entre Estado e sociedade, ou melhor, na dupla incidência do Estado re-europeizador e do imperialismo britânico sobre a sociedade. Na discussão da sisudez instaurada no Brasil com a re-europeização, de acordo com Araújo,

o que mais me chama a atenção é (...) a percepção de que aquele luto aparece sempre designado como “*fechado*”, “*perpétuo*”, em uma clara indicação de coerência e sistematicidade que denuncia a aspiração absolutamente *totalizadora* que caracteriza essa influência européia. Com efeito, a minha impressão é a de que, quando Gilberto defende a nacionalidade, o que está efetivamente em jogo não é uma substância específica, mas aquela maneira particularmente híbrida e plástica de combinar as mais diferentes tradições sem pretender fundi-las em uma síntese completa e definitiva: antagonismos em equilíbrio. Desse ponto de vista, o que aparentemente fundamenta a crítica feita por ele à reconquista européia não é, de forma alguma, o seu simples caráter estrangeiro, inclusive porque nada no mundo parece ser estranho àquele permeável, tolerante ambiente colonial, mas a própria vocação conseqüente, inflexível e acima de tudo excludente que define essa reconquista, incapaz de conviver, de forma mais ou menos harmônica, com o que quer que se desvie do seu linear e metódico padrão (2005, p.133).

Essa clausura, importando no abafamento das tradições articuladas na sociedade, é o que sustenta a enunciação crítica da vitória do Ocidente na batalha contra o Oriente.

Esse entendimento permite formular uma resposta à indagação sobre o sentido em que se faz a valorização do “senso de contemporização” deprimido no século XIX e, por meio dela, à indagação sobre a tensão entre organicidade e não-organicidade nos propósitos do Estado. Como sugere Araújo, deve-se compreender o papel crucial do enunciado sobre os antagonismos em equilíbrio para Gilberto Freyre. Para isso, cumpre re-examinar uma passagem citada de CGS: “A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados”. No tocante à análise da formação colonial, não subsistem dúvidas quanto à *força* atribuída pelo autor a esse equilíbrio. O que importa é dar o devido valor à presença do outro substantivo que acompanha a locução sobre a cultura brasileira: a *potencialidade* do equilíbrio de antagonismos. Impressa em livro de 1933, a enunciação dessa potencialidade celebra a sociabilidade verificada na Colônia, declarando a incompatibilidade desse equilíbrio com o processo reeuropeizador – com grande parte dele, ao menos – e, finalmente, redesenhando o que é necessário ou possível no presente histórico brasileiro.²⁶

Articulada a nacionalidade brasileira de forma inclusiva-exclusiva em relação a sistemas competidores de organização social tais como o da santa república jesuítica e o do império português, e alçado o patriarcado à condição de passado compreensivo, o equilíbrio de antagonismos é recuperado como forma de contrarrestar, no presente, a repressão das tradicionais práticas sociais iniciada no século XIX. Se a experiência desse século foi de distanciamento, simbolizado pela exclusão entre Sobrados e mucambos, a “acusação sistemática” de Gilberto Freyre contra essa modernidade objetiva o equilíbrio de antagonismos como proximidade entre pólos diversos (Araújo, 2000, p.45).

O Estado, nessa injunção, deve rever a “aspiração absolutamente totalizadora” de que se imbuíu e inaugurar uma relação compassada com a sociedade, mantendo-se na linha das “melhores tradições luso-brasileiras de

²⁶ “Todo enunciado (...) constitui seu passado, define, naquilo que o precede, sua própria filiação, redesenha o que o torna possível ou necessário, exclui o que não pode ser compatível com ele” (Foucault, 2005a, p.141).

stateman-ship”. O senso de contemporização havido no passado é o que se busca recuperar na crítica à disjunção entre as regulações do Estado reeuropeizador de D. Pedro II e as práticas sociais profundas (mas ameaçadas) no país. Esta, a tentativa de solução ao problema da relação entre o Estado e a sociedade portadora da nacionalidade. Não é fortuito, dessa forma, que ao Estado executor da *estúpida repressão* e construtor de edifícios *inautênticos* esteja contraposta a brasilidade de algum modo “original”, de que o patriarcado, e especialmente seu fruto dileto que foi o equilíbrio de antagonismos, é portador. Uma consequência desse posicionamento para a chave discursiva da civilização-barbárie com que o autor se depara em SM pode ser vista na comparação realizada entre o boxe inglês e os capoeiras brasileiros. Chamando a atenção para formas de violência institucionalizada *também* no país visto como modelo civilizacional, vindica a prática local, legitimando-a. Gilberto Freyre inverte a ênfase, nessa operação, do que Richard Rorty (1989) mais tarde diria a solidariedade pelo conhecimento mútuo de formas de violência entre diferentes culturas. Isso porque o recurso à comparação com o boxe aparece sobretudo como meio de justificar uma violência – a capoeiragem – já depreciada em meios anglófilos.²⁷

A potencialidade do equilíbrio de antagonismos se coloca, assim, como dimensão programática de CGS e de SM. Trata-se da missão de Gilberto Freyre na década de 1930 a que alude Araújo (2005): a reforma do processo civilizador brasileiro, buscando-se haurir do repertório social aquilo que ainda guardasse a reconhecida potencialidade. Duas são, ainda de acordo com Araújo, as alternativas abertas ao acinzentamento da sociedade nas quais Gilberto Freyre perscruta a sobrevivência do equilíbrio de antagonismos: os mucambos – não apenas social como literalmente apartados ou afastados dos sobrados europeizantes e, dessa forma, capazes de se resguardar contra a desafricanização –²⁸ e as mulheres – guardiãs de elementos da tradição patriarcal, em oposição a seus maridos importadores de novas tendências e idéias da Europa.

²⁷ Pode-se, a propósito, lembrar este juízo de Roberto DaMatta: “De fato, em contraste com as interpretações marcadas pela ênfase nas ausências (o Brasil não foi colonizado por ‘raças arianas’, ou ‘povos adiantados’, ele ‘não teve burguesia’, ‘ele não tem um povo homogêneo’, ‘não tem, sequer, vergonha na cara’, ‘não tem patriotismo’, etc., etc., etc.); no Brasil gilbertiano, não há nada inadequado, patológico, tarado ou fora do lugar. Muito pelo contrário (...) Gilberto viu o Brasil antropológicamente, com o que ele tinha e com o que era, ou seja: sem preconceitos comparativistas negativos” (2003, p.16).

Baste, a título de exemplo e com o intuito de indicar a sequência dada por Gilberto Freyre à questão, uma rápida vista d'olhos na matéria do livro *Açúcar*, de 1939 (Freyre, 2007), em que se compila um conjunto de receitas pernambucanas de sobremesa, composto não sem esforço junto a mulheres que as conservaram com zelo privatista em meio ainda algo patriarcal. O que se realça no livro:

É verdade que a tradição da cozinha de Pernambuco parece representar menos um nativismo extremado ou um indianismo agressivo nos seus sabores agrestes e crus – como o da cozinha no extremo Norte – e, menos ainda, um africanismo oleoso, empapando tudo de azeite-de-dendê, como o da cozinha afro-baiana, que o equilíbrio das três tradições: a portuguesa, a indígena e a africana. A medida, o equilíbrio, a temperança que [Joaquim] Nabuco sentia no próprio ar de Pernambuco, parece exprimir-se no que a cozinha pernambucana tem de mais característico e de mais seu: na sua contemporização quase perfeita da tradição europeia com a indígena e com a africana (Freyre, 2007, p.77).

Igualmente relevante, a justificativa do estudo: “Se este livro parecer demasiadamente frívolo ao leitor que não goste de doce, que ele se recorde daquele conceito de Eduardo Prado sobre o paladar, citado por Oliveira Lima nas suas *Memórias*. O paladar defende no homem a sua personalidade nacional” (Freyre, 2007, p.73).

A recuperação das tradições pelo estudo do meio privado – *locus* preferencial da continuidade social brasileira e, por essa via, da nacionalidade – condiz, como já se observou (cf. Araújo, 2005, p.198), com a orientação pública de Gilberto Freyre, expressa no Prefácio a CGS:

Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci [Franz] Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares (CGS, p.31).

Ao mesmo tempo, o método que privilegia o espaço privado em CGS e SM e o retorno ao privado como propósito de *Açúcar* parecem indicar certo sentido da relação entre passado e presente.²⁹ Como já sugeriu José Carlos Reis, o futuro do

²⁸ Para a relação entre esse estudo dos mucambos por Gilberto Freyre e o pensamento de Lucio Costa, cf. Puntoni (2001) e Rubino (2003).

²⁹ Uma palavra final sobre a relação Estado-sociedade: se é verdade que “objetos discursivos sempre são enunciados de um lugar em particular – os objetos sempre são objetos de um sujeito” (Andersen, 2003, p.15), a preocupação pública do autor assim conformada pelo estudo do privado e pelo retorno a ele pode ter como contraparte o conservadorismo. Assim o sugere

Brasil é motivo de pessimismo para Gilberto Freyre: “nos anos 30, a mudança se acelerava, assustando-o, pois comprometia a continuidade do passado patriarcal. Com sua reflexão, ele quer fazer uma defesa desse passado e impedir ou desacelerar a mudança” (2005, p.81). Nesse sentido, os enunciados sobre a prudência das autoridades na Colônia e a potencialidade do equilíbrio de antagonismos, remetidos ao país já transformado pela re-europeização, produzem uma contemplação do passado “onde os tempos últimos do que já foi (...) perante o tempo precoce do que ainda não é criam as fendas por onde a decadência é distilada como forma excelente da experiência da modernidade brasileira” (Vecchi, 2005, p.168). De fato, como fica evidente na leitura de CGS e SM, a ênfase de Gilberto Freyre e o próprio sentido que confere ao Estado são dados pelo “amor (...) isento de paixão” (Carpeaux, 2005, p.537) pelos tempos idos, o que tanto produz o receio da mudança que se adensa desde 1840 quanto convida à experiência da modernidade como decadência.

2.5 Conclusão

A projeção do mundo oriental no Brasil e o subsequente entrelaçamento do Brasil ao mundo ocidental ocorreram neste capítulo por duas maneiras. Em primeiro lugar, o Brasil se viu palco de uma política mundial cuja descrição se faria ininteligível pelos critérios do conceito de Estado. Essa narrativa tem importância central na arquitetura de CGS e RB, de vez que postula alguns padrões de organização social que darão molde para a reforma do processo civilizador defendida na frente programática da obra de Gilberto Freyre. Em segundo lugar, o Brasil passa a conhecer fronteiras reguladas soberanamente, que lhe dão (a veleidade) (d)a constituição de um lugar próprio no mundo. Ocorre que esse estatismo, como ressalta SM, é imbuído de um propósito moral europeizante, o que inviabiliza uma análise pautada exclusivamente pela distinção entre o Estado e a sociedade. Se esta é, decerto, foco do livro, o relevo dado aos

Raymundo Faoro, para quem o foco de CGS na iniciativa privada faz com que esta assumo “caráter aristocrático, senhorial, dando, como elemento dominante, o tom à sociedade” (1993,

anglófilos como “olhos dos estrangeiros” confirmam a centralidade do nexa entre o Estado e seu exterior.

A constituição biopolítica da sociedade pela internalização de normas européias aproxima médicos a anglófilos, ambos empenhados em um “choque cultural” e na constituição de uma nova sociedade. Contudo, recairá sobre os anglófilos a maior evidência do entrelaçamento do Brasil com o internacional, pois que é justamente o discurso civilizador e excludente que difunde desde o Estado o responsável pela desarticulação do “senso de contemporização” dantes havido. Esse tema, aparentemente restrito à relação entre Estado e sociedade, em verdade fornece insumos para se considerar a forma pela qual os limites rígidos do Estado e do imperialismo inglês são criticados por CGS e SM no cotejo com a política mundial. Justamente porque palco de uma competição de sistemas violenta, mas capaz de negociar inteligibilidades, a política mundial é feita modelo prudencial contra a imposição intolerante da supremacia européia no século XIX.

Em suma, a contribuição que CGS e SM dão para a hipótese geral da pesquisa está no esclarecimento sobre a relação impositiva entre o Estado e aquela ordem que lhe antecede, bem como na incorporação do internacional na ação – por isso mesmo intermediária – do Estado sobre a sociedade.

Este capítulo exporá a enunciação de *Raízes do Brasil*, analisando a forma como são aplicadas as distinções constitutivas do conceito de Estado. Argumenta-se que a coexistência de um ideal de enraizamento e de uma condição de desterro cria um entre-lugar de conflitos inconciliáveis na história do Brasil, em que a fundação de um Estado representativo é complicada pelas dificuldades que o passado recalcitrante coloca ao desenvolvimento de modernas instituições européias. Assim como no capítulo anterior, os grupos temáticos que organizam a apresentação seguem a cronologia da narrativa dos livros. Respectivamente, as seções lidarão com a conformação de um passado ibérico no Brasil, a resiliência desse passado em uma ordem urbana supostamente capaz de alterá-lo, a identificação de uma revolução em curso que superaria os obstáculos colocados pelo mundo rural, e finalmente a constatação de descompassos temporais que dificultariam a resolução do impasse entre rural e urbano.

Os critérios dados pelo conceito de Estado são articulados por RB ao longo de toda sua enunciação. Ao contrário do que se viu em CGS e SM, mesmo o passado colonial brasileiro já será tratado em RB em função de problemas colocados pelas distinções elementares do Estado. Igualmente ao longo de toda a enunciação se dá o entrelaçamento do Brasil com a política mundial – de teor diverso da que se definiu no capítulo anterior –, por intermédio de instituições de extração européia que funcionam como exteriores regulativos a demandar a mudança da ordem ibérica brasileira. Os mencionados descompassos temporais do Brasil em relação a esses exteriores regulativos sugerem ainda um curso de desenvolvimento institucional que varia em relação ao dos cânones ocidentais, acrescentando um encadeamento do Brasil em relação ao internacional. Essas duas formas de conexão entre o objeto de discurso do livro e a política mundial indicam a contribuição do capítulo para a hipótese geral do trabalho.

3.1 Alma Comum

3.1.1. Exposição

Há uma “alma comum” entre o Brasil e a Península Ibérica, afirma RB. Para apresentá-la é recomendável, a título de esclarecimento, principiar prospectando-se a variação que o parágrafo de abertura do livro exhibe entre a primeira edição (1936) e o que se tornou o texto definitivo baseado na segunda edição (1947). Na redação de 1936,

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem-sucedido em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições, nossa visão de mundo, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra (Holanda, 1936, p.3).

Excetuada a última frase do trecho, “o parágrafo de abertura da primeira edição pareceria portanto a própria metonímia do título” (Rocha, 2004, p.111), com o sucesso do transplante sugerindo o enraizamento da cultura européia na zona de clima tropical e sub-tropical. Contudo, a seqüência da citação estabelece este paradoxo: “Os brasileiros tiveram uma experiência única porque bem-sucedida, mas, ao mesmo tempo, como resultado, vivem desenraizados em seu próprio país (...) Como ser ao mesmo tempo bem-sucedido e desterrado?” (Rocha, 2004, p.114).

No texto definitivo, reverte-se o juízo sobre o sucesso do transplante cultural, e o paradoxo parece deixar de existir:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas

vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (RB, p.19).

Diz-se ainda: “todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (RB, p.19).

Trata-se agora de uma “tentativa de implantação”, e o território deixa de ser comparado à Bélgica e ao globo para se tornar refratário ou estranho às “tradições milenares” vindas da Europa. Tem, ademais, um clima e uma paisagem fundamentalmente diversos do “sistema de evolução” europeu. Assim, a ligadura incerta de um lado (cultura) ao outro (território) justifica a enunciação dos brasileiros como desterrados na própria terra.

Ao passo que João Cezar de Castro Rocha (2004) utiliza-se da variação entre as edições para investigar possibilidades abertas pelo paradoxo no texto de 1936, o presente trabalho, fixado na edição definitiva de RB (Holanda, 2006), partirá ao exame do legado ibérico no país reconhecendo essa coerente formulação do desterro brasileiro. Nesse sentido, pode-se ler já no segundo e terceiro parágrafos do livro:

Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros.

É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica (RB, 19).

O eventual sucesso da implantação cultural intentada se torna uma função da capacidade dos brasileiros de representar formas de convívio, instituições e idéias herdadas de Portugal. A julgar pela categórica afirmação do desterro, é de esperar obstáculos a essa representação. No entanto, senão plenamente, os brasileiros têm em boa medida essa capacidade representacional:

Nem o contato e a mistura com as raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou bem ou mal a essa forma (RB, p.30).

Deprimindo as expectativas de patriotas nativistas, o trecho é claro: o elemento infenso ou rebelde ao implante cultural é mero “resto”, “matéria que se sujeitou bem ou mal” à forma cultural predominante. Já se vê que a coerência da enunciação do desterro no texto definitivo de RB se limita ao primeiro parágrafo do livro, uma vez que na imediata seqüência o paradoxo há pouco dissipado parece ser retomado: como relegar a “resto” mais ou menos indômito o que seria de monta a ativamente impedir o estabelecimento de uma tradição que, no entanto, é longa, viva e – infira-se – arraigada? Em que pese serem “ainda hoje” desterrados em sua terra, os brasileiros estão ligados à Península Ibérica por uma “tradição longa e viva” o bastante para falar-se em uma “alma comum”. Assim, a representação dos elementos da cultura implantada mostra-se factível, re-colocando – porventura com menor força – o paradoxo notado na primeira edição do livro. Em suma, se por um lado “a sensação de desterro se transforma num sintoma, o de uma tentativa que não deu certo” (Rouanet, 2006, p. D2), por outro lado coexiste com esse sintoma a afirmação do razoável sucesso da implantação cultural.

A relevância desse implante pode ser atestada pela escala que ganha, no corpo de RB, a discussão sobre os atributos da tradição ibérica. Por isso, esta seção delineará o legado colonial em seus traços principais, transferindo para seção posterior o encaminhamento do paradoxo apreciado. A forma cultural deixada pela tradição ibérica pode ser condensada ao redor dos atributos do personalismo, da aventura, do ruralismo e do desleixo, respectivamente expostos em seguida.

“Territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos” (RB, p.20), Portugal e Espanha, junto de Rússia, países balcânicos e Inglaterra constituem-se em “zona[s] fronteiriça[s], de transição”, em que o “europeísmo” é menos concentrado (RB, p.20). Dos países ibéricos, em particular, lê-se que, “pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional” (RB, p.20). Essa cultura da personalidade, que se projetou de Portugal

ao Brasil (cf. RB, p.21), importa em duas peculiaridades,³⁰ relacionadas ao trabalho e ao governo. Quanto à primeira, trata-se da inatividade erigida em virtude e de uma repulsa a morais cultuadoras do trabalho.

A ação sobre as coisas, sobre o universo material, implica submissão a um objeto exterior, aceitação de uma lei estranha ao indivíduo (...) O trabalho manual e mecânico visa a um fim exterior ao homem e pretende conseguir a perfeição de uma obra distinta dele. É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre a gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária (RB, p.28).

A ausência de uma moral do trabalho coincide com a “singular tibieza” da organização social, em que a solidariedade se desenvolve antes em função da vinculação de sentimentos que de relações de interesse, ou seja, “no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre o plano mais vasto, gremial ou nacional” (RB, p.29). Sem a racionalização própria do meio protestante, que teria permitido às nações ibéricas o desenvolvimento da solidariedade baseada no interesse, “o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior” (RB, p.27).

Assim, no quadro de “falta de hierarquia organizada” (RB, p.21), a obediência, acompanhada de grande centralização, se torna “o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares” (RB, p.29). Esta, a peculiaridade criada pelo personalismo quanto ao governo. A situação colonial do Brasil assistiu o exercício desse tipo de poder desmesurado com o Santo Ofício e com os jesuítas. Estes últimos “representaram, melhor de que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções e doutrinas” (RB, p.29-30).

O próximo atributo da cultura brasileira é a aventura, associada à colonização da América portuguesa. O processo é contextualizado como uma “época [que] predisponha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos” (RB, p.35), dados antes ao “desleixo” e a “certo

³⁰ Para uma contagem ligeiramente diversa dessas peculiaridades, cf. Sallum (1999, p.240-241).

abandono” que a uma “vontade construtora enérgica” da qual se originasse um “empreendimento metódico e racional” (RB, p.33-34). Os portugueses, imbuídos de uma ética da aventura cujo ideal é o de “colher o fruto sem plantar a árvore” (RB, p.34) – e não de uma ética do trabalho, correspondente ao empreendedorismo metódico e racional –, foram “portadores naturais” da missão de conquistar o trópico (RB, p.33). Segundo Sérgio Buaque, “nossos colonizadores aclimaram-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeléveis” (RB, p.44).

Essa capacidade para a aclimação explica, por contraste, o malogro da experiência colonial holandesa no Brasil. À diferença do colonizador luso, os holandeses procuravam “manter a própria distinção com o mundo que vinham povoar” (RB, p.59). Como população de traço “predominantemente urbano”, os holandeses “só muito dificilmente transpunha[m] os muros das cidades e não podia[m] implantar-se na vida rural de nosso Nordeste” (RB, p.58). Uma consequência disso foi desenvolver-se em Pernambuco, “de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenho e a cidade (...) Esse progresso urbano era ocorrência nova na vida brasileira” (RB, p.58). Outra consequência, todavia, foi precisamente o fracasso de sua colonização, incapaz de “fundar a prosperidade da terra nas bases que lhes seriam naturais” (RB, p.58).

Inscrevendo-se como elemento organizador da colonização portuguesa, a aventura, ou “plasticidade social”,

teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climáticas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência (RB, p.37).

Um produto da aventura é o latifúndio agrário, sistema econômico da Colônia, mormente surgido “de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado” (RB, p.38). A escravidão, ou ainda a “moral das senzalas”, oriunda dessas configurações econômicas, contribuiu à sua maneira para “narcotiza[r] (...) qualquer energia realmente produtiva” (RB, p.56). De ambos, latifúndio hipertrofiado e escravidão, decorreu “a ausência, praticamente, de qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades

produtivas” (RB, p.50). Somando-se a isso o personalismo, com a pessoalidade das relações e as disputas entre facções, famílias e regionalismos, observa-se que a sociedade colonial se constituía em

um todo incoerente a amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (RB, p.55).

A cultura brasileira é caracterizada também pelo “ruralismo”, derivado da instauração de “uma civilização de raízes rurais” (RB, p.69) na qual as cidades não são mais que dependências das propriedades rústicas. Mais especificamente, “Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos” (RB, p.69). Na linha do direito romano-canônico ibérico, o círculo familiar tem seu centro na “autoridade imensa do pater-famílias” (RB, p.79), abrangendo os escravos e também os filhos, que “são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*” (RB, p.79). Sobre essa autoridade primeira, ao redor da qual se concentra a vida rural da Colônia, precisará Sérgio Buarque:

Dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi sem dúvida a esfera da vida doméstica aquela onde o princípio de autoridade menos acessível se mostrou às forças corrosivas que de todos os lados o atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo (RB, p.80).

O último atributo da cultura brasileira arrolado nesse inventário do legado colonial é o desleixo. Deve-se esclarecer que se trata de uma característica, esta do abandono e da “íntima convicção de que ‘não vale a pena’” (Bell *apud* RB, p.115), já típica do português. A visão de mundo refletida no desleixo, que influenciou a expansão colonizadora lusa, se liga à ordem que Sérgio Buarque indica própria da poesia portuguesa: “A ordem que aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do semeador, não a do ladrilhador” (RB, p.122-123). A plasticidade social e a ambiência rural entrelaçam-se adequadamente a este outro componente do

“espírito da dominação portuguesa”, a orientação pela rotina e não pela razão abstrata. Renunciando a guiar-se por “normas imperativas e absolutas”, o colonizador “cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, (...) cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão” (RB, p.97).

Duas conseqüências do desleixo que presidiu a expansão lusa são o modo pelo qual se construíram as cidades coloniais brasileiras e a restrição do povoamento ao litoral do país. Quanto ao modo de construção, lê-se que a cidade portuguesa na América “não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência” (RB, p.115). Sobre a restrição espacial do povoamento, lê-se que

O primeiro donatário [Martim Afonso] penetrara melhor do que muitos dos futuros governadores os verdadeiros interesses do Estado: seu fim fora não somente evitar as guerras, mas também fomentar a povoação da costa (...) não ignorava que [o rei português] d. João III tinha mandado fundar colônias em país tão remoto com o intuito de retirar proveitos para o Estado, mediante a exportação de gêneros de procedência brasileira; sabia que os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se facilmente à Europa (RB, p.104-105).

Essas duas características são usadas no texto de RB para estabelecer uma diferença entre a colonização brasileira e a espanhola. Ao contrário do caso brasileiro, as colônias espanholas na América tiveram suas cidades rigorosamente planejadas e construídas – em sua maior parte – longe da costa atlântica, no interior. Tratou-se, para a Espanha, de “uma aplicação insistente em assegurar o domínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados” (RB, p.98). A diferença entre a ação dos Estados espanhol e português permite distinguir o propósito colonizador: enquanto o Brasil se tornou “simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos” (RB, p.102), os castelhanos – tendo nisto mais sucesso que os holandeses – tencionavam fazer do país conquistado um “prolongamento orgânico do seu” (RB, p.101), por exemplo indo buscar nas regiões mais altas e distantes do mar o clima que remontasse ao da metrópole.

O não-direcionamento da colônia rumo ao interior marca com clareza, portanto, o traço comercial, despreocupado com a edificação de alicerces e infenso às normas abstratas que o desleixo infundiu na expansão portuguesa. Daí que Sérgio Buarque realce o papel das bandeiras paulistas no século XVII

No planalto de Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra voz articulada. A expansão dos *pioneers* paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se freqüentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mas ainda esses audaciosos caçadores de índios, farejadores de riqueza, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias o forçavam é que se faziam colonos (RB, p.105-106).

Tem-se também o caso da “energia repressiva” de que Portugal se valeu para controlar a extração de minerais preciosos em Minas Gerais no século XVIII. Apesar de deliberar, então, “intervir mais energicamente nos negócios de sua possessão ultramarina” (RB, p.107), Portugal se valeu de “uma energia puramente repressiva, policial, e menos dirigida a edificar alguma coisa de permanente do que a absorver tudo quanto lhe fosse de imediato proveito” (RB, p.107).

3.1.2. Análise

Expostos os quatro atributos capitais da colonização ibérica, é possível concluir esta seção. De saída, nota-se que as regras de formação do Brasil como objeto de discurso são orientadas pelos três critérios dados pelo conceito de Estado. Em primeira análise, essa afirmação pareceria descabida, vez que o Brasil encontra-se em posição colonial. É exato dizer-se, contudo, que nos trechos de RB sob escrutínio o Brasil encontra-se a meio caminho de sua condição estatal. Isso se dá porque o distanciamento do Brasil do âmbito imperial – se for mesmo lícito denominá-lo imperial – português se faz sem que se arme no texto a “incerteza agonística contida na incompatibilidade entre império e nação” (Bhabha, 2005, p.142). Na verdade, o objeto de discurso, ao longo de uma série de oposições, vai sendo diferenciado de objetos adjacentes sem que surja uma incompatibilidade com Portugal, até constituir uma figura de conjunto. E esse movimento de

separação e identificação se pauta constantemente pelas referências a um tempo presente em que se conformam um Estado, uma sociedade e um exterior.³¹

Na grade de especificação do objeto pode-se pois perceber operações de oposição e de associação. No dizer de Antonio Candido, RB “é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários” (2006c, p.239), oposições que se dão entre aquilo que *não* caracteriza o Brasil e aquilo que o caracteriza. Com efeito, cada um dos quatro atributos herdados da Península Ibérica pela cultura brasileira encontra, no ato de sua enunciação, seu pólo oposto. Todas essas oposições distinguirão entre o Estado (ainda cronologicamente inexistente) e seu exterior, tocando adicionalmente na distinção entre o Estado e a sociedade. Após sua análise, se poderá compreender o movimento de associação, que projeta o par passado-presente sobre o exterior do Estado e sobre sua sociedade.

A primeira oposição é entre os Estados ibéricos e os Estados protestantes, em que Portugal e Espanha são partes da zona de transição entre o europeísmo e o europeísmo menos carregado. De um lado estão as virtudes protestantes da “moderna religião do trabalho” e do “apreço à atividade utilitária”, com a capacidade de cooperação em função de interesses; de outro lado está a ausência e/ou o contrário dessas qualidades racionalizadoras, que caracteriza a cultura da personalidade no âmbito ibérico. Mais precisamente, a “acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras”.³² O Brasil figura como parte do bloco de nações ibéricas, o que confirma a inexistência da incerteza agonística calcada em algum tipo de

³¹ A possibilidade de se atribuir um caráter unitário a dado objeto de discurso, podendo-se tratá-lo como uma figura de conjunto – no caso, a nação ou o Estado “Brasil” – está dessa forma ligada à aplicação das regras pelas quais o conceito de Estado orienta a enunciação de RB. Vale citar, a propósito, esta consideração de Foucault: “Havíamos procurado a unidade do discurso junto aos próprios objetos, à sua distribuição, ao jogo de suas diferenças, de sua proximidade ou de seu afastamento (...) e fomos mandados de volta, finalmente, para um relacionamento que caracteriza a própria prática discursiva; descobrimos, assim, não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” (2005a, p. 52).

³² Teoricamente, esses grupamentos sub-europeus, o protestante e o ibérico, estão representados respectivamente pelos pares reversos da competição/cooperação e da rivalidade/prestância (*helpfulness*): “Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra” (RB, p. 55).

incompatibilidade entre a colônia e a metrópole – a diferença surgirá serenamente, mais tarde, pelo ruralismo e pelo processo das bandeiras.

Na segunda oposição, Portugal é distinguido da Espanha e ainda mais das sociedades racionalmente organizadas. Contrastam-se “dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens” (RB, p.34), trabalho e aventura.³³ Embora o personalismo situe a Espanha à distância do grupo protestante, a colonização espanhola foi de teor diverso da portuguesa. De fato, pode-se reconhecer a ação peculiar da ética da aventura na expansão portuguesa no fato de que esta tenha realizado menos “dominação” que mera “feitorização”. Daí que não se possa falar em um âmbito imperial português, expressão que se reserva à ordem estabelecida pelo Estado espanhol, que – esse sim – se associa a um “predomínio militar, econômico e político”.

Além da mencionada divisão da Europa, surge uma Ibéria dividida em função da forma imperial pronunciadamente hierárquica, representada pela Espanha, e da solução portuguesa de expansão comercial baseada na plasticidade social, em que “Sua fraqueza foi sua força” (RB, p.58). Como já se propôs, o tipo do semeador delimita a singularidade do brasileiro no Novo Mundo (Santiago, 2006, cap.4), mas seu contraste com os ladrilheiros implicitamente cria mais uma enunciação lacunar, em que o oposto ao brasileiro é que tem foros de exemplaridade. Fala-se do fato de que as cidades hispano-americanas exprimiam, em seu plano, “a idéia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de que a história não somente ‘acontece’, mas também pode ser dirigida e até fabricada” (RB, p.100). É certo que, como a expansão colonial na América portuguesa predispuesse aos “gestos e façanhas audaciosos”, a ética do trabalho e a visão de mundo do ladrilhador não são julgadas, por RB, necessárias à atividade colonizadora no Brasil. Mesmo o ímpeto ordenador na extração de minerais preciosos no século XVIII não teria passado,

³³ Tipicamente, “[para o aventureiro,] o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários (...) Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes. O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo (RB, p.34-35).

deveras, de uma nova forma de satisfazer o instinto aventureiro do ganho fácil. Contudo, esse juízo se verá suspenso tão logo o texto enuncie um movimento temporal para o Brasil: “uma população em vias de organizar-se politicamente”. Dessa nova perspectiva, tornam-se desejáveis tanto a visão de mundo dos espanhóis, em que se pode cogitar de uma existência disciplinada e tendente à abstração, quanto as predisposições protestantes à ética do trabalho, reforçando a problemática da ausência da racionalização.

O crucial do mundo enunciado por RB é portanto a clivagem da Europa em função do arraigamento da racionalização ou da resistência a ela. Dessa forma, o relacionamento entre o objeto de discurso e seu espaço correlativo é dominado pela desqualificação do Brasil (e de Portugal), personalista e aventureiro (nisso diverso também da Espanha), em relação a um “espírito geral de ‘racionalidade’” no ocidente identificado na obra de Max Weber (cf. Löwith, 1993, cap.2). O “longo processo educacional” (Weber 2004, p.54) rumo à aquisição da ética apropriada para o mundo moderno envolve a difusão de uma ideologia que conjuga a fé religiosa protestante à ação econômica capitalista (Löwith, 1993, p.64).³⁴ A problemática da aquisição dessa ética moderna cala fundo no pensamento de Sérgio Buarque (Wegner, 2000, p.63), e é pela referência constante aos critérios desse modelo de desenvolvimento *a priori* que se articula a “metodologia dos contrários” apresentada. Criando um pólo oposto e erigindo-o em um *exterior regulativo*, RB constitui uma “narrativa dúplice” na história do Brasil (Esteves, 1998), em que a sociedade brasileira será abordada, desde seus princípios, pela ótica da decalagem entre sua configuração efetiva e sua configuração moderna ideal. Entremeando ambas, a transmutação incompleta – analisada na próxima seção – desse passado naquele presente modelar.

É preciso explicar, em um aparte, que não só se verificam obstáculos ao desenvolvimento da ação econômica ideal, apresentados acima, como também o

³⁴ “Weber concebeu essa racionalidade como uma totalidade original – como a totalidade de uma ‘atitude diante da vida’ e um ‘modo de vida’ – que é sujeita a uma multiplicidade de condições causais mas é não obstante única: como o ‘ethos’ ocidental. Esse ethos determinante se manifesta no espírito do capitalismo (burguês) bem como naquele do protestantismo (burguês). Tanto a religião quanto a economia são formadas em sua realidade vivida religiosa e econômica dentro da corrente dessa totalidade determinante, e elas, por sua vez, concretizam essa totalidade ao deixar sobre ela seu imprimátur (...) [Economia e religião] são configurados ‘racionalmente’ com base em uma racionalidade geral na conduta da vida (...) um modo de vida racional – originalmente motivado pela religião – permitiu ao capitalismo no sentido econômico tornar-se uma força dominante na vida” (Löwith, 1993, p. 63-64, grifos suprimidos).

curso modelar da esfera da religião é bloqueado. Retomando análise de Brasil Pinheiro Machado, Robert Wegner (2000) observa que a cultura do personalismo tem um prolongamento teológico em RB, na forma da projeção da Contra-reforma sobre as colônias americanas. No combate que os ibéricos – por meio dos jesuítas – travam a partir do Concílio de Trento contra princípios predestinacionistas, são defendidas teorias afeitas ao personalismo, como as que afirmam o livre-arbítrio (cf. RB, cap.1). Por isso, na referência a Trento tem-se um dos “pontos chave para o desenvolvimento da problemática de *Raízes do Brasil*, pois que é aí que seu autor identifica uma ética religiosa diretamente oposta à ‘ética protestante’” (Pinheiro Machado *apud* Wegner, 2000, p.34). Justifica-se, pois, pela presença da reflexão de Weber no espaço correlativo do enunciado, o foco adicional que RB lançará sobre como os atributos legados pela colonização ibérica acabaram por vedar um curso religioso de racionalização no desenvolvimento da sociedade brasileira.³⁵ Econômica e – viu-se agora – religiosamente, constatam-se as razões da totalidade *incoerente* e *amorfa* representada pelo passado da sociedade brasileira.

A impossibilidade de se tirar ao seio da sociedade um princípio de coesão faz com que caiba ao Estado a tarefa. Mas essa designação, conquanto lance no interior do texto a distinção moderna entre uma esfera estatal e outra da sociedade, não traz consigo a enunciação do Estado. Aborda-se uma situação colonial, em que o exemplo dessa prática disciplinadora é a ação da Companhia de Jesus. E o campo não está preparado para uma simples tomada, pelo Estado, da autoridade antes desenvolvida pelos jesuítas, pois outro fator da colonização oporá obstáculos a qualquer iniciativa estatal no país. Tem-se aqui a terceira oposição, que contrapõe o Brasil ao resto do mundo – “A regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à

³⁵ Nesta passagem, por exemplo, a oposição entre sentimento e razão indica a má contribuição do personalismo para o estabelecimento de ordem e de política no país: “A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda a verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa. Religiosidade que se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem. Assim, nenhuma elaboração política seria possível senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade. Não admira, pois, que nossa República tenha sido feita pelos positivistas, ou agnósticos, e nossa Independência fosse obra de maçons” (RB, p.164-165).

custa dos centros de produção agrícola” (RB, p.89) – e cria um impedimento para o desenvolvimento de uma sociedade brasileira – o patriarcalismo rural.

Conforme visto, a sociedade *colonial* – a presença do adjetivo modificador será sintomática – estruturou-se “fora dos meios urbanos”. Isso se liga diretamente ao fato de que os patriarcas rurais, isolados em suas autarquias, desprezassem “qualquer princípio superior que procurasse perturbá-los ou oprimi-los”. Nisso, a sociedade é novamente contrária à modelar: o co-relacionamento de autoridade e comunidade, fundamental para a separação entre Estado e sociedade – e domínio desta por aquele – é inviabilizado na “civilização de raízes rurais”. À diferença do desenvolvimento de núcleos urbanos na América espanhola, que se tornaram instrumentos de dominação do Estado imperial, o ruralismo brasileiro, como exceção sociológica, gerou a “ditadura dos domínios rurais” (RB, p.89, grifo suprimido), de que se ressentiam os centros urbanos no país. Com efeito, é difícil conceber uma esfera comunitária em um quadro de propriedades rurais centrífugas. É por isso oportuno anotar que a distinção entre “sociedade colonial” e “sociedade” permite associar o governo como princípio unificador à futura sociedade, restando a autoridade dos senhores patriarcais como forma de disciplina em uma sociedade fragmentária. Autoridade, aliás, que além de “enorme” é indisputada, assentando-se de saída como princípio primeiro da vida política – ou: antipolítica, porque infensa ao público – do Brasil.

O problema que RB aprecia, em lugar de se apresentar como uma oposição entre a sociedade anárquica e um Estado centralizado e autoritário, se coloca como o esvaziamento em larga escala da possibilidade de governo pelo Estado no momento colonial, fiado que o princípio de autoridade se encontra no direito romano-canônico das propriedades patriarcais. Parece evidente que a colocação desse problema apenas se justifica pela necessidade que Sérgio Buarque terá em discutir a soberania estatal no momento histórico seguinte à ordem colonial. Daí que, a um só tempo, o autor empregue as categorias do moderno conceito de Estado, prefigurando as dificuldades a uma sociedade coesa consentânea com o jugo estatal, e enuncie a inviabilidade do domínio estatal sobre o que se tornou uma “civilização agrária”. É significativo dessa operação de ressaltar no passado o que será um problema do futuro – mais especificamente, da República em que vivia o sujeito de discurso Sérgio Buarque – o relato que o autor toma à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, referente ao comentário de um bispo da

Ordem de São Domingos que viajava pelo Brasil no século XVII: “Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa” (Salvador *apud* RB, p.79).³⁶

A quarta oposição separa o Brasil, como uma comunidade nacional em formação e dirigida à sua porção interior, de sua metrópole – que se torna um novo exterior. Gestada em meio ao repúdio às normas absolutas, sem cidades planejadas e presa ao litoral, onde grassa a noção do Brasil como “simples lugar de passagem”, a Colônia tem no desleixo mais um obstáculo – a se somar ao personalismo, à aventura e ao ruralismo – para a criação de uma sociedade. Como fez Sérgio Buarque em texto de 1961, pode-se sugerir que, com o governo-geral da Colônia instituído a partir de 1549 e assumido por Tomé de Sousa, “nasce verdadeiramente um Estado no Brasil” (Holanda, 2007, p.155). Mas o autor cuida em observar que tal Estado se fundava em uma “ordem de coisas transacta”, pela qual os donatários da Colônia se valiam de franquias e mercês para contrariar as “normas absolutistas” implantadas na metrópole, as quais por sua vez eram usadas pelo governador-geral para tentar – em vão – pautar a conduta dos súditos (Holanda, 2007, p.140). Essa peleja do Estado colonial confirma a dificuldade que RB aponta quanto à afirmação da ordem abstrata fundadora do Estado moderno.

Já as bandeiras rumarão na direção dessa ordem, pois ao adentrarem o território os bandeirantes dão luz a um “momento novo de nossa história nacional”. A população colonial “adquire forma própria” e “encontra voz articulada”. Não se pode vislumbrar, a partir daí, uma base para a autoridade estatal, mas conforma-se uma esfera comunitária no Brasil de RB, com o delineamento de uma população própria – por oposição aos portugueses de passagem no litoral. Aplica-se, na análise das bandeiras, um léxico que principia a produzir a diferenciação entre a colônia e um presente estatal: as *raízes* do projeto dos bandeirantes não estavam *do outro lado do oceano*, e as bandeiras eram feitas sem o estímulo ou mesmo à revelia dos interesses da metrópole. Ter-se-ia uma temporária *anulação* dos portugueses *qua* portugueses para a produção de uma iniciativa brasileira.³⁷ Essa anulação separa brasileiros de portugueses,

³⁶ Recorde-se a disposição sobre o objeto de discurso, no caso o de RB, ser enunciado “de um lugar em particular – os objetos sempre são objetos de um sujeito” (Andersen, 2003, p.15).

³⁷ Nas palavras do autor: “não hesitaria mesmo em subscrever pontos de vista como o recentemente sustentado pelo Sr. Júlio de Mesquita Filho, de que o movimento das bandeiras se enquadra, em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na África, na Ásia, e na

confirmando o espaço já aberto pelo ruralismo no sentido de um objeto de discurso que é exterior inclusive à metrópole. Isso não pode levar ao desenvolvimento de uma autoridade dos bandeirantes, vez que esta se concentra nos domínios rurais. Mas ficam dadas coordenadas para a discussão de um Brasil estatal.

Apurado o bloqueio que todos os quatro atributos da herança colonial representam para a articulação de certo modelo de desenvolvimento, é possível finalizar esta seção analisando a aplicação da distinção entre passado e presente nesse primeiro grupo temático recortado de RB. Foi dito que a formação do objeto, além das oposições, se dava por associação. Agora é possível compreendê-la: a associação ocorre entre os atributos brasileiros definidos pelo que têm de contrário a atributos estrangeiros desejáveis – encontrados na Europa protestante ou na Espanha imperial – e o que RB anuncia ser sua relevância contemporânea. Em outras palavras, Sérgio Buarque recompõe o passado “através dos fragmentos que se atualizam no presente” (Avelino Filho, 1987, p.41), trocando a narrativa cronológica da história pelo realce dos fatores que, oriundos dos atributos da colonização ibérica, se colocam candentemente na ordem do dia. As discussões que RB faz do personalismo, da aventura, do ruralismo e do desleixo não prescindem de um elemento que conecta sua apreciação a problemas identificados pelo autor ao tempo da escrita, justificando a inserção desses atributos em um eixo de mudança temporal.

Decorrente do personalismo, a obediência é realçada por duas razões. A primeira é o fato de que sua velha fungibilidade é reatualizada no repertório político ibérico: “nos tempos modernos, [a manutenção artificial da organização política por força exterior] encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares” (RB, p.27). A segunda é o fato de que, concomitantemente, sua viabilidade declina, esboçando um desmantelamento do quadro político instituído desde o implante cultural: “Hoje a simples obediência como princípio de disciplina parece uma fórmula caduca e impraticável e daí, sobretudo, a instabilidade constante de nossa vida social” (RB, p.30). A ética da aventura,

América, desde os tempos do infante d. Henrique e de Sagres. Mas eu o subscreveria com esta reserva importante: a de que os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para crescer e dar muitos frutos” (RB, p.143). Um cotejo desse argumento poderia ser realizado em relação à obra posterior de Sérgio Buarque (cf. Wegner, 2000).

“elemento orquestrador por excelência” de “nossa vida nacional”, é invocada para explicar a “tibieza” da organização social: “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno” (RB, p.22); daí o problema que coloca para a organização política da população. O ruralismo não pode ser desconsiderado por RB uma vez que a estrutura da sociedade fora das cidades ditou “condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje” (RB, p.69). Finalmente, a contraposição de um “momento novo” (as bandeiras) à ordem desleixada do semeador serve de mote para uma observação em que se pode entrever uma nota de censura: “Quando hoje se fala em ‘interior’, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana” (RB, p.105).

Como se registrou, todas essas conexões entre elementos do passado e necessidades do presente traem a atualidade desses mesmos elementos. Uma indagação formulada por Ronaldo Brito sobre o pensamento do arquiteto Lucio Costa ganha validade diante essas considerações sobre a relação entre passado e presente em RB: “Eu me pergunto, seriamente até que ponto nosso passado colonial foi uma invenção estritamente moderna (...) Parece óbvio que a modernidade brasileira inventou, até certo ponto, um passado para operar a sua ‘ruptura’” (Brito, 2004, p.252). O assunto será retomado quando RB atentar às perspectivas contemporâneas para o país, referindo-as a esses elementos do passado.

3.2 Urbanização e Cordialidade

3.2.1. Exposição

A urbanização se reveste, em RB, de importância fundamental. Ao alterar o quadro rural instituído com a colonização, desestabiliza os demais atributos da cultura ibérica implantados no Brasil. Além da expansão urbana, o processo envolve o crescimento dos meios de comunicação, “atraindo vastas áreas rurais

para a esfera de influências das cidades” (RB, p.159). O objetivo desta seção é dimensionar o que RB enuncia como a decadência da velha lavoura e a quase simultânea ascendência dos centros urbanos, especialmente a contar da transmigração da Corte portuguesa em 1808 e da Independência em 1822. A partir daí, “os senhorios rurais principiaram a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente cidadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais” (RB, p.81).

Na estrutura de capítulos de RB, o quádruplo legado da colonização discutido acima corresponde aos quatro primeiros capítulos, nos quais o tema da urbanização já se introduz aqui e além. Contudo, é a partir do quinto capítulo, intitulado “O homem cordial”, que esse tema é abordado em sua inteira conseqüência. Levando adiante a “metodologia dos contrários”, RB exporá neste capítulo certos elementos modelares da urbanização, identificando a seguir os entraves para a concretização da ordem idealizada, organizados ao redor da noção de cordialidade. Esta seção tomará ao quinto capítulo de RB a disposição: acompanhará duas decorrências regulativas da urbanização, para na seqüência interpor-lhes os obstáculos, que RB discute no quinto e sexto capítulos.

A primeira definição regulativa é referente ao Estado. Segundo RB,

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX (...) Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva (...) A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (RB, p.153).

Na passagem, a transgressão da ordem familiar e o conseqüente postulado da primazia da lei geral se ligam ao processo de urbanização. O triunfo do geral sobre o particular remete a um conflito que “é de todas as épocas”, aquele entre Antígona e Creonte, cuja veemência é preservada “ainda em nossos dias. Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se

acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade” (RB, p.154).

A segunda definição regulativa é referente à sociedade, em que duas disposições se destacam. A primeira delas é a remodelação do papel da família, em função do “decisivo triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos” (RB, p.157). Daí o problema da adaptação dos indivíduos ao “mecanismo social” ser “especialmente sensível no nosso tempo” (RB, p.157). “Segundo alguns pedagogos e psicólogos de nossos dias”, aduz Sérgio Buarque, “a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida na sociedade, fora da família” (RB, p.155-156). A segunda disposição ligada à sociedade transpõe para o campo econômico o processo de suplante da lei particular pela lei geral. O “moderno sistema industrial”,

separando os empregadores e empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou os antagonismos de classe (...) Para o empregador moderno – assinala um sociólogo norte-americano – o empregado transforma-se em um simples número: a relação humana desapareceu. A produção em larga escala, a organização de grandes massas de trabalho e complicados mecanismos para colossais rendimentos, acentuou, aparentemente, e exacerbou a separação das classes produtoras, tornando inevitável um sentimento de irresponsabilidade, da parte dos que dirigem, pelas vidas dos trabalhadores manuais (RB, p.154-155).

O contraste entre a “atmosfera de intimidade” nas “velhas corporações e grêmios de artesãos” e o desaparecimento da “relação humana” com a ““escravidão dos salários’ nas usinas modernas” subsidia o entendimento da “inquietação social de nossos dias” (RB, p.154).

Definidas essas instâncias modelares de suplante da lei particular pela lei geral no bojo da urbanização, RB trata de arrolar as especificidades do caso brasileiro. Embora perdendo “muito de sua posição privilegiada e singular”, os senhorios rurais não cederão, sem mais, espaço para os novos atores sociais. “Gente principal do país” (RB, p.81), eles se apoderarão das principais ocupações surgidas com a urbanização, em uma “improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana” (RB, p.87). Pela formação histórica do país, compreende-se que

O quadro familiar torna-se (...) tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (RB, p.80-81).

Enuncia-se então o “personagem que sintetiza o tradicionalismo próprio da sociedade brasileira” (Wegner, 2000, p.32), o homem cordial.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (RB, p.160).

Prevenindo a confusão entre o enunciado da cordialidade e a noção de amizade ou bondade (cf. Ricardo, 2006), o autor esclarece que

essa cordialidade (...) não abrange (...) apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado (...). A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não cordial, se chamará mais precisamente hostilidade. (RB, p.219n, grifos suprimidos).

A discussão de RB é transportada para “fora do recinto doméstico”, lançando o homem cordial – como síntese do legado colonial – no espaço público – urbano por excelência. A cordialidade encarna a “sombra” familiar que “persegue” os indivíduos na cidade. Cordial é o homem cujos padrões de relacionamento são orientados exclusivamente pela amizade e pela inimizade, essas categorias da esfera privada – âmbito de onde retira sua “idéia mais normal do poder”. Na esfera pública ou política, esses sentimentos são respectivamente transformados em benevolência ou hostilidade, justamente uma transformação que o homem cordial não pode realizar, por incapaz de “abandonar o âmbito

circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos”. Isso porque, na definição que lhe confere Sérgio Buarque, esse homem tipicamente desconhece “qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo”, tendo o “desejo de estabelecer intimidade” (RB, p.161).

Só por engano se suporia que a cordialidade equivale à civilidade, em que “há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças” (RB, p.160). A civilidade surge como mais uma definição regulativa sobre a urbanização. Enquanto para o homem cordial “a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência” (RB, p.160), a civilidade (ou: polidez) é uma “organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência” (RB, p.161). Essa “presença contínua e soberana do indivíduo” (RB, p.161) polido pressupõe a capacidade de mascarar-se em um “disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções” (RB, p.161), uma capacidade de cuja falta se ressentia o homem cordial. Daí que “A vida íntima do brasileiro nem [seja] bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social” (RB, p.166).

Dada a incapacidade desse homem para operar regras abstratas (mandamentos e sentenças), compreende-se que a urbanização seja eivada de conflitos. Lê-se que no Brasil do século XIX havia

dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato o corpóreo e o sensível, o cidadão e cosmopolita ao regional ou paroquial. A presença de tais conflitos já parece denunciar a imaturidade do Brasil escravocrata para transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia” (RB, p.75-76).

Os limites da ação transformadora da realidade, no ecossistema do homem cordial imerso na urbanização, se delinearão em três temas: a sociedade, o Estado e o bacharelismo.

Quanto à sociedade, espelhando o que se viu nas definições regulativas, RB discorrerá sobre a família e a economia. Os atributos da cordialidade, para não mencionar as demais sobrevivências ibéricas no Brasil, obstam à nova matriz de

educação familiar, mas a enunciação é segura quanto ao predomínio das “exigências imperativas das novas condições de vida”: “Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias ‘retardatárias’, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal” (RB, p.155) de educação voltada ao “círculo doméstico”. Essas famílias, porém, “tendem a desaparecer” (RB, p.155). Também no campo industrial “certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito” (RB, p.82), o que é exemplificado por uma discussão da obra do Visconde de Cairú.

Nem mesmo um Silva Lisboa, que, nos primeiros decênios do século passado, foi grande agitador de novas idéias econômicas, parece ter ficado inteiramente imune dessa opinião generalizada, de que o trabalho manual é pouco dignificante, em confronto com as atividades do espírito (...) A “inteligência”, que há de constituir o alicerce do sistema sugerido por Silva Lisboa, é, assim, um princípio essencialmente antimoderno. Nada, com efeito, mais oposto ao sentido de todo o pensamento econômico oriundo da Revolução Industrial e orientado pelo emprego progressivo da máquina do que essa primazia conferida a certos fatores subjetivos, irredutíveis a leis de mecânica e a termos de matemática (RB, p.82-83).

Em suma, verificava-se no país a “radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares” (RB, p.76).

Quanto ao Estado, a vinculação da ordem administrativa do Império e ainda da República ao sistema senhorial (RB, p.88) se aprofunda em uma prática política na qual que os partidos, mimetizando as famílias patriarcais, formam “um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou idéias” (RB, p.77). Uma expressão desse tipo de entendimento se encontra, mais uma vez, na obra de Cairú:

Pode-se dizer que, em 1819, já era [Cairú] um homem do passado, comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural. É semelhante empenho que se espelha (...) em sua noção bem característica da sociedade civil e política, considerada uma espécie de prolongamento ou ampliação da comunidade doméstica, noção essa que se exprime, com a insistência de um *leitmotiv*, ao longo de toda a sua obra. “‘O primeiro princípio da economia política’, exclama, ‘é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade...’ (RB, p.84).

Condizendo com a noção do prolongamento da comunidade doméstica, o Estado firmado no Brasil será qualificado por Sérgio Buarque como patrimonial.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (...) Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (RB, p.159).

Quanto ao bacharelismo (ou: aos vícios da vida intelectual), ele se liga por duas vias à tradição ibérica. Primeiro, na continuação de um trecho citado acima, RB propõe que o homem cordial "é livre (...) para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades" (RB, p.166). Segundo, na linha do repúdio à devoção religiosa que complementa a ética do trabalho protestante e da concomitante promoção da inatividade à qualidade de virtude, "só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos (...) No trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra" (RB, 169-170). Por isso, "As atividades profissionais são (...) meros acidentes na vida dos indivíduos" (RB, p.170). Incoeso, indisciplinado e incapaz de se aplicar ao trabalho, o homem cordial se projeta no bacharel, nele defendendo-se do perigo que a cidade representa para as formas de vida originadas no campo. Para Sérgio Buarque, a "origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade. Daí, também, o fato de essa sedução sobreviver em um ambiente de vida material que já a comporta dificilmente" (RB, p.172).

A transformação da nobreza colonial em nobreza cidadina, com a preservação do "teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional" (RB, p.180), se coadunará apropriadamente com a difícil submissão da personalidade individual dos bacharéis a um "sistema exigente e disciplinador" (RB, p.169). Isso porque será desenvolvido um "amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas (...) [capazes de circunscrever a] realidade complexa e

difícil dentro do âmbito dos nossos desejos” (RB, p.72). Essa predisposição psico-intelectual, por sua vez, se converte em fator para a reprodução da ordem aristocrática no meio urbano. A “crença mágica no poder das idéias”, decorrente daquele amor pelas leis genéricas, será intimamente ligada à importação da democracia ao país:

De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios (...) E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo (RB, p.175-176).

Divisa-se, na passagem acima, uma distinção entre os mantenedores da ordem aristocrática e indivíduos localizados “em baixo”. Com efeito, Sérgio Buarque cuida em mostrar como as formulações político-institucionais patrocinadas pela aristocracia passavam ao largo da “grande massa do povo[, que] recebeu-as com displicência, ou hostilidade” (RB, p.176). Os movimentos reformadores “Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena” (RB, p.176). Essa clivagem de lado a lado será intensificada com o declínio da vida rural:

Colhidos de súbito pelas exigências impostas com um outro estado de coisas, sobretudo depois da Independência e das crises da Regência, muitos não souberam conformar-se logo com as mudanças. Desde então começou a patentear-se a distância entre o elemento ‘consciente’ e a massa brasileira, distância que se evidenciou depois, em todos os instantes supremos da vida nacional. Nos livros, na imprensa, nos discursos, a realidade começava a ser, infalivelmente, a *dura*, a *triste* realidade. A transição do convívio das coisas elementares da natureza para a existência mais regular e abstrata das cidades deve ter estimulado, em nossos homens, uma crise subterrânea, voraz (RB, p.177).

Tais traços da vida intelectual devolvem a discussão à esfera temática do Estado. RB informa que também a ação legislativa do governo comungava nesse distanciamento, de modo que “Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificial e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada” (RB, p.179). Com isso, é possível referir-se à idéia de formação que, segundo Sérgio Buarque, subjazia à imagem que os brasileiros fizeram do país durante esses “novos tempos” (tal o título do sexto capítulo de RB).

Muitos dos que criticam o Brasil imperial por ter difundido uma espécie de *bovarismo* nacional, grotesco e sensaborão, esquecem-se de que o mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade aos seus efeitos. Quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia viver finalmente por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque ‘se envergonhava’ de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representaram, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros* (RB, p.183).

3.2.2. Análise

O primeiro ponto a se indicar na conclusão desta seção é que objeto de discurso é sujeito a uma oposição central, entre cordialidade e civilidade. Dela resultarão as problemáticas nas relações entre Estado, exterior e sociedade. A locução em que se afirma que a sombra do quadro familiar persegue os indivíduos *fora do recinto doméstico* projeta a discussão de RB para um âmbito que não é mais o rural. Só fará sentido enunciar um exterior da propriedade rural à medida que um espaço urbano, com suas categorias do público e do privado, puder ser contraposto àquela propriedade. Na verdade, apenas em face da cidade se poderá delimitar como doméstico – implicando-se uma esfera não-doméstica de existência – o espaço até ali irrestrito em que se espalhava a “imensa autoridade” do pater-famílias. Tem-se no jogo textual, dessa forma, três esferas: a rural e patriarcal, em que se desconhecem as noções do público – e, por extensão, do privado; a urbana e privada; e a urbana e pública.

A civilidade, em que um jogo de máscaras permite ao indivíduo resguardar sua sensibilidade e suas emoções (sua esfera privada) frente à sociedade e seus elementos coercitivos (sua esfera pública), pressupõe o acordo prévio sobre os limites de cada uma das duas esferas envolvidas.³⁸ Portanto, o transbordamento da sensibilidade e das emoções sobre a sociedade não é, em si, o bastante para se falar em cordialidade, constituindo o que porventura se denominaria a incivilidade. A cordialidade acrescenta àquele transbordamento a instabilidade, ou precariedade, dos limites entre as esferas pública e privada. Isso porque, inscrito na origem recôndita e patriarcal do homem cordial, está um desconhecimento radical do que seja uma esfera pública, e dessa forma do que seja a continência própria da esfera privada. Há uma conexão vital entre a cordialidade e esse meio no qual a esfera pública foi ininteligível durante séculos. A cordialidade necessita “ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano informados no meio rural e patriarcal”.

Discernida a cordialidade da civilidade, pode-se compreender mais devidamente o que será, na cidade, a *nostalgia* do núcleo familiar, *locus* do qual dimanam os padrões de poder, respeitabilidade, obediência e coesão nas relações sociais, e os pendores particularistas e antipolíticos por ela impressos na vida social brasileira. A cordialidade se caracterizará como a incapacidade para o trânsito entre as categorias do público e do privado, respectivamente ligadas aos pares benevolência/hostilidade e amizade/inimizade. Em vez de adotar o norte daquelas categorias de civilidade, o brasileiro se guiará antes e sempre por um “fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (RB, p.160). Isso determinará sua problemática adaptação a diversos mecanismos sociais cuja fixação no Brasil é estabelecida como modelar.

Já é possível apontar as decorrências da cordialidade para a distinção entre o Estado e sociedade. Um passivo vindo da colonização é, naturalmente, o desprezo nutrido nas propriedades rurais por *princípios superiores*, isto é, pelo Estado. Contrariamente à regra “em todo o mundo e em todas as épocas”, o Estado não subjuga, reúne em sua hegemonia e utiliza-se das rivalidades entre o campo e a

³⁸ Poder-se-ia expandir a questão, com base em Hannah Arendt (Wegner, 2000, p. 44), notando-se que a civilidade envolve um foro de absoluta diferença – o privado, em que se exprimem as peculiaridades de cada indivíduo – e outro de absoluta igualdade – o público, em que as leis e as instituições equiparam os indivíduos.

cidade (Lefebvre, 2004, p.24), mas é antes refém dessas rivalidades. Apenas a reversão dessa condição pode desmobilizar a política partidária feita à moda dos amores e dos ódios familiares e, sobretudo, modificar o quadro patrimonial.³⁹ Nesse sentido, a definição regulativa do Estado que RB oferece é o passo decisivo para que se possa falar na forja de um espaço da sociedade: o cerceamento e a limitação do âmbito familiar, âmbito que deverá ser recriado em função das necessidades dessa sociedade. Resguardando o espaço de um cálculo próprio do Estado em meio às práticas orientadas pela cordialidade, RB não apenas postula a necessidade de transgressão da ordem familiar quanto antevê a conseqüente emergência do cidadão – contribuinte, eleitor, etc.⁴⁰

A distinção entre Estado e sociedade, reforçada pela expectativa dessa emergência, é todavia marcada pelos problemas de adaptação ao mecanismo social. Em outras palavras, em direta oposição aos ditames da Revolução Industrial, o fundo personalista do pensamento econômico do visconde de Cairú exemplifica os impasses que travam o suplante da lei particular pela lei geral no desenvolvimento industrial do país. Também no âmbito familiar, a resiliência de virtudes senhoriais determina a dificuldade na conformação de uma sociedade orientada pelas virtudes antifamiliares de “decisivo triunfo” salvo no Brasil. Sem a preparação doméstica para a vivência da iniciativa pessoal e da concorrência entre os cidadãos, compreende-se que se aprofunde aquela incompatibilidade. A desejabilidade das “virtudes antifamiliares por excelência” recoloca o processo de racionalização como um exterior regulativo do país, fazendo com que a qualidade de *retardatárias* das famílias possa ser estendida ao pensamento de um Caíru.

Com isso, a sociedade brasileira é situada em uma escala temporal relacionada ao exterior do país. Nessa escala, pode-se falar em uma “dupla

³⁹ Raymundo Faoro, notando a dificuldade de trânsito entre a esfera rural e as esferas da civilidade, fez este reparo a RB: “Na verdade, Sérgio Buarque não quis dizer que a ordem político-social era ‘patrimonialista’ (...), mas exatamente o contrário: que o patrimonialismo seria impossível, como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada” (2007, p.271). Para o autor, seria mais exato dizer-se de uma ordem patriarcal: “Este é, portanto, o limite weberiano de Sérgio Buarque de Holanda: o Estado continuou a ser um prolongamento do poder do pater-famílias na política. Na sociedade patriarcal só pode, afastadas as máscaras adotadas de fora, por ‘bovarismo’, haver um governo patriarcal, suavizado, embora, com o ‘paternalismo’” (Faoro, 1993, p.19).

⁴⁰ Ao fazê-lo, pode inclusive ser lido como uma proposta que supera as fronteiras do pensamento social brasileiro e ganha relevância teórica mais ampla. Seria possível entender a cordialidade não como uma “característica exclusivamente brasileira, mas como um traço estrutural que se desenvolve em sociedades cujo espaço público enfrenta sérias dificuldades para afirmar-se em relação à esfera privada” (Rocha, 2004, p. 62).

temporalidade” internacional (cf. Inayatullah; Blaney, 2004, cap.2), pela qual os diferentes graus de modernização entre os países – ora definidos por RB como racionalidade, ora como civilidade – são colididos em um eixo pedagógico ortogonal. Nele, certos países detêm a dianteira no tempo social, o que lhes outorga uma posição modelar em relação aos países atrasados. Não é outra a classificação da sociedade brasileira em RB: tão logo o livro se volta para a organização do país no período pós-colonial, o peso da herança ibérica se faz sentir em uma enunciação que, tendo a cordialidade por síntese, se volta contra quantos fatores do passado impeçam o vicejar da civilidade – e também da racionalidade – no Brasil. Recapitulando as oposições vistas, é possível esquematizar que RB opera com os modelos de um Estado com certa autonomia e de uma sociedade coesa, para a consecução dos quais os critérios de racionalização e civilidade têm um papel regulativo, confrontando o personalismo, a aventura, o ruralismo, o desleixo e a cordialidade reinantes. A narrativa dúplice, que já pautava RB, o transforma em uma “crônica do atraso” (Esteves, 1998). Na sintomática escolha de palavras de RB, assiste-se à *imaturidade* do país escravocrata para “transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia”. Recorde-se que a escravidão é o “principal esteio” do prestígio do senhorio rural (RB, p.70), e por isso sua abolição situa-se como elemento decisivo para a modernização do país, ou seja, para intensificar as forças urbanizadoras e favorecer a civilidade em sua contenda contra a cordialidade.

Ainda sobre a sociedade, é preciso acrescentar um movimento textual que também decorre dos impasses de adaptação ao mecanismo social. Fala-se da enunciação de uma sociedade que, devido à urbanização, faz-se cindida entre elite e massas, níveis dotados de diferentes atributos. À proximidade indevida mas efetiva entre Estado e – certas – famílias se deverá a grande distância entre o Estado e a sociedade urbana, em que os cidadãos surgidos no declínio da vida rural não encontram representação na vida política. Essa clivagem entre o Estado e os cidadãos é sinalizada no bacharel, reproduzidor da ordem aristocrática em meio urbano. Prenhe das limitações e dos preconceitos próprios ao homem cordial, o “vício do bacharelismo” (RB, p.172) enceta um divórcio entre as formas institucionais do Estado, como aquela instituída pela ideologia impessoal do liberalismo democrático, e a *grande massa do povo*. Situada *abaixo* daquela camada aristocrática e presa de seu “incitamento negador”, a enunciação desse

povo é concomitante à ambientação urbana da história brasileira. Nesse arranjo vertical, a realidade “artificial e livresca” criada pelo “elemento consciente” asfixia “nossa vida verdadeira”, portada pela “massa brasileira”.

Para Dante Moreira Leite (1976, p.293), Sérgio Buarque operaria ideologicamente ao projetar sobre todo o povo uma constante psicológica – a cordialidade – que não excede os confins da classe dominante. Retendo essa noção de que a cordialidade era portada predominantemente por uma classe; e fazendo a ressalva de que o prestígio nostálgico das classes dominantes “ainda alimentava uma ideologia confortadora no brasileiro médio, acostumado inclusive a extrair daí uma visão completamente deformada das relações de trabalho” (Candido, 2004, p.248); propõe-se que o distanciamento entre as classes tenha afastado também a massa da prática da cordialidade. Essa manifestação da cordialidade principalmente nas elites parece condizer com a reprodução da ordem aristocrática nas cidades pelo bacharel, justamente a figura a quem Sérgio Buarque incumbe de prolongar a herança ibérica nos Brasil dos “novos tempos”. Em vez de sentenciar o caráter ideológico do argumento contudo, cumpriria anotar, como fez Maria Odila Leite da Silva Dias, que RB identifica uma situação em que “Entre política e sociedade persistiam abismos que redundavam em impasses entre o arcaico e o novo” (2008, p.332).

Essas considerações iluminam a movimentação de RB em termos da distinção entre o Estado e seu exterior. A “realidade artificial e livresca” criada pela elite nacional é subsidiada pela importação e aplicação viciada dos “lemas mais acertados para a época”, redundando em mal-entendidos. Medindo-se pelos ditames vindos do exterior, as elites vieram a desenvolver seu bovarismo. Comparando o Brasil ao que o liberalismo democrático e demais doutrinas afirmavam ser a ordem social ideal, *envergonhavam-se* da realidade (racial) local, *dura e triste*, pretendendo sublimá-la pela repetição daqueles lemas acertados e pela realização de reformas à revelia do povo. Ora, para essas elites, o exterior é tão regulativo quanto o é aquele a que Sérgio Buarque se afilia ao definir o Estado e as virtudes antifamiliares da sociedade. A diferença consiste na posição que o autor adota quanto a um e outro exterior, sendo porventura cabível discernir entre o que é o exterior progressivo e o exterior regressivo em RB. O critério a presidir o status de ambos é derivado da crítica à importação de construtos insensíveis às peculiaridades locais. Ao reportar-se à formação *de fora para dentro*, o espaço

correlativo da enunciação de RB trava contato com obras como *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. Nesta, lê-se sobre o século XIX que, “no século em que vivemos, o espírito humano, que é um só e terrivelmente centralista, está do outro lado do Atlântico” (Nabuco, 2004, p.50, grifo suprimido).

Tal exemplo da “idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais” fornece, por inversão, o critério preferido pelo autor, o crescimento do país “pelas suas próprias forças naturais”. Crescimento em todo caso condicionado por uma série de elementos ligados ao exterior progressivo do país, como as virtudes antifamiliares e o Estado desvinculado da família. Assim, Sérgio Buarque volta-se contra entendimentos como o de Nabuco sobre o “centralismo” do espírito humano, restringindo seus portadores a “minorias exaltadas”, e cobra da ação política o que não a teria caracterizado até então: “uma predisposição espiritual e emotiva particular, uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena”, articulada com a atenção às peculiaridades de “nossa vida verdadeira”. Essas indicações abrem as perspectivas de uma ponte sobre o abismo entre política e sociedade, desarmando os impasses entre arcaico e novo.

Pouca valia há, entretanto, em alongar-se excessivamente a discussão. Pela correlação entre passado e presente nos “novos tempos”, a essa altura chega-se a um ponto de suspensão na passagem de um tempo a outro. Explique-se: o processo de urbanização envolve “dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente”, mas não se indica que nenhum deles predomine, ainda. Será preciso atingir a próxima seção para que a crise que acompanha o suplante da lei particular pela lei geral ganhe sua máxima dimensão, com o desencadeamento de um processo revolucionário. Por enquanto, adiantem-se duas conclusões. A primeira é sobre essa *suspensão temporal*, pela qual se pode concomitantemente notar que as famílias “retardatárias” tendem a desaparecer, em face das “exigências imperativas das novas condições de vida”, e constatar “o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que à nossa vida política tinham traçado certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa” (RB, p.87). Esse tipo de impasse, também responsável pelo Estado patrimonial, será retomado a seguir. A segunda conclusão refere-se ao fato de que a cordialidade somente constitui traço do caráter brasileiro *na medida em que permanece ativa e fecunda* a influência ancestral dos padrões de convívio oriundos do meio rural e patriarcal.

Dito de outro modo, sua evidente contigência histórica impede que a cordialidade seja fixada como identidade nacional brasileira (cf. Avelino Filho, 1987, p.41; Avelino Filho, 1990, p.4).⁴¹

3.3 Revolução Vertical

3.3.1. Exposição

A abolição da escravatura, em 1888, é tratada em RB como “o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, esta data assume significado singular e incomparável” (RB, 69). Com a Abolição, cessa o funcionamento de “alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável” (RB, 188).

E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério (RB, p.188).

Desagrega-se “todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses” (RB, p.189). As cidades proclamam “finalmente sua vida própria e sua primazia” (RB, p.189), enquanto a terra de lavoura, antes “pequeno mundo” de senhores, transforma-se em mero “meio de vida” de fazendeiros (RB, 190). A carência de mão-de-obra escrava determina a perda de autonomia dos núcleos rurais, criando uma distinção entre regiões preparadas e

⁴¹ Veja-se, por exemplo, o parecer de que “Sérgio Buarque de Holanda percebe as transformações da vida social, mas, apesar disso, continua preso à idéia de características nacionais, de um passado que determina o presente” (Leite, 1976, p.293).

não preparadas para o regime de trabalho remunerado (RB, p.193). A economia do Norte do país está entre as não preparadas, e a Abolição referenda sua “catástrofe agrária”, com o arruinamento dos hábitos patriarcais e a substituição dos engenhos pela indústria moderna (RB, p.193). A isso correspondeu a perda de influência política dos proprietários rurais, que antes enlaçavam o Império à base rural da economia e da sociedade, “assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada” (RB, p.193). Tão sólido foi o monopólio que os dirigentes imperiais exerceram sobre a política, que deram-se “ao luxo de inclinações antitradicionalistas (...) [as quais conduziram a] progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio de sua classe” (RB, p.70).

O americanismo, todavia, é por ora incapaz de fundar uma nova ordem:

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve-se atribuir tal fato sobretudo às insuficiências do ‘americanismo’, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente (RB, p.189).

Sem criar um patriciado, a República, fundada em 1889, desenvolveu apenas uma plutocracia (RB, p.193), consolidada nas regiões minimamente preparadas para o novo regime de trabalho, como São Paulo. Essa variação na conformação das elites enseja um detalhamento das diferenças entre o aparelho estatal no país antes e depois de 1888:

A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo. O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício.

O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento de Estado, é uma das conseqüências de tal situação. O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio –, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema de todas (...) é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo (RB, p.193-194).

O Império brasileiro, por “ter encarnado um pouco esse ideal” (RB, p.194), torna-se modelo para a República, que busca dar-lhe sequência, embora sem a mesma sustentação. A diferença entre os dois regimes, desse modo, não impede que se possa apreciá-los em conjunto quando se trata das barreiras que seu ideal comum erige para o processo de urbanização. O raciocínio é exposto a partir de uma análise da política externa do Império:

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo (...) Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. “A separação da política e da vida social”, dizia, “atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfecundação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses” (Torres *apud* RB, p.195-196).

Feito esse diagnóstico, Sérgio Buarque volta-se à crítica dos prognósticos que considera equivocados, elencando duas saídas insatisfatórias àquele alheamento da realidade. A primeira, a troca de governantes, é *per se* insuficiente, quando não seja “precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade” (RB, p.196). A segunda saída, “inspirada pelos ideais da Revolução Francesa”, postulava que “da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos” (RB, p.197). A justificativa para a desaprovação dessa saída legiferante adentra a exposição do projeto oferecido pelo próprio Sérgio Buarque:

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes (...) [A] consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio poderoso dos raciocínio abstratos, e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade, o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos

assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico (RB, p.196-197).

Tal foi a recepção aos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, “então na ordem do dia”, no momento de independência das nações ibero-americanas (RB, p.197). Erigidos em regra suprema, foram simultaneamente interpretados de modo a ajustarem-se “aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância” (RB, p.197). Essa problemática já observada da incorporação inócua de repertórios de idéias, relacionada à ineficácia de projetos de mudança estrutural na sociedade brasileira, faz com que se anuncie a necessidade primária de liquidação dos “fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social” (RB, p.198). Essa liquidação remonta ao tema do suplante da lei particular pela lei geral, apontando para as crises “que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade”. Retomando, na configuração retórica da enunciação, este veio metafórico que se anuncia privilegiado, o do implante, RB identifica uma “revolução vertical”.

Em lugar de uma agitação palaciana, fala-se no “processo geral (...) da transformação dos territórios coloniais em sociedades cultas modernas” (RB, p.221n). 1888 e 1889 indicam a existência, no Brasil, de “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional” (RB, p.187). Conquanto a Abolição, como se viu, seja o – transposto – limiar entre duas eras, Sérgio Buarque adverte que “Estaríamos assim vivendo entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz” (RB, p.199). O teor desta que, de acordo com o título do sétimo capítulo de RB, é “Nossa Revolução”, é de início delimitado por oposição: não se trata de “uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas” (Smith *apud* RB, p.199).

O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução vertical que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes (...) quando vier [a revolução], venha placidamente e tenha como remate a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem. Lembrai-vos de que os brasileiros estão hoje expiando os erros de seus pais, tanto quando os próprios erros. A sociedade foi mal formada nesta terra, desde as suas

raízes. Se as classes cultas se acham isoladas do resto da nação, não é por culpa sua, é por sua desventura. Não ousou afirmar que, como classe, os operários e tendeiros sejam superiores aos cavaleiros e aos grandes negociantes. A verdade é que são ignorantes, sujos e grosseiros; nada mais evidente para qualquer estrangeiro que os visite. Mas o trabalho dá-lhes boa têmpera, e a pobreza defende-os, de algum modo, contra os maus costumes. Fisicamente, não há dúvida que são melhores do que a classe mais elevada, e mentalmente também o seriam se lhes fossem favoráveis as oportunidades (Smith *apud* RB, p.199-200).

A possibilidade de recaída nas mesmas práticas que se querem liquidadas arrisca o malogro dessa revolução divisada por Herbert Smith: “Uma reação dessa ordem encontraria apoio firme em certa mentalidade criada pelas condições especiais de nosso desenvolvimento histórico” (RB, p.200). Isso significa que a plataforma da amalgamação entre as camadas superiores e o operariado poderia ser esvaziada pela acomodação aos “velhos padrões patriarcais e coloniais”, o que ocorreria como conseqüência da “tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva[, em que] revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional” (RB, p.202). Onde estabelecer-se uma relação inversa entre a manutenção do legado colonial – responsável por aquela primazia – e o desenvolvimento da mencionada espontaneidade nacional: “A verdade é que, como nossa aparente adesão a todos os formalismos denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das formas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo” (RB, p.202).

A inadaptação do Brasil a um regime “legitimamente democrático” (RB, p.202) não é, entretanto, vaticinada *ex abrupto*. Com efeito, Sérgio Buarque prospecta a “zona de confluência” entre ideais democráticos e “certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional” (RB, p.203). Assim, arrola a “repulsa dos povos americanos (...) por toda hierarquia racional, por qualquer composição que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo” (RB, p.204); a “impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais” (RB, p.204); a “relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor” (RB, p.204); e ainda o fato de que “as idéias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado

‘cordialismo’” (RB, p.204). No entanto, todos esses fatores se situam “na configuração exterior da vida nacional” – a pesquisa das “formas subjacentes” da nacionalidade indicará que a coincidência é “mais aparente do que real” (RB, p.204).

Essa conclusão, Sérgio Buarque a atinge explicando que o pensamento liberal-democrático “pode resumir-se na frase célebre de Bentham: ‘A maior felicidade para o maior número’. Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cordiais” (RB, p.204-205). E prossegue:

Todo afeto entre homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais do que a outros. Há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. A benevolência democrática é comparável nisto à polidez (...). É claro que um amor humano sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios (RB, p.205).

Sem se prostrar diante do que enfim reconhece como uma incompatibilidade, RB (re)afirma que “É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social” (RB, p.205). Uma vez que o povo já foi discutido a propósito da revolução vertical, anteriormente, resta considerar o papel da “tirania” para o propósito declarado da “consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional” (RB, p.205).

Assinala-se de saída que “A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal” (RB, p.205). Sérgio Buarque debruça-se, então, sobre “As novas ditaduras”, um dos subtítulos do sétimo capítulo.

Hoje os partidários do fascismo já descobrem seu grande mérito em ter tornado possível a instauração de uma reforma espiritual abrangendo uma verdadeira tábua de valores morais. Não há dúvida que, de certo ponto de vista, o esforço que realizou significa uma tentativa enérgica para mudar o rumo da sociedade, salvando-a dos supostos fermentos de dissolução (RB, p.206).

Mas logo formula-se a crítica ao movimento: “Quem não sente, porém, que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra-reforma? (...) E efetivamente

é ainda uma negação disciplinada o que se exprime antes de tudo em sua filosofia de emergência” (RB, p.206-207). No Brasil, a “energia sobranceira” do fascismo italiano e alemão tornaram-se “pobres lamentações de intelectuais neurastênicos” do integralismo (RB, p.207). Da mesma forma, nos adeptos brasileiros do marxismo, tudo quanto essa doutrina ofertaria de atraente “combina-se antes com a ‘mentalidade anarquista’ de nosso comunismo, do que com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários” (RB, p.207). Prevê pois o autor que fascismo e marxismo provavelmente não lograrão consolidar-se no país, amoldando-se à “grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias” (RB, p.208).

Atinge-se, com isso, o parágrafo final do livro, que procura sintetizar e recolher, à guisa de conclusão, os elementos que o capítulo apresentou como saída para o referido problema da “separação da política e da vida social”.

Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas (RB, p.208).

3.3.2. Análise

Há suficientes elementos para proceder-se ao balanço desta seção. Visivelmente sua maior preocupação é com o nexo entre o Estado e a sociedade. Retoma-se a temática do bovarismo nacional antes desenvolvida, mas dessa feita com uma maior diferenciação entre o Império e a República que lhe sucedeu. Ao

passo que na seção anterior a cisão entre elite e massas se fundava no processo geral de urbanização, que produziu o bacharelismo asfixiador da “vida verdadeira”, observa-se agora uma acentuação dos traços negativos dessa clivagem no período republicano. O bovarismo, já se advertia, “não diminuiu com o tempo”, apenas diminuiu-se “nossa sensibilidade aos seus efeitos”. Conquanto no Império houvesse uma continuidade entre a base econômica e o aparato político, capaz até de permitir “inclinações antitradicionalistas” pelo patriciado dominante, após 1889 o mando plutocrático interdito o potencial de representatividade que a forma republicana guardava em relação ao processo de urbanização. Esse processo foi consolidado com a Abolição, instante decisivo da mudança do “centro de gravidade” sócio-econômico brasileiro. Isso confirmava à República ser tempo de revisar seu apego ao ideal ibérico de Estado encarnado pelo Império. À falta disso, o regime político tornou-se uma “periferia sem um centro”, piorando a tendência de “alheação da realidade” já demonstrada pelos bacharéis imperiais.⁴² Incrementada pela destruição do esteio rural, essa realidade, ou o conjunto de “expressões menos harmônicas da sociedade”, torna-se exponencialmente mais importante no panorama de RB, e sua continuada negação pelo aparelho estatal torna-se assim tema tanto mais premente.

Enunciada a tensão entre um Estado anacrônico e uma massa prenhe de novas expressões, tensão que indica a possibilidade de um revigorante fluxo nacional que opõe a espontaneidade ao bovarismo, RB se vale de seu espaço correlativo para discutir a organização democrática da sociedade. Nesse sentido, a reflexão de Carl Schmitt (2007), de que Sérgio Buarque se utiliza anteriormente para fixar os pares amizade/inimizade e benevolência/hostilidade, contém um dado relevante. Lê-se em *O Conceito do Político*:

A equação Estado = política se torna errônea e ilusória no exato momento em que o Estado e a sociedade se interpenetram. O que até aquele ponto havia sido assuntos de Estado se tornam então temas sociais, e, vice-versa, o que havia sido temas puramente sociais se tornam assuntos de Estado – como deve necessariamente ocorrer em uma unidade democraticamente organizada (Schmitt, 2007, p.22).

⁴² “Central no diagnóstico de Holanda, a questão da adequação entre o modelo político e a realidade leva-o mesmo a revalorizar este aspecto no Império, ainda que pelo avesso, ou seja, dizendo que o Império era muito mais fiel a seu tempo ao dar forma a aspectos negativos porém necessários naquela época. A República, muito mais gravemente, estaria totalmente descolada” (Piva, 2000, p.181).

A interpenetração de Estado e sociedade, elementar para a organização democrática, é postulada como um objetivo no momento mesmo em que se enuncia a desvinculação do lado bovarista ao lado espontâneo. Percebe-se, daí, como a noção da política advogada por RB é despida do monopólio estatal, capaz de projetar-se para outros âmbitos – sociais, por excelência. Trabalha-se claramente com o emprego daqueles critérios próprios ao conceito de Estado, pressupondo-se a distinção entre a esfera do Estado e a da sociedade no interior do objeto de discurso, recompondo-as em seguida a partir de certo entendimento teórico da democracia. A atualidade de cada um dos quatro atributos da colonização ibérica, que se viu na primeira seção deste capítulo ser a justificativa da própria discussão desses atributos, tem sua relevância confirmada diante desse postulado teórico democrático, pois os atributos do passado explicitam as dificuldades de instauração da ordem desejada no presente. Cotejando-se o legado do personalismo e da ética da aventura com a passagem citada de Schmitt, percebe-se os desafios que o histórico do país coloca ao projeto de organização democrática. Por um lado, é difícil conceber a desconcentração da atividade política quando o legado personalista conduziu à sua aglutinação em “organizações políticas artificialmente mantidas por força exterior”, organizações encarnadas ao tempo da redação na preferência por ditaduras militares. Mas a caducidade da obediência como princípio de disciplina explica a “instabilidade constante de nossa vida social”, quiçá favorecendo a mencionada desconcentração da prática política. Por outro lado, a própria concepção de “temas puramente sociais” parece uma miragem distante quando se tem em vista a histórica tibieza da organização social criada por aventureiros, pois a conhecida “acentuação singularmente enérgica do afetivo (...)” somada à “atrofia das qualidades ordenadoras (...)” obsta ao fundamental processo de organização política da população. A falta de coesão social, antiga de longa data, assegura a atualidade do problema da instauração de uma esfera – e por isso de temas – sociais. Também o ruralismo, na medida em que responsável por bloquear a inteligibilidade da distinção entre o público e o privado, sustentando com isso a cordialidade, contribui para a vedação do objeto de discurso à ordem política que se deseja implantada.

Face às mudanças culminadas em 1888, a reprodução de todos esses atributos coloniais é posta em cheque. A plataforma da “Nossa Revolução” constitui-se exatamente pela “liquidação” dessas componentes, correspondente à “aniquilação” de raízes ibéricas que malformaram desde seu começo a sociedade brasileira. Este, o alcance de uma revolução intra mas também extra-palaciana capaz de reverter as “condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje”. Ajustada à chave metafórica da enunciação, a profundidade (verticalidade) da revolução liga-se ao “enraizamento das suas consequências sociais” (Vecchi, 2005, p.167). Seria possível acrescentar, remetendo à atualização do quarto atributo da colonização portuguesa, que a revolução vertical confirmaria a localização das (novas) raízes do Brasil no lado que se diria apropriado do Oceano Atlântico, isto é, o oposto a Portugal. A partir desse processo, que surge com a abertura de um espaço proto-comunitário no país com as bandeiras, se poderá agora enunciar uma sociedade renovada e enraizada, por oposição ao “simples lugar de passagem” constituído pela colonização comercial portuguesa.

A principal característica da revolução em curso no Brasil, condizente com sua verticalidade, é o que Smith, citado por Sérgio Buarque, escreve ser a emersão dos “elementos mais vigorosos”, operários e tendeiros, aos quais se amalgamarão as camadas superiores, despidas porém de superfetações. Trata-se, na leitura de Antonio Candido (1998), de “solução de cunho democrático-popular” possibilitada por dois fatores. O primeiro é o declínio da tradição colonial, em que se estabelece uma dialética entre duas trinças: aquela formada por luso-brasileiro/domínio rural/agricultura e aquela formada por imigrante/cidade/indústria. Ilustre-se o impacto da segunda trinca, manifestada sobretudo nas regiões preparadas para o regime de trabalho remunerado, recordando anotação de Sérgio Buarque em texto de 1941. O recurso à mão-de-obra européia imigrada na grande lavoura, substituindo os escravos, “envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho vigentes no país e, mais do que isso, nas concepções predominantes em todo o território do Império acerca do trabalho livre” (Holanda, 1996a, p.23). O segundo fator listado por Candido é “a entrada das massas populares na vida nacional em concorrência com elites que Sérgio considerava gastas” (1998, p.86). Candido observa que o fundamento

artificial do Estado de ideal ibérico era um “Autoritarismo que assegurava a sobrevivência de classes dominantes em declínio, mas tenazmente agarradas ao poder e procurando transferir a sua substância para as formas novas que este assumia” (2004, p.248). Contra isso, ainda segundo Candido (2004, p.249), Sérgio Buarque faz com que as camadas populares deixem de ser uma “categoria mística dos estudiosos”, consignando-lhes o “papel de substituir as lideranças da sociedade”.

Sobre essa emergência do povo, aponta-se mesmo que, no espaço correlativo de RB, encontram-se enunciados como o de Caio Prado Júnior em *Evolução Política do Brasil*: “há muito se faz sentir a necessidade de uma história que não seja a glorificação das classes dirigentes” (*apud* Weffort, 2006, p.280). Ou ainda ecos do movimento modernista da década anterior à publicação do livro:

O modernismo rompe com esta sociabilidade [formalista, abstrata], talvez adequada à sociedade imperial e escravocrata, ao colocar os grupos populares na ordem do dia como componentes da sociedade e da nação. Portanto, o movimento modernista não pode ser resumido a uma crítica da cultura bacharelesca: ele é também uma tentativa de redescoberta do Brasil, da ambigüidade e riqueza de suas contradições, bem como da impossibilidade de sua negação (Avelino, 1987, p.35).

A chave metafórica do enraizamento expressar-se-ia, portanto, pela análise propriamente radical de Sérgio Buarque, propositora da “erradicação dos implantes malogrados e [d]o preparo do solo para as novas instituições reclamadas por novas personagens históricas” (Cohn, 2002, p.10). A essas novas personagens, como os imigrantes e demais componentes das camadas populares (ligados à segunda trinca), atribui-se a possibilidade de um “surto social robusto e progressivo”.

Esses apontamentos permitem supor que a proposta de enraizamento de uma ordem em que se destacam as camadas populares, no sétimo capítulo de RB, constitui uma tentativa de desfecho para os impasses e para a suspensão temporal instalados entre a urbanização e a cordialidade, expostos na seção anterior. O Estado, como fica assente na atribuição da capacidade representativa à República, é uma entidade central nesse processo revolucionário, seja pelos obstáculos que presentemente lhe interpõe, seja pelo papel que a revolução futuramente lhe conferirá. Tal papel, pode-se inferir a partir da passagem de Schmitt, envolve a abertura do Estado a uma sociedade já de si capaz de postular seus interesses com

base em alguma medida de coesão. Trata-se da incorporação, no movimento da história brasileira contemporânea ao autor, de enunciados pautados pelas regras da teoria política moderna onde esta se refere à soberania popular mediada (cf. Hont, 2005, cap.5). A República passa a figurar como *locus* de um sistema representativo capaz de consolidar o espaço público nacional e de englobar aqueles novos personagens históricos em sua institucionalidade.

Mais exato que falar-se em uma interpenetração de Estado e sociedade seria falar-se no enraizamento daquele nesta. Vale dizer, a situação criada pela falta de contato entre o bacharelismo e a “vida verdadeira” do país, de que é índice o bovarismo nacional, equivale a um desterro a ser corrigido pelo enraizamento. Isso explicaria e também resolveria, afinal, a afirmação paradoxal do parágrafo de abertura de RB. Mais que mera chave metafórica, nessa leitura o enraizamento sinalizado pela revolução vertical investe-se de um papel crucial na arquitetura do livro, propondo-se a resolver a condição de desterro que acompanha a vida social brasileira ao inscrever a ordem urbana em um Estado representativo no qual se albergam as diversas camadas da sociedade. Nisso, o enraizamento é consentâneo à forma estatal como “a resposta mais poderosa do mundo moderno a (...) questões sobre o caráter, o local e de fato a possibilidade da política (...) [O Estado] afirma que somos, acima de tudo, cidadãos” (Walker, 1995, p.22-24). E a “Nossa Revolução” tornaria possível não apenas o aprofundamento da transgressão da ordem familiar pelo interesse geral como também – e precisamente – a não mais protelada emergência do cidadão em escala universal dentro do país, assegurando com isso a fixação da identidade (democrática-popular) e do âmbito (republicano) da vida política no país.

Essas são as coordenadas gerais do processo em tela. Duas ordens de esclarecimentos as especificam e matizam. A primeira aponta os obstáculos à revolução, e a segunda aponta o modo pelo qual a institucionalidade política projetada coaduna-se com a carga substantiva daquele “surto social”.

Obsta à revolução o próprio arcabouço ibérico cuja erradicação ela apregoa. A recalitrância do “elemento emotivo sobre o racional” mantém a “tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva”. Por isso a perscrutação da zona de convergência entre os ideais democráticos e os fenômenos derivados da formação nacional brasileira serve apenas para referendar a incompatibilidade “subjacente” entre o Brasil e interesses de ordem coletiva

conforme se expressam em um regime “legitimamente democrático”. Sérgio Buarque argüi detalhadamente o contraste entre a máxima liberal-democrática, com seu “ponto de vista jurídico e neutro”, e o homem cordial, com seu “afeto entre os homens”. Com efeito, a cordialidade figura como a principal barreira à organização social segundo a benevolência democrática oriunda do pensamento benthamiano. Cumpre recordar que a enunciação da cordialidade a associa justamente à amizade, categoria oposta à benevolência, esta equiparável à polidez. Por isso a avaliação de que “mais exato do que dizer que em *Raízes do Brasil* existe uma tensão entre cordialidade e civilidade [é] afirmar que aparece um desequilíbrio que envolve a *decadência* daquela e a *necessidade* desta” (Wegner, 2000, p.42). Uma passagem no princípio de RB adverte contra a idéia de uma articulação entre a necessária civilidade (e sua correlata espontaneidade) e a decadente cordialidade:

E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significaria, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente? As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação (RB, p.22).

Insere-se nesse sentido a afirmação de que “a estruturação de *Raízes do Brasil* em dois eixos corresponde à percepção de Sérgio Buarque segundo a qual do iberismo não pode surgir algo compatível com o americanismo. Da cordialidade não surge a civilidade” (Wegner, 2000, p.50-51, grifos suprimidos). Apenas a eliminação do par elemento emotivo/conveniências particulares poderia reverter “nossa aparente adesão a todos os formalismos”, permitindo o desenvolvimento de “forma espontânea” e de maior especulatividade. Espontaneidade e especulação, como conteúdos substantivos do surto que se vê inibido, ligam-se à hipotética vigência daqueles interesses de ordem coletiva – da civilidade, portanto.

A insistência de RB na necessidade de “consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional” confirma a premência da tarefa de fixar a possibilidade, o caráter e o local da vida política no Brasil. Vetada a confluência entre esses três marcos e a cordialidade, principal e fungível herança colonial, RB sai à cata de outro “elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania”, capaz de gerar uma identificação estável das categorias

do Estado e da sociedade no objeto de discurso. Dir-se-ia, ainda, capaz de viabilizar a existência do interesse de ordem coletiva. A “cristalização social” será o processo pelo qual o Estado se arraigará na sociedade, apoiado em certo elemento já presente nela ou logo implantado em seu interior, de sorte a atender à demanda por “bons princípios”, com o que RB exclui de consideração improfícuas composições “tradicionalistas”. Ademais, o fascismo, como se demonstra, não representa mais que uma “sutil contra-reforma” da sociedade. Isso se deve ao fato de essa vertente propugnar uma “verdadeira tábua de valores morais”, operando portanto nada mais que uma “negação disciplinada” da realidade dos países em que grassou. Nos termos de RB, isso é uma recaída no formalismo bovarista, apenas mais sinuosa por “pensar como *una* a manifestação da espontaneidade nacional. Ao se preocupar com a realidade brasileira, [o pensamento fascista] o faz com o mesmo método redutor da diversidade, da complexidade destas manifestações” (Avelino, 1987, p.39).⁴³ A rigor, os obstáculos a impedir o sucesso do fascismo e do comunismo no país têm a mesma procedência daqueles que se colocam à revolução vertical: a “grande tradição brasileira”, desmobilizadora da ação política que não se guie pelo personalismo, pela cordialidade ou pelos demais legados da colonização.

O que distingue a saída revolucionária discutida por RB das demais é, dessa forma, sua melhor adequação ao “quadro de vida” local: “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida” (RB, p.30). Esta passagem, que introduz no primeiro capítulo do livro uma afirmação sobre o arraigamento do legado ibérico no Brasil, é relevante quando se enfrenta a situação de decadência desse mesmo legado. Ou seja, a “Nossa Revolução” deverá ser uma saída preferível *devido* a seu melhor ajuste às condições locais, em contraste por exemplo com a filosofia de negação disciplinada do fascismo. Deverá, em outras palavras, fundar uma correspondente “nossa ordem”,⁴⁴ em que a combinação entre elementos locais e formas

⁴³ “Partindo dos mesmos princípios, os autoritários são levados a tratar a política como obra de ‘engenharia social’, como algo externo, a ser realizado de fora para dentro ou, nos termos de Mário de Andrade, a considerar a sociologia como ‘a arte de salvar rapidamente o Brasil’” (Avelino, 1987, p. 39).

⁴⁴ Em artigo publicado em 1926, Sérgio Buarque anunciava essa questão, ao afirmar sobre os intelectuais modernistas: “para eles, por enquanto, nós nos agitamos no caos e nos

importadas atenda à idéia antes apresentada do crescimento do país “pelas suas próprias forças naturais”.

RB procura fazer coadunar a institucionalidade política do país com a carga substantiva da revolução, a qual se conecta ao novo “quadro de vida” do Brasil urbano. Para que se compreenda essa segunda ordem de esclarecimentos feita por RB, é útil reproduzir uma passagem de Sérgio Milliet sobre Sérgio Buarque: “Sua concepção da história (...) ia além da fixação de datas e fatos, interpretava-os e, interpretando-os, buscava abrir um caminho para uma política construtiva e realista” (1964, p.1). O esforço de definir o que possa ser construtivo e realista na política anunciada por RB lança as questões centrais desta seção. Inicialmente, é necessário repassar como a coadunação mencionada acima especifica as coordenadas gerais da revolução, para em seguida compreender como também as matiza.

O parágrafo de encerramento de RB, aludindo a questões presentes em todo o capítulo final – na verdade, em todo o livro –, dá as precisões de uma política brasileira fundada em “bons princípios”. Enuncia-se como objetivo maior o “encontro com a nossa realidade”, retomando-se portanto a problemática da superação do bovarismo e da abertura à espontaneidade nacional, portada especialmente pelas massas. “Elaborações engenhosas”, como os princípios do liberalismo, não se constituirão em nada além do *ensaio* da “organização de nossa desordem”, instituindo um “compasso mecânico e uma harmonia falsa”. Isso porque resta um “mundo de essências mais íntimas”, desdenhoso daquelas elaborações e associado ao “nosso próprio ritmo espontâneo”. Enuncia-se também, pois, uma oposição entre harmonia – falsa – e ritmo – espontâneo – no objeto de discurso, cuja resolução se dará no eixo passado-presente. Antes de apreciá-la, é necessário especificar a relação entre o Estado renovado pela revolução e a herança formalista.

A harmonia guarda um significado pejorativo, tendo a ver com as “elaborações engenhosas” resultantes de quantos formalismos o bacharelismo bovarista pretendeu implantar no país, sem lograr mais que um ensaio de

comprazemos na desordem. Desordem do quê? É indispensável essa pergunta, porquanto a ordem perturbada entre nós não é, decerto, não pode ser a *nossa ordem*; há de ser uma coisa fictícia e estranha a nós, uma lei morta, que importamos, senão do outro mundo, pelo menos do Velho Mundo” (Holanda, 1996b, p.226).

organização. Não obstante, registrou-se ser “indispensável abstrair da vida para viver”, desde que o racionalismo não separe da vida os conceitos com que trabalha, criando “um sistema lógico, homogêneo, a-histórico”. Assim, compreende-se que a vazão do ritmo espontâneo ocorrerá dentro de certos parâmetros de civilidade, em uma articulação para a qual são bem talhadas as instituições democráticas (Cohn, 2002). É por meio desse ajuste do racionalismo democrático ao “quadro de vida” do Brasil urbano, com o qual fica resguardado um canal de expressão da espontaneidade nacional, que se assegura que o Estado a serviço da revolução vertical poderá representar a vida social em “suas necessidades específicas”. E, com isso, que não terá suas formas derivadas de “escolhas caprichosas”, reeditando o formalismo encarnado seja pela antiga “crença mágica no poder das idéias” associada ao liberalismo, seja pela hodierna “negação disciplinada” associada ao fascismo. Em suma, fala-se no Estado que se opõe à ordem natural e a transcende, ressaltando-se porém que essa oposição deve resolver-se “em um contraponto”, uma vez que o Estado está obrigado a servir e a corresponder à vida social.

No entender de Luiz Guilherme Piva, o ponto central de RB “fica irresolvido, como já registramos: ‘aniquilamento das raízes ibéricas’ convive com a defesa de que o modelo político deverá se basear no nosso caráter, e todo o livro se encarregou de demonstrar o caráter unicamente ibérico do brasileiro” (2000, p.182). O presente argumento não pode acompanhar esse juízo, tendo-se notado que o modelo político proposto é na verdade fundado em uma ordem urbana (dotada de novos atributos como a espontaneidade) com tudo e por tudo diversa da ordem personalista, ruralista e etc. Mas deve-se reter, ao juízo citado, a constatação da irresolução do ponto central do livro, pois a sobrevivência da ordem ibérica no interior da ordem urbana dificulta uma clausura do argumento de RB em conformidade com algum modelo *a priori*.

Principie-se a exposição dessa hipótese pela distinção entre passado e presente no texto ora analisado. Se o ritmo espontâneo deve compor-se contrapontisticamente com a abstração indispensável, com o fito de evitar a recalcitrância da harmonia falsa, isso não equivale a dizer que essa recalcitrância não ocorra. Com efeito, o risco à revolução vertical era exatamente ser neutralizada pela “grande tradição brasileira”, e a oposição recém-enunciada entre o ritmo espontâneo – e contrapontístico – e a harmonia falsa sublinha a

possibilidade atual dessa neutralização. A *proposta* de enraizamento pela composição contrapontística em RB – porque não passa de uma proposta o enunciado dessa composição, que não é descrita como um estado de coisas existente – não afasta o risco palpável de apresamento nas malhas de uma “cultura que ainda permanece largamente ibérica e lusitana”. O movimento de enraizamento será encaminhado no eixo passado-presente, onde começam a ser matizadas as coordenadas gerais do processo de enraizamento, uma vez que a resolução da oposição entre ritmo e harmonia fica em aberto.

A suspensão temporal que já se havia identificado na seção anterior, criadora de impasses na superação do legado colonial, é reforçada no sétimo capítulo de RB. O livro dá algumas indicações quanto ao caráter aberto da passagem entre passado e presente no tempo brasileiro: fala-se na vivência *entre dois mundos*, “um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz”. 1888, no mesmo diapasão, representa um *marco divisório entre duas épocas*. O par iberismo/americanismo, que pode ser visto como uma síntese do conflito entre os pólos rural e urbano (espaço) e também retardatário e progressivo (tempo), é ele mesmo deixado em aberto, dadas as insuficiências – não se precisa se momentâneas ou não – do americanismo. De acordo com Roberto Vecchi, o livro enuncia uma permanência do passado no presente “como dobra viva e ativa” (2005, p.166), a qual afeta a própria temporalidade da revolução vertical. Esta não seria uma ruptura ou um corte, mas o supracitado “processo geral da transformação dos territórios coloniais em sociedades cultas modernas”. A dobra em questão redundaria em um tempo híbrido no eixo fulcral de RB, que

conjuga entre si os dois tempos antagônicos (e dominantes) no emaranhado das temporalidades modernas, o do passado que permanece e o da “revolução” que se encontra em articulação. Isso cria uma morfologia moderna própria e ontológica do tempo brasileiro que delineia figuralmente tanto o modo de ser da “nossa revolução” quanto o modo de estar, de inscrever o Brasil na contemporaneidade, que é a temporalidade residuária do presente (...) [Trata-se de] uma intuição profunda, histórica, da vida nacional, onde um tempo regressivo e um outro progressivo forjam a contemporaneidade, contrastando precocemente os dualismos e as fáceis dialéticas do contexto periférico. Nele, o que emerge com força é um tempo opaco onde os conflitos ficam em aberto, sem uma conciliação viável, tempo trágico por excelência (Vecchi, 2005, p.167-168, grifo suprimido).

Ainda na leitura de Vecchi, a enunciação temporal de RB, “suspensa num *entre* que é conexão – mas também hiato – entre dois mundos” (Vecchi, 2005,

p.170), interrompe a continuidade da revolução vertical no interstício do declínio da tradição colonial e da ascensão das massas populares. Confecciona-se um *entre-lugar* em que, coerentemente com a hibridez do tempo, convivem conflitantes “ordem externa e desordem interna, ordem tradicional e desordem moderna, porque ambos são a forma com que o Brasil se inscreve na modernidade” (Vecchi, 2005, p.181).⁴⁵ Compreende-se o porquê da matização do processo de enraizamento: a *proposta* de composição contrapontística entre ritmo espontâneo e abstração indispensável, lançada no eixo temporal, torna-se um vetor que tem contra si a recalcitrância do passado, representado pela harmonia falsa e pela cordialidade, entre outros. O que na seção anterior se identificou como exteriores progressivos e regressivos se tornam tempos progressivos e regressivos (Vecchi, 2005, p.168), imbricados espacialmente em um *entre-lugar* de conflitos inconciliáveis.

Essas últimas considerações transferem a discussão de volta ao âmbito espacial, convidando a uma análise da repercussão da temporalidade híbrida para a relação entre o Estado e seu exterior e entre o Estado e a sociedade. Quanto a esta, a principal decorrência do *entre-lugar* espaciotemporal constatado na enunciação de RB é de veras a interrupção do processo de enraizamento, evitando o desfechar dos impasses entre urbanização e cordialidade. A existência do Estado patrimonial e das famílias e do pensamento industrial retardatários não se transmuda facilmente em formações melhor desenvolvidas, apesar de quantas tendências contemporâneas existam em sua direção.

Em termos do exterior do Estado, a discussão sobre o americanismo é reveladora: esse “estilo novo” aparece positivamente, porque reverso ao iberismo indesejável. Vem como uma alternativa necessária às práticas vigentes no país e condicente com a vida urbana, cujo elogio não falta em RB. Contudo, a resiliência do iberismo se deve “sobretudo às insuficiências do americanismo”, aí então abordado negativamente por resumir-se, “até agora”, ao “exacerbamento de

⁴⁵ A noção de um *entre-lugar* é proposta por Silviano Santiago: “A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de *unidade* e de *pureza*. Estes dois conceitos perdem o contorno exato do seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. (1978, p.19).

manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra”. Essa crítica se pauta por aquela consideração da sensibilidade dos construtos às peculiaridades locais, segundo a qual a importação é oportuna ou não. O risco de o americanismo se tornar um exterior regressivo é combatido pelo chamado a seu enraizamento. Dizer-se que “O americanismo ainda é interiormente inexistente” é afirmar, por oposição, a desejabilidade de sua versão interior e não bovarista, em que as influências externas se reconfiguram em uma formação *de dentro para fora*. De todo modo, a relação entre o interior e o exterior do Brasil, que regula a possibilidade de uma salutar adaptação do americanismo, fica indecisa, presa da conflitividade aberta pela qual o Brasil se inscreve na modernidade. No meio tempo, permanece caracterizando o americanismo a “falta de poder de criação de novos padrões de sociabilidade” (Wegner, 2000, p.41).

3.4 Desterro

3.4.1. Exposição

Esses apontamentos sobre o caráter indeciso das relações passado-presente, Estado-sociedade e Estado-exterior na revolução vertical autorizam a retomada do tema cuja apreciação foi suspensa nas primeiras páginas deste capítulo, o desterro. Fez-se, é certo, um ensaio de sua aplicação na seção anterior, quando se sugeriu que o bovarismo nacional produziria uma condição de desterro, o que se fez seguir pela proposta de enraizamento via revolução como uma *solução ao problema*. Se de fato o desterro manifestado “nas origens da sociedade brasileira” é sintoma da malograda tentativa de implante cultural no país, sendo estigma do qual o país deve libertar-se (Rouanet, 2006), o dismantelamento do bovarismo e da harmonia falsa projeta-se como único imperativo no horizonte político do livro, no qual deve advir a inauguração de um estilo novo em que o ritmo espontâneo componha com a civilidade.

A pesquisa do tempo da enunciação de RB indica, entretanto, que não se resolve tão facilmente a questão em tela. Identificou-se na primeira seção um paradoxo que, embora menos intenso que na edição *princeps* de RB, guarda sua tensão: como se pode ser desterrado – capaz de ativamente impedir o estabelecimento de uma tradição – e enraizado – guiar-se por essa mesma tradição, que é longa, viva e arraigada? Duas atualizações são necessárias a essa altura da análise. A primeira é que o enraizamento, longe de referir-se apenas à herança ibérica, reparte-se entre essa tradição colonial decadente mas arraigada e a proposta de implantação de um novo conjunto de instituições. A segunda especifica o desterro, “fato dominante e mais rico em consequências” nos princípios da sociedade brasileira, que forjava uma disjunção entre o clima e a paisagem do país e o “sistema de evolução” europeu. A disjunção entre sistemas europeus e realidade brasileira já foi notada e refere-se ao necessário ajuste ao “quadro de vida”. A partir da segunda edição de RB, essa disjunção é explicitamente ligada ao presente de que escreve Sérgio Buarque, pois diz-se que a condição de desterro se manifesta ainda *hoje*.⁴⁶ Sabendo-se que esse presente é momento residuário na temporalidade híbrida do livro, também será lícito equiparar a condição de desterro ao hiato entre os dois mundos no Brasil, hiato que em todo caso envolve o problema do ajuste do americanismo ao quadro de vida nacional.

O propósito dessas atualizações é ter presentes os significados de que enraizamento e desterro se enriqueceram ao longo da análise. A partir desses significados o paradoxo de ser desterrado e enraizado pode ser relido como um *jogo entre enraizamento e desterro*, em que este impede que aquele seja levado a termo. O desterro adquire papel igualmente crucial na arquitetura de RB, compondo com o enraizamento o par descompassado que preside a enunciação das distinções entre Estado, sociedade e exterior, além de passado e presente, na história do Brasil.

⁴⁶ Note-se esta diferença entre a primeira e segunda edições de RB: o acréscimo do advérbio de tempo “hoje” na sentença sobre o desterro na segunda edição. Lia-se no texto de 1936: “somos ainda uns desterrados em nossa terra”. E no texto de 1947: “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

3.4.2. Análise

Essa reformulação da análise em função do alcance atribuído ao desterro lança dois grupos de questões, cuja discussão concluirá o capítulo. O primeiro grupo se prende à necessidade de levar a novo patamar uma análise realizada nas duas seções iniciais deste capítulo. Rememorando: a história da colonização do Brasil, equilibrada entre os atributos ibéricos (personalismo, aventura, ruralismo, desleixo e, mais tarde, cordialidade) e os cursos de desenvolvimento modelar da Europa não-ibérica (racionalização e, mais tarde, civilidade),⁴⁷ conforma uma narrativa dúplice.⁴⁸ A inconciliabilidade da “metodologia dos contrários” que se arma no interior da trama textual entre os atributos ibéricos e os cursos modelares, realçada pela noção de um desterro presente e passado, torna impossível uma acomodação teórica e recomenda rever a designação de RB como uma “crônica do atraso”. Há uma alternativa à leitura (conveniente às operações de enraizamento) que se centra no reconhecimento da exemplaridade do eixo pedagógico instaurador de uma dupla temporalidade internacional. Contra a pressuposição de que o processo global de modernização produz isomorfismo no sistema de Estados (cf. Mushakoji, 1996), RB indicaria “algo que não se completa, de que se está longe do crescimento linear das ervas e das árvores. Entre o cultivo e seu resultado há uma ruptura, e é nela que se concentra a atenção (...) Sérgio Buarque de Holanda busca raízes e encontra desterro” (Cohn, 2002, p.10). RB qualifica-se, aduz Gabriel Cohn (2002), como uma “crônica dos descompassos”.

O desterro, quiçá à revelia do que pretendeu o autor, de fato ganha um papel fundamental no texto, desestabilizando as possibilidades de o Brasil seguir serenamente o curso do desenvolvimento ocidental – modelar e europeu, mais precisamente – com a vigência pura e simples da racionalização e da civilidade. Por isso a difícil consubstanciação do que não são mais que definições

⁴⁷ A rigor, de toda a Europa que não se encaixa na categorias dos “territórios ponte” pelos quais o continente se “comunica com outros mundos”.

⁴⁸ Vecchi sugere a proximidade entre o método histórico de Sérgio Buarque e este proposto por Edward Said: “Se reexaminamos o arquivo da cultura, começamos a relê-lo de modo não unívoco mas contrapontístico, com a percepção simultânea tanto da história metropolitana que é

regulativas: o verdadeiro Estado burocrático caracterizado pela ordenação impessoal, as virtudes antifamiliares por excelência da iniciativa pessoal e da concorrência entre cidadãos e a transformação do empregado em um simples número, com o desaparecimento da relação humana. Na política como na economia, depara-se com a possibilidade do alijamento, da não-incorporação.⁴⁹ Aí o “quase trágico” fecho (?) do livro,⁵⁰ apontando a uma forma não-canônica de modernidade – e por isso “periférica” –, em que a irresolução dos conflitos “resguarda um resíduo antidialético ineliminável” (Vecchi, 2004, p.121). Donde a possibilidade de disjunção entre “uma modernização rutilante e uma modernidade sombria ou até tenebrosa que marca de modo profundo (...) o limiar do século XX” (Vecchi, 2004, p.121).

É preciso, em um aparte, fazer referência a uma hipótese defendida por George Avelino Filho, para quem RB estaria imbuído de “uma crença – bem modernista – na capacidade de transformarmos nosso atraso em relação às nações mais civilizadas em vantagem, aproveitando o atraso como possibilidade de seguir um caminho de modernização diferente do daquelas nações” (1987, p.40), evitando a esterilização das relações sociais pelo desenvolvimento político, social e econômico. Em outro artigo, Avelino Filho (1990) oferece o que se poderia ver como uma especificação dessa assertiva. De acordo com esse autor, a civilidade seria entendida em RB a partir da reflexão weberiana sobre o “desencantamento do mundo”, sendo o produto da impessoalização e da racionalização das relações humanas. A enunciação da cordialidade teria a função de colocar “a possibilidade de uma alternativa em relação ao processo clássico da racionalização/impessoalização sofrido pelas culturas européias (...) [por meio da]

narrada quanto das outras histórias contra as quais (e com as quais) o discurso dominante age” (Said *apud* Vecchi, 2005, p.192n).

⁴⁹ Enquanto o alijamento político será discutido mais abaixo, sobre o alijamento econômico talvez se pudesse indicar alguma afinidade entre o argumento que se vai expondo e a seguinte interpretação de Pedro Meira Monteiro. Para este autor, RB relata “a ruína de toda a família, num processo doloroso a marcar um conflito universal e global, isto é, o esgarçamento do tecido social, quando se desfazem as teias complexas da sociabilidade tradicional, quando a sombra acolhedora do núcleo primário se torna insuficiente, incapaz de dar sentido à existência, ainda precária da estirpe. Trama moderna, em que o indivíduo se vê lançado no torvelinho do desconhecido, na cidade conturbada que aparecia, enigmática e perturbadora, nos anos 20 e 30 (...) É um livro que fala de um mundo em ruínas, recusando as edificações brilhantes, compensatórias. Podemos lê-lo assim, não apenas o compreendendo como a narrativa do arruinamento da ordem colonial, mas como motivado, em seu âmago, pela ruína das famílias trabalhadoras na modernidade” (Monteiro, 2008, p. 357).

⁵⁰ A expressão sobre o fecho “quase trágico” de RB encontra-se em Wegner (2000).

representação de relações humanas mais afetivas, vivas e menos abstratas” (Avelino, 1990, p.4).⁵¹ Meritória pela conjectura quanto ao que RB guarda de um “caminho diferente de modernização”, essa hipótese pode porém ser revista por duas ponderações. A primeira vai no sentido da reticência de Sérgio Buarque quanto à legitimidade do “recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade”. A via de enraizamento contida na “Nossa Revolução”, sem pretender recuperar a cordialidade, propõe na verdade – repisando – a conjugação da espontaneidade nacional com a medida indispensável de abstração. A segunda ponderação, partindo do entendimento proposto acima sobre o papel do desterro em RB, lança uma contra-proposta à hipótese de Avelino Filho: o curso de desenvolvimento brasileiro seria diferente do cânone ocidental menos por deliberação – a crença modernista ditando a intencional oposição da cordialidade à civilidade – do que pelos entraves inerentes ao entre-lugar espaciotemporal do desterro.

Antes de passar-se ao próximo grupo de questões, sejam apresentadas duas instâncias em que esse movimento de enraizamento e desterro em RB poderia ser identificado em enunciados colaterais sobre o curso histórico brasileiro.⁵² A primeira retoma a reflexão de Nabuco à qual se aludiu acima. O “centralismo” europeu no século XIX cria uma “instabilidade” nas jovens nações americanas, como o Brasil: “De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação européia” (Nabuco, 2004, p.49). O interesse dessa dupla ausência está na pressuposição um jogo entre a movimentação transoceânica de Nabuco e o sentimento da pátria, “a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer” (Nabuco, 2004, p.49). Jogo que tem por resultado o fato de a pátria entrevista da Europa ser, “antes de mais

⁵¹ A cordialidade surgiria como alternativa à civilidade pela defesa de Sérgio Buarque da recuperação da “verdadeira realidade” asfixiada. Um primeiro ponto de objeção a esse argumento de Avelino Filho (1990) – ao qual se aproximam alguns apontamentos de Ricardo Benzaquen de Araújo (2000, p. 42) – está na equiparação que realiza entre cordialidade e “verdadeira realidade” brasileira. Isso porque, conforme visto neste capítulo, Sérgio Buarque coloca a cordialidade, nas vestes do bacharelismo bovarista, como o oposto ao que seria uma “forma espontânea” no país. Ora bem, se o bacharel, *porque* portador da cordialidade na vida urbana, fecha-se à realidade do país – a “dura e triste” realidade em que nascem os novos atores históricos (a segunda trinca de Candido), e não aquela realidade rural de que depende a cordialidade para sua reprodução –, não faria sentido a afirmação de que a “verdadeira realidade” negada é a própria cordialidade negadora.

⁵² A convivência das ordens burguesa e colonial na poesia de Oswald de Andrade, produzindo um “ufanismo crítico”, notado por Roberto Schwarz (1987), poderia ser incluída na relação.

nada, uma indagação ontológica” (Santiago, 2004, p.21). A segunda instância está na descrição que Raymundo Faoro propõe do processo de modernização no Brasil:

Por isso, em certos casos, as modernizações, depois que chegam ao fim, que é quando a elite (...) muda de objetivos, parecem nunca ter existido. Elas se circunscrevem ao tempo circular, com uma memória condicionada ao tempo precário, que duram enquanto outra onda se sobrepõe à atual, desfazendo-se ambas. A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, nunca a história que realiza, aperfeiçoa e desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros (1992, p.19).

Já se observou que a teoria da história de Faoro é articulada por um “mecanismo reprodutivo”: “as mudanças no tempo reforçam a estrutura de dominação que permanece inalterda e neutraliza qualquer caráter de novidade” (Jasmin, 2003, p.364). Em face ao que se vem discutindo, e não obstante suas causas diversas, a “instabilidade” de Nabuco e o “tempo circular” de Faoro sugerem o imperativo do progresso temporal (ou: do enraizamento) mas também seu travamento e prostração em um desconfortável *ínterim*, assemelhado ao desterro de RB.

O segundo grupo de questões associadas à reformulação do problema do desterro se liga à relação entre essa condição e o Estado. Uma consequência da reformulação avançada acima é o encaminhamento do desterro como elemento “positivo enquanto atitude epistemológica, enquanto via para o descentramento, para a desprovincianização” (Rouanet, 2006, p. D2). A avaliação dessa atitude, dentro dos propósitos do presente trabalho, requer cotejá-la com o conceito do Estado. Isso será feito por duas ponderações, com as quais se concluirá a análise.

A primeira parte do significado do vocábulo “desterro”. De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, trata-se do

1. Ato ou efeito de desterrar; desterramento 1.1. saída do domicílio habitual para outro, dentro ou fora do território nacional, por imposição penal (degredo) ou voluntariamente 2. p.met. local onde reside o desterrado 3. p.ext. local ermo, deserto 4 jur. pena que obriga o réu a permanecer nesse local 5 p.ana. estado ou condição de pessoa que vive isolada da sociedade 6 p.ext. estado de isolamento; insulamento, solidão (Houaiss & Villar, 2001, p.1017).

Nota-se de saída que o desterro situa-se no perímetro semântico da soberania. Derivado etimologicamente de “decreto”, no latim, configura-se como ato soberano de expulsão do interior de uma comunidade ordenada, criando um limbo jurisdicional próximo ao dos refugiados ou apátridas (cf. Arendt, 1989, cap.9). Embora em larga medida oriundo desse ato soberano (o de degredar), a condição de desterro é definida como pólo oposto ao Estado, pois é externa à sociedade. Não causa espécie que esse isolamento em relação à sociedade seja compreendido como *pena* infligida, pois no reverso daquele limbo jurisdicional está o que Hannah Arendt denominou o “direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada” (1989, p.330). Esse direito é o principal conduto para a cidadania, que por sua vez seria a melhor oferta do Estado aos indivíduos que o habitam. Ademais, o imaginário espacial ligado à palavra confirma a noção de afastamento em relação à guarida estatal: o desterro é ermo, deserto, insulado e solitário.

O Estado, por sua vez, é (a promessa) (d)o enraizamento, com a demarcação clara das fronteiras conceituais e ontológicas que o distinguem do passado, da sociedade e do exterior. A resolver-se o bovarimo nacional e a incorporarem-se as camadas populares às instituições políticas, finda o desterro. Mas a questão que se coloca é – e se o Estado for mera estabilização momentânea (e mais ou menos precária) do que não é totalmente enraizável? Na ênfase de Jens Bartelson (1998) à definição clássica de Max Weber (2007), o Estado é a *reivindicação* (sempre disputada) do monopólio legítimo do uso da violência sobre a sociedade.⁵³ Ora, como conceber, senão a imposição mesma de uma tábua de valores morais, a indispensável (afirma-o Sérgio Buarque) cristalização social, quando se depara com uma (arredia) sociedade composta por desterrados? O fato de o desterro ser experimentado não no degredo longínquo, mas no interior da sociedade, lança dúvidas sobre como o Estado poderia ser “como um contorno congênito à sociedade”, orientando-se por suas “necessidades específicas”. À falta da plena racionalização e civilidade, mingam as condições para a manutenção do ideal da

⁵³ Remete-se aqui a um entendimento sobre as condições de constituição da autoridade estatal: “a autoridade é vista como desprovida de fundamento fora de si mesma: ela não é nada mais que um ato infundado que se fez fundacional pela imposição de certo esquecimento quanto a sua origem divina ou violenta. A autoridade constituinte é portanto a um tempo constitutiva e anterior à comunidade política a ela correlacionada no tempo e no espaço e também às expressões legais e políticas da autoridade dentro daquela comunidade (Bartelson, 2001, p. 7).

representação sustentado pela idéia da soberania popular mediada, e mesmo para a execução da provisão conceitual do domínio da sociedade pelo Estado.

Atinge-se algum ponto a meio caminho entre a democracia “mal-entendida” e a “legítima”, confirmando uma dimensão de alijamento dos cidadãos em relação à esfera política e, no fundo, a disjunção dos discursos espacial e temporal da cidadania. Vale dizer, por mais que se constitua o território do Estado e o domínio sobre a sociedade, a noção de comunidade suposta no instituto da representatividade não tem fácil aplicação. Seria cabível visualizar as dificuldades do Estado em codificar, ou repertoriar, uma nação baseada na coerência cultural. Faria sentido concluir que a relação entre Estado e nação em RB – e em que pese o imperativo da cristalização social – avança o que mais tarde se designaria como “uma política que privilegia as presenças múltiplas e desconjuntas dentro do espaço do Estado, em vez de uma política que se move no rumo da integração em uma cultura nacional unitária” (Shapiro, 2000, p.82). “Estrangeiro para si mesmo” (Rocha, 2003, p.24), decorreria o rompimento, no brasileiro, de modelos unívocos de temporalidade nacional (Shapiro, 2000, p.83).

A segunda ponderação procura apreciar a repercussão dessa “atitude epistemológica” no esquema conceitual do Estado. Segundo R.B.J. Walker,

Outras narrativas sobre o político podem permanecer vivas nos interstícios da história oficial, mas mesmo elas devem ser entendidas, em maior ou menor medida, como produtos de um discurso estatista e das negações características que este realiza de qualquer outra opção (...) Ademais, as categorias com as quais nos esforçamos para formular questões sobre o político são precisamente aquelas que foram construídas em relação ao Estado (1995, p.24).

A forma mais imediata de confirmar que o raio de compreensão das decorrências conceituais do desterro é limitado pelo imperialismo cognitivo do Estado (Shapiro, 2004) será apontar-se para as próprias categorias analíticas de que se vale a presente dissertação. Atendo-se em todo caso a RB, o que fica evidente é que aquele ideal regulativo do enraizamento, expresso conceitualmente na reivindicação do Estado de se erigir em princípio primeiro da política, não esgota o movimento do livro, em que o descompasso deixa antever um “resto que se sujeita mal a essa forma”. A tentativa lançada por Sérgio Milliet de compreender o que há de construtivo e realista na política de RB não pode prescindir do descentramento permitido pelo enunciado do desterro. O passado

inventado à luz do presente para ser nele superado resiste ao aprofundamento das novas raízes do país, juntando-se àquele descentramento para colocar a resolução da “metodologia dos contrários” registrada ao longo da análise sob o signo da incerteza, e bem assim as oposições referentes ao Estado.

A construtividade e o realismo, em face às recalcitrâncias e às incertezas, recomendam cautela diante da perspectiva da inscrição da ordem urbana no Estado representativo onde se albergam as diversas camadas da sociedade. Construtivo e realista afigura-se, no máximo, a constatação da polifonia envolvida no estatuto do país enraizado e desterrado:

A idéia de um Brasil cultural e político de timbre espontâneo, formado por seqüências rítmicas próprias, valorizando assim a sua lógica paradoxal e contraditória, precisava encontrar ainda uma melodia que harmonizasse dissonâncias e consonâncias, que combinasse em uma forma particular ritmo e harmonia: uma nação polifônica (Vecchi, 2005, p.181-182).

3.5 Conclusão

Em RB, o entrelaçamento do Brasil à política mundial se deu em primeiro lugar pela “narrativa dúplice” da história do país. Com efeito, toda a discussão sobre os atributos ibéricos foi pautada pela contraposição a atributos europeus ditos modernos. Assim, personalismo, aventura, ruralismo e desleixo tiveram seu pólo oposto (principalmente, mas não apenas) na racionalização, enquanto a cordialidade foi contradistinta à civilidade. Guardadas as diferenças substantivas entre os livros, neste capítulo como no anterior a presença do Brasil no mundo foi antecedida pela presença do mundo no Brasil. No caso de RB, os exteriores regulativos acompanharam a narrativa antes e até depois da urbanização e da independência formal do país. Sua transformação em realidade interna coloca-se, de fato, como a própria medida de superação histórica no país – razão pela qual apenas aparentemente o tema das relações democráticas Estado-sociedade se queda afastado da problemática do internacional. A “Nossa Revolução” implica precisamente a construção de uma ordem que envolva (embora não exclusivamente) medidas imprescindíveis de civilidade e de racionalização.

A segunda forma de entrelaçamento do Brasil ao internacional é a criação do entre-lugar em que os conflitos espaciotemporais não se resolvem facilmente. A “nossa ordem” não condiz por completo com a “Nossa Revolução”. Enquanto esta pretende instituir limites claros entre o Brasil e o mundo, delimitando uma sociedade e um Estado capazes por exemplo de ajustar a contento idéias estrangeiras às peculiaridades locais, o hiato que resta em sua implementação deixa em dúvida a exclusividade nacional – o possessivo no plural “nossa” – da ordem dela resultante. Vale isso dizer que, embora o enraizamento das novas instituições seja almejado por Sérgio Buarque, de modo inclusive a evitar a formação “de fora para dentro”, a condição de desterro projeta a eventual solução (ou, mais modestamente: a pacificação) da questão para um jogo descentrado que envolve o estrangeiro temporal e/ou espacial.

Em suma, a contribuição de RB para a hipótese geral da pesquisa está no esclarecimento da co-relação entre as dificuldades na passagem passado-presente e o estabelecimento das relações Estado-sociedade. Resolvidas as dificuldades, enraíza-se o Estado representativo e perde-se de vista a importância da dimensão exterior; não resolvidas, desestabiliza-se a relação Estado-sociedade e também a relação Estado-exterior.

4

Conclusão: Limites e Limiares do Conceito do Estado

Uma coisa cacete nas nossas tentativas de assuntos nacionais é que os tratamos como se fôssemos estrangeiros: não são exóticos para nós e nós os exotizamos.

Manuel Bandeira, Crônicas da Província do Brasil.

Em *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Raízes do Brasil*, a afirmação do Brasil no mundo é coadunada com a afirmação do mundo no Brasil. A compreensão desse modo de entrelaçar o Brasil ao mundo envolveu a suspensão de uma chave de pesquisa autotélica que privilegiava a secular agonia dos intelectuais brasileiros clássicos quanto à identidade nacional. Relegado a plano secundário o empenho de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda com o desvendamento das peculiaridades espaciais e temporais do objeto de pesquisa, pôde-se acompanhar o encadeamento que realizam entre a formação do Estado, da sociedade, do passado e do presente brasileiros e a política mundial.

Aplicando àqueles dois autores uma afirmação mais ou menos genérica sobre os intérpretes do Brasil, “É como se suas obras terminassem por contradizer o projeto que as estimulava, pois, se buscam a especificidade do brasileiro ou a origem da sociedade, terminam afirmando seu traço problemático enquanto formação aut[ôn]oma” (Rocha, 2004, p. 130-131). De fato, o encerramento dos planos argumentativos de SM e de RB em um ideal de autonomia é complicado pelo reconhecimento feito nesses livros, respectivamente, da magnitude do programa anglófilo que impulsionava o processo de re-europeização e da importância dos ideais europeus cujo implante reverteria o passado colonial.⁵⁴ Ademais, em pelo menos duas oportunidades a análise das obras sugeriu que o suposto ímpeto dos autores para a construção de uma identidade nacional encaminhou-se em sentido inverso. Enunciados presumivelmente condizentes com a norma da comunhão nacional – a relação entre variados sistemas de organização social em CGS e SM e a cordialidade como traço psicológico do

brasileiro em RB – foram em verdade tratados como contingências contra as quais se produziu a presença da nação (em Gilberto Freyre) e do Estado (em Sérgio Buarque).⁵⁵

Esse par de exemplos do entrelaçamento do Brasil com o mundo convida a uma reflexão mais detida a respeito do discurso de limites – as claras demarcações que o conceito de Estado realiza no espaço e no tempo – cuja centralidade foi notada tanto no pensamento social brasileiro quanto nas Relações Internacionais. Torna-se cabível cogitar de uma reconfiguração da “preocupação predominante com a nacionalidade”, de modo que dê conta das limitações encontradas nos ideais de formação autônoma e de unificação nacional. A passagem de Manuel Bandeira na epígrafe apontaria esse rumo. Em primeira análise isso não fica evidente, pois o que se lê é uma censura ao que o autor identifica como um procedimento equivocado nas “tentativas de assuntos nacionais” – o tratamento desses assuntos desde um ponto de vista estrangeiro. Contudo, ao mesmo tempo em que a censura reproduz a preocupação predominante com a nacionalidade, o trecho afirma um dilema anterior a essa preocupação: o nacional efetivamente não é exótico, mas efetivamente é tratado como tal. Não é preciso aceitar o disciplinamento dessa incerteza por Bandeira para constatar a produtividade que ela emprestaria aos estudos brasileiros. Sem poder delimitar inequivocamente o interior e o exterior do país, mas também impossibilitado de rejeitar essas categorias, o sujeito pesquisador do Brasil – e, por extensão, seu objeto de discurso – é atingido pela *problemática* relativa à demarcação da fronteira entre o nacional e o estrangeiro.

Não se trata, portanto, de defender que não se empregam, no pensamento social, os limites sobre os quais instrui o conceito de Estado. Trata-se, isso sim, de evidenciar que, no emprego desse conceito em CGS, SM e RB, esses limites são colocados em contato com alguns limiares.⁵⁶ Em outras palavras, as herméticas distinções postuladas na definição conceitual do Estado realizada na introdução –

⁵⁴ Cf. infra, cap. 2, p. 62-73, cap. 3, p. 117-129.

⁵⁵ Cf. infra, cap. 2, p. 42-49, cap. 3, p. 105-111.

⁵⁶ Acolhe-se aqui distinção feita por Giovanni Gasparini entre dois tipos de interstício: “um primeiro que inclui os que remetem para a descontinuidade entre experiência, fenômeno e realidade aproximando-se da idéia de *limes*, de limite, portanto, como um valor distintivo claro; um segundo grupo, pelo contrário, implica a idéia de continuidade e de transição, definindo-se assim como *limen*, como limiar secundando o *continuum* ou o intercâmbio entre tempos, espaços” (Vecchi, 2005, p. 186).

a começar daquela entre interno e externo – são reprocessadas nos livros, redundando em articulações próprias dos nexos do Estado com o exterior, a sociedade e o presente. A enunciação de CGS, SM e RB dá visibilidade, assim, a problemáticas singulares – embora não necessariamente a traços nacionais singulares –, que podem ser reunidas nas hipóteses específicas lançadas na introdução.⁵⁷ Cumpre então apreciar conclusivamente as hipóteses a respeito do modo como CGS, SM e RB entrelaçam o Brasil à política mundial ao empregar o conceito de Estado, indicando a contribuição que porventura guardem para as Relações Internacionais.

A primeira hipótese formulada disse respeito a CGS e SM: a intensificação da presença do Estado no Brasil a partir de 1808 submete a um mesmo discurso civilizador e excludente o patriarcalismo e os demais elementos da paisagem social oriental até então existente, e constitui uma nova sociedade em que normas de europeização são internalizadas, desestruturando o quadro de política mundial vigente durante a Colônia. Veja-se como a enunciação dos livros valida a articulação e o inter-relacionamento de nexos do conceito de Estado subentendida nessa hipótese.

Pode-se dizer que o veio principal do argumento de CGS e SM a respeito do Estado é a desestruturação, ocasionada pela chegada do príncipe regente ao Brasil em 1808, da política mundial corrente no período colonial. À inteligibilidade única do Estado europeizador, o momento anterior contrastava um primado de cultura ibérico inclusivo de valores orientais, indígenas e europeus, dentre outros. Inserido o Brasil no âmbito imperial luso, as trocas culturais produziram um “parentesco ecológico” do país com o Oriente alcançado pelo domínio português. O rompimento *de facto* dos elos imperiais pela força do patriarcalismo – ele mesmo instituição influenciada pelo Oriente – fundado pela colonização privada não reverteu esse quadro. Embora o patriarcalismo tenha vencido uma (violenta)

⁵⁷ O desenvolvimento dessas hipóteses, como se viu, foi diluído nas seções dos capítulos anteriores e subordinado à ordem de análise dos grupos temáticos da enunciação dos livros. Julgou-se tal método recomendável, diga-se de passagem, em face do imperativo de expor detalhadamente essa enunciação. “Antes de dissertar, antes de comentar, é preciso saber o que os autores realmente disseram” (Folscheid & Wunenburger, 2006, p. 29, grifo suprimido). Por isso, a presente conclusão não fará uma ociosa recapitulação dos argumentos expostos pelos autores, preferindo engajar diretamente aquelas hipóteses formuladas na leitura dos textos. É esta também a razão pela qual a conclusão não procederá a um cotejo das várias áreas de contato entre as obras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque, tarefa que aliás se vem realizando (cf. Bastos, 2008; Monteiro, 2000; Vargas, 2007, cap. 6).

competição com outras formas de organização social pela condição de princípio primeiro de autoridade no país, isso não significou uma exclusão rigorosa de influências desses outros sistemas. Com efeito, no seio do patriarcalismo, a casa-grande, surge uma forma cuja força Gilberto Freyre cuida em ressaltar: o equilíbrio de antagonismos, modo pelo qual as diferenças e tensões culturais entre os variados povos que vieram a habitar o Brasil eram resolvidas pela aproximação e mediação. À negociação de inteligibilidades entre o patriarcalismo (com seu equilíbrio de antagonismos) e demais sistemas culturais, como a Companhia de Jesus, designou-se política mundial. Além do fato das principais forças dispostas no terreno político, como o império e a Igreja, serem caracterizadas pelo universalismo de sua atuação, a ausência de limites formais no Brasil, como aqueles dados pelo Estado moderno, sugeriu antes a liminaridade espaciotemporal da Colônia. Antes que um lugar *no* mundo, o Brasil é enunciado como um lugar *do* mundo, ou do mundial.

A chegada da monarquia em 1808 desestrutura esse quadro. Aqui se revela a primeira articulação de um nexos do conceito do Estado, a saber a própria aplicação de suas distinções fundamentais em um objeto de discurso que até então vinha sendo enunciado segundo regras de formação diversas. O duplo processo de imposição de um discurso civilizador e de constituição da sociedade é antes de tudo caracterizado pela substituição dos limiares espaciotemporais da Colônia pelo discurso de limites rígidos do Estado. Esses limites apresentam-se nas distinções entre passado e presente e entre Estado e sociedade.

Na distinção entre passado e presente, o patriarcalismo e os demais elementos orientais do Brasil são transformados em “sobrevivências” por um discurso de civilização que lhes atribui o status de barbárie. Esse par metafórico, a que CGS e SM dão voz sem com ele compactuar, visa à opressão e exclusão dos mecanismos simbióticos e de equilíbrio de antagonismos da Colônia em prol de certa cultura uniforme européia portada pela elite branca e senhorial. Trata-se do processo de re-europeização do Brasil, em que a “intolerância sistemática do exótico” típica do imperialismo capitalista inglês é incorporada por agentes anglófilos no país, a começar pelo príncipe regente. Nesse sentido, o propósito do Estado é desde logo o cerceamento das alteridades culturais julgadas inferiores, revertendo o “senso de contemporização” dantes havido em relação a elas e

transformando-as de em fronteiras antropológicas a serem subordinadas a um tempo nacional homogêneo.

Esse postulado temporal condiciona a distinção entre Estado e sociedade. Casada com a expansão das cidades e o surgimento de novas instituições que não as patriarcais e bem assim de novas classes entre os extremos de senhor e escravo, a ação do Estado a partir de 1808 envereda pela constituição de uma sociedade qualitativamente diversa da colonial. Para tanto, mantendo sua diferença em relação ao arcabouço de práticas coloniais de que dispunha a população do país, o Estado regula amplamente as relações sociais. Internalizam-se, na vida privada e pública do Brasil, normas de modernização – ou: europeização – presentes no repertório da expansão comercial inglesa. De acordo com Gilberto Freyre, os tons vivos da paisagem oriental brasileira são acinzentados pelo escuro da “civilização carbonífera” inglesa, cuja primazia cultural é estabelecida por obra do Estado animado pelas classes senhoris dos sobrados urbanos. Essa observação ilustra o nexos feito pelo autor entre o Estado e seu exterior (o Ocidente capitaneado pela Grã-Bretanha). Esse nexos relaciona-se com o nexos Estado-sociedade, pois a re-europeização interna não pode ser enunciada sem a afirmação do Estado como intermediário-incorporador das normas internacionais de modernização. O resultado dessa operação textual é aproximar o internacional do social, fazendo do Estado menos um limite impermeável entre exterior e interior que um limiar entre ambos.

Gilberto Freyre contrapõe à desagregação do legado colonial à necessidade de revalorização do equilíbrio de antagonismos. Embora julgue certas inovações trazidas no século XIX louváveis, como, por exemplo, os avanços na saúde pública, o autor defende maior prudência no trato da alteridade cultural na sociedade. Isso envolveria uma relação de complementaridade entre o Estado e a “realidade profunda” do patriarcalismo na sociedade, dispensando-se a “tirania moral” re-europeizadora de que o imperador D. Pedro II foi exemplo. CGS e SM são dessa forma peças centrais na missão de Gilberto Freyre nos anos 1930, definida como a reforma do processo civilizador brasileiro (Araújo, 2005). Essa seria, em linhas gerais, a resposta do autor – também ela sugerindo a liminaridade, mas baseada na realidade decadente do patriarcalismo – à distinção temporal rígida do século XIX.

A hipótese formulada sobre CGS e SM tem dois desdobramentos potenciais para as Relações Internacionais, aos quais se fará breve referência. O primeiro deles se refere à forma como o (conceito de) Estado opera o disciplinamento dos limiares da política mundial. Um par de anotações sobre o relacionamento entre o Estado, o sistema de Estados e a política mundial é esclarecedor. Se for verdade que a ação de um duque de Caxias, em SM, avaliza a orbitação do Brasil ao redor da “crença no Estado soberano como a consumação da experiência e da atividade política que tem marcado o pensamento político ocidental desde a Renascença” (Wight, 1966b, p. 21), a discussão de Gilberto Freyre evidencia o modo pelo qual essa crença engendra o enquadramento da cultura do país por um padrão espaciotemporal homogêneo. Esse enquadramento se reproduz no nível diplomático, sendo função primária do direito internacional a identificação do sistema de Estados como “supremo princípio normativo da organização política da humanidade” (Bull, 2002, p. 162). Ademais, a formulação desse princípio e a exclusão de princípios concorrentes “institui esta idéia como determinante para o pensamento e as ações humanas na presente fase evitando assim um questionamento sem fim e o surgimento de conflitos sem limites” (Bull, 2002, p. 162).

O “preconceito intelectual” que o conceito do Estado gera em relação a outras formas do fazer político, notado por Martin Wight (1966b), é completado no sistema de Estados pela equiparação da política mundial aos canais tradicionais das relações interestatais, conforme expõe Hedley Bull (2002). A subscrever-se um contexto de “incongruências crescentemente desconcertantes” entre as relações de espaço e tempo do Estado moderno e as articulações contemporâneas de poder (Walker, 1995b), o conhecimento das variadas formas de inteligibilidade temporal e espacial do Brasil colonial guarda duas contribuições. Por um lado, ajuda a compreender reflexivamente como se formou o “Estado histórico” brasileiro (Moretti, 2003) e como se articulam as tensões de seus discursos espaciais e temporais; por outro lado, aquele conhecimento ajuda a desenvolver a “habilidade de re-imaginar o caráter e a localização da vida política e de constituir práticas apropriadas pelas quais essa re-imaginação possa ocorrer” (Walker, 2002, p. 15, grifo suprimido).

O segundo desdobramento da hipótese formulada sobre CGS e SM para as Relações Internacionais se refere ao relacionamento entre o exterior do Estado e a

sociedade. Pela apresentação conceitual feita na introdução deste trabalho, sabe-se que “exterior” e “sociedade” são esferas distintas entre si e em relação ao Estado, depreendendo-se apenas que sua relação é interdita, ou talvez intermediada, pelo Estado. Esse entendimento permite uma identificação estável entre o campo internacional e as relações interestatais. Contudo, e sem prejuízo destas últimas, caso se aceite a proposta de “repensar o ‘inter’ em política internacional” (Kratowil, 2007), pode-se revisar uma premissa do internacional, que prevê que “os assuntos internos de um Estado constituem um subsistema separável do sistema interestatal” (Mushakoji, 1997, p. 96).

Jenny Edkins e Maja Zehfuss (2005) chamam a essa revisão a “generalização do internacional”. As autoras se propõem a pesquisa sobre como o “doméstico já carrega as marcas do que chamamos o internacional” (Edkins & Zehfuss, 2005, p.466). Tendo presentes as discussões de Gilberto Freyre, este trabalho poderia enriquecer semanticamente que o que se designa como internacional para que englobe também a política mundial. Feito esse acréscimo, cabe notar o quanto a discussão de Freyre sobre o processo de re-europeização, em especial, antecipa a questão das marcas internas do internacional. Com efeito, propunha-se hipoteticamente que o Estado constituiu a sociedade no século XIX, entre outros, pela internalização de normas européias. Heranças da política mundial da Colônia na configuração da sociedade brasileira em CGS e SM, ainda que profundas ou decadentes, também poderiam ser arroladas.

O relevo da discussão está na potencial abertura de alternativas à premissa a que se aludiu acima e ao correlato imaginário dos “níveis de análise” (Singer, 1961; Walker, 1995b, cap. 6). Neste, o internacional é um “nível superior” em que se observam padrões de relacionamento entre Estados, contraposto ao nacional como “nível inferior” em que se observa a formação da conduta diplomática desses Estados. A noção de “internalização do mundo” (Lafer, 2004), que, aliás, pode ser situada já no período de que trata SM e não apenas na década de 1990 (cf. Lafer, 2004, cap. 6), indica a liminaridade, senão mesmo a capilaridade, do internacional em relação às sociedades. Como se observou em SM, o Estado pode ser o mediador desse processo, incorporando em seu propósito moral uma série de

ditames modernizadores pertencentes ao repertório internacional.⁵⁸ Nesse internacional “generalizado” ou “internalizado”, o discurso sobre jurisdições soberanas, fundamental para a enunciação dos limites tradicionais das relações entre Estados, perde relevo frente a um processo (global) de difusão de padrões de modernização dentro dos Estados, que se confunde com sua política interna.

A segunda hipótese formulada na introdução disse respeito a RB: a afirmação do ideal de enraizamento concomitante ao reconhecimento da condição de desterro institui o projeto de um Estado representativo após 1888, mas dificulta o desenvolvimento de instituições européias modernas, em razão da permanência do passado colonial, criando na história do Brasil um entre-lugar de conflitos inconciliáveis. Veja-se como a enunciação do livro valida a articulação e o inter-relacionamento de nexos do conceito de Estado subentendida nessa hipótese.

Pode-se dizer que o veio principal do argumento de RB a respeito do Estado é a criação, devida à simultânea afirmação de um ideal de enraizamento e reconhecimento de uma condição de desterro, de um entre-lugar histórico em que os conflitos se quedam inconciliáveis. No entender de Sérgio Buarque, o conflito entre iberismo – símbolo do passado colonial – e americanismo – símbolo das instituições modernas – é resolvido com a abolição da escravatura em 1888. A partir dessa data, o centro de gravidade do país passa do campo para a cidade, abrindo a possibilidade de enraizamento de um conjunto de práticas condizentes com as sociedades modernas e tendentes ao apagamento da memória sociológica colonial. Contudo, insuficiências do americanismo impedem a superação do iberismo. “Marco divisório entre duas épocas”, 1888 não logra mais que deixar os brasileiros vivendo “entre dois mundos”. A liminaridade desse nexo entre passado recalcitrante e presente informe anuncia a dificuldade na demarcação dos limites conceituais do Estado. A enunciação se faz, portanto, conjugando enraizamento e desterro.

⁵⁸ Uma direção possível para a compreensão desse repertório estaria nas considerações de Wight (1966a) sobre a existência de um “princípio de legitimidade” no sistema de Estados. Generalizando a discussão que o autor faz especificamente sobre o cristianismo, seria possível dizer que esse princípio, referente a formas de organização social, teria difusão global ao mesmo tempo em que se projetaria no interior dos Estados individuais. Sua relevância estaria na dupla condição de princípio aceito (ou disputado) internacionalmente e de causa a ser advogada na política interna. Ao falar-se em um “princípio de legitimidade” do sistema de Estados, contribuir-se-ia para o acervo de noções sobre a ligação entre a sociedade (com ou sem o intermédio *stricto sensu* do Estado) e o internacional.

O ideal de enraizamento institui um discurso de limites e é centrado nonexo Estado-sociedade. Dentro do “processo geral de transformação dos territórios coloniais em sociedades cultas modernas”, o estatuto de independência do Brasil impõe o rompimento com o ciclo de influências ibéricas que faziam do Império de 1822 e da República de 1889 instituições crescentemente incapazes de representar as forças urbanas da vida social do país. Esse diagnóstico é fundado na oposição da civilidade, conduta apropriada para a esfera pública e portanto para a vida urbana, à cordialidade. Esta sintetiza os elementos da colonização ibérica, tendo por característica a incapacidade de discernimento entre público e privado, e por resultado a construção de um Estado patrimonial. A cordialidade projeta-se principalmente no bacharel do século XIX, figura que reproduzirá a ordem aristocrática rural no mundo urbano. Incapaz de submeter-se a sistemas disciplinadores, o homem cordial – ou: o bacharel – importará leis genéricas, como o liberalismo, adequando-as à ordem vigente. Onde o alheamento do Estado imperial e depois republicano à cambiante realidade do país em urbanização. Diante desse quadro de “bovarismo nacional”, Sérgio Buarque proporá uma “revolução vertical”, cujo programa é o alçamento das camadas populares à liderança e seu amalgamento com a elite. O autor ressalta a importância de se dar vazão institucional à “espontaneidade nacional” há muito desarmada pelo formalismo político, sublinhando ao mesmo tempo a indispensabilidade de certa medida de abstração. O nexo Estado-sociedade, marcado inicialmente pelo alheamento, é assim reconstituído com base em um ideal democrático de interpenetração de lado a lado. Como se pode inferir, a afirmação desse Estado representativo acarreta a suposição de distinções claras e bem reguladas entre passado e presente e interior e exterior.

A condição de desterro mobiliza uma narrativa histórica dúplice, cujo reconhecimento desestabiliza os limites espaciotemporais organizados no ideal de enraizamento. O modo enunciativo de RB, que Antonio Candido (2006c) denominou “metodologia dos contrários”, constitui-se em uma série de oposições fulcrais na formação do objeto de discurso. O mundo, mais uma vez, se localizará *no* Brasil, com a história do país narrada pelo duplo padrão da realidade sociológica interna e dos parâmetros de alcance global (embora de extração européia) de modernização, que funcionam como exteriores regulativos. Ao Brasil ibérico, caracterizado por personalismo, aventura, ruralismo, desleixo e

cordialidade, contrapõem-se duas instituições modelares da Europa protestante, a racionalização e a civilidade. Racionalização e civilidade são as instituições cujo desenvolvimento é necessário para a conformação de um Estado burocrático e de uma sociedade coesa – e, portanto, para o enraizamento democrático. Por essa razão, a investigação do mundo ibérico em RB redundava na construção de um passado que esclarece os obstáculos à independência do presente. Personalismo, aventura e etc. surgem como os fatores que impediram, historicamente, a superação do Estado bacharelesco alheio à sociedade urbana e do ciclo de influências ibéricas vindas do exterior do Estado. A hibridização do tempo e do espaço, indecisos entre iberismo e americanismo, coloca em dúvida a possibilidade de o Brasil seguir o mesmo curso de desenvolvimento que aquele observado em seu modelo ocidental. Além disso, RB afirma que o desterro dos brasileiros persiste “ainda hoje”. Essa atualização faz pensar nas dificuldades que mesmo a revolução vertical bem-sucedida teria em unificar cidadãos temporalmente – senão espacialmente – descentrados.

Como se disse, a problemática do emprego do conceito de Estado em RB coloca-se como a dificuldade na rasura de limiares históricos pelo limites apregoados por Sérgio Buarque. A concomitância de enraizamento e desterro produz uma “crônica dos descompassos” (Cohn, 2002), dando destaque a questões sobre os desajustes da modernização periférica.

A hipótese formulada sobre RB tem dois desdobramentos potenciais para as Relações Internacionais, que também receberão breve referência. O primeiro desdobramento remete à atualidade do tema do desterro. As dificuldades com o discurso temporal da cidadania, expressas no Brasil, por exemplo, pelo preterimento do resgate da memória nacional na política oficial de patrimônio histórico (Schwartzman et al. 2000), confirmam a relevância do desterro e sua relação com uma “política que privilegi[e] as presenças múltiplas e desconjuntas dentro do espaço do Estado” (Shapiro, 2000, p. 82). Mas a limitação da referida política ao interior do Estado motiva indagação sobre a relação entre o desterro e o discurso espacial da cidadania. O ponto focal é a problemática da migração, que generalizaria o fenômeno do desterro (Rouanet, 2006). Nesse contexto, análises sobre o componente espacial da cidadania parecem ecoar o jogo de enraizamento e desterro observado em RB: “A busca de raízes, o desejo dos povos de manterem sua identidade e dos indivíduos de conhecerem e reconhecerem suas origens (...)

parece ser uma resposta, também marcante no nosso século, à diversidade abafada” (Mindlin, 2004, p. 10). Também o título do livro prefaciado por essa passagem (Bom Meihy, 2004), *Brasil fora de si*, ilustra as dificuldades do discurso de limites perante a condição de desterro espacial no sistema de Estados (cf. Butler & Spivak, 2007, p. 1-70), um desterro protagonizado pelos imigrantes brasileiros em Nova York, no caso do objeto de investigação desse livro.

O segundo desdobramento da hipótese sobre RB diz respeito à deriva que a noção de entre-lugar dá a um tema também discutido pela “problemática da anarquia”, à qual se fez referência na introdução. A ausência de governo central no sistema de Estados produz, na vertente realista de Relações Internacionais, o problema da “recorrência e repetição” (Wight, 1966b), isto é, da ausência de progresso histórico comparável ao que se dá no interior dos países – dos países “[d]a Europa ocidental, ao menos”, ressalva Wight (1966b, p. 26). Diante desse quadro, os realistas apropriam-se do repertório grego clássico para identificar uma tragédia na política internacional, pois a anarquia faz com que – como na leitura aristotélica das tragédias (Frost *apud* Lebow, 2007, p. 405) – os esforços dos atores para proteger o que lhes é importante redundem na destruição daquilo mesmo que é importante. A tragédia origina-se portanto no fato de que “o mundo tem vários atores que não apenas têm perspectivas éticas conflitantes como também comprometem-se forte e irredutivelmente com elas” (Lebow, 2007, p. 405). A consequência disso é a inexequibilidade de uma saída kantiana – “A única solução para a insegurança territorial é a paz perpétua” (Hont, 2005, p. 454) – e a confirmação da recorrência e da repetição.

O propósito desses apontamentos é realçar o contraste do encaminhamento realista com a temática da tragédia que se associou ao entre-lugar espaciotemporal de RB. Em Sérgio Buarque, o passado é tratado como recalitrância produtora de uma temporalidade híbrida, em que os conflitos permanecem em aberto (Vecchi, 2005). Mesmo que essa noção do trágico seja comparável – pelo elemento de recorrência e repetição – à do realismo, há uma diferença fundamental no que respeita ao lugar em que se diz ocorrer o conflito insuperável e às consequências daí retiradas. Em sua visada sobre os padrões sistêmicos de relacionamento entre os Estados, o realismo situa a tragédia fora dos Estados, e mais precisamente em seu inter-relacionamento. Nesse sentido, o entre-lugar indicado em RB pode acrescentar ainda uma dimensão à reflexão sobre o “inter” em internacional,

abrindo outra dimensão trágica no campo da disciplina. A circunscrição da vigência do progresso histórico interno aos países da Europa ocidental, feita por Wight (1966b) como que por via das dúvidas, coloca em jogo a previsão de que “a modernização dará fim a quaisquer anomalias do sistema internacional (...), e que o sistema internacional substantivo convergirá com o sistema formal” (Mushakoji, 1997, p. 96). Seria exagerado pretender que a ressalva de Wight se preste a tal conclusão, mas é adequado dizer que ela aponta para o que a análise de RB diz com maior desenvoltura. Com efeito, se o progresso histórico é atrapalhado pela temporalidade híbrida ou pela polifonia nacional em países não-europeus, segmentos periféricos do sistema internacional conhecerão tragédias de natureza diferente daquela enunciada pelo realismo.⁵⁹ Nesse segundo tipo de tragédia, em que se poderia ver o Brasil como uma “paisagem de ruínas modernas” (Mammì, 2005, p. 220),⁶⁰ estaria o potencial desdobramento da hipótese sobre RB para as Relações Internacionais.

As duas hipóteses reunidas nessa conclusão, baseadas nas análises que os capítulos 2 e 3 fizeram da enunciação de CGS, SM e RB, revelam limites e limiares do conceito de Estado no pensamento social brasileiro. À medida que suscitaram a reflexão sobre a identidade do Estado nesse pensamento, permitiram uma reflexão tentativa sobre a identidade do próprio campo internacional (cf. Bartelson, 1998, p. 295). Cabe concluir, nesse sentido, que a luz que as Relações Internacionais lançam no estudo do pensamento social brasileiro é por ele retribuída, alumando-se por este mesmo estudo algumas possíveis variantes no repertório das Relações Internacionais.

⁵⁹ Cumpre notar o reconhecimento de uma temporalidade diversa da periferia nas propostas cepalinas, o que entrava a aludida convergência entre o sistema internacional substantivo e o formal. Celso Furtado, em texto de 1971, escrevia que “O desenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade” (2000, p. 253).

⁶⁰ Sobre tragédia e ruínas, cf. Vecchi (2004) Para algumas apreciações sobre temas ligados à noção de entre-lugar aqui discutida no pensamento estético e social brasileiro contemporâneo, cf. Arantes (2004), Mammì (2005), Moura (2004), Naves (2007), Wisnik (2008, cap. 4).

5

Referências Bibliográficas

ABREU, J. C. de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1988. 295p.

AGNEW, J. Know-where: geographies of knowldge of world politics. **International Political Sociology**, n.1, 2007.

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes : formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSEN, N. A. **Discursive analytical strategies: Understanding Foucault, Koselleck, Laclau, Luhman**. Bristol: The Policy Press, 2003.

ANDERSON, B. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. Londres e Nova York: Verso, 1991.

ARANTES, P. E. A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização. In: Arantes, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

ARANTES, P. E. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: Arantes, P. E.; Arantes, O. B. F. **Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930**. São Paulo: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, R. B. de. *Sobrados e mucambos e Raízes do Brasil*. In: Miranda, M. do C. T. de. **Que somos nós?: 60 anos Sobrados e mucambos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana; Núcleo de Estudos Freyrianos, 2000.

ARAÚJO, R. B. de. Modernismo e ciências sociais no Brasil. In: **SEMINÁRIO de tropicologia: Brasil 500 anos de uma civilização tropical**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARRUDA, M. A. do N. Cultura brasileira e identidade nacional (comentário crítico). In: Miceli, S. **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS, Editora Sumaré; Brasília, DF: CAPES, 2002.

ASHLEY, R. The powers of anarchy: theory, sovereignty, and the domestication of global life. In: Der Derian, J. (Ed.). **International theory : critical investigations**. Nova York: New York University Press, 1995.

AVELINO FILHO, G. As Raízes de *Raízes do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, set. 1987.

AVELINO FILHO, G. Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 12, v. 5, jan. 1990.

AZEVEDO, J. L. **O marquês de Pombal e a sua época**. Lisboa: Clássica Editora, 1990.

BANDEIRA, M. **Crônicas da província do Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BARTELSON, J. **Imperial ideologies: the case of lusotropicology**. Artigo apresentado no 48º encontro anual da International Studies Association, Chicago, 2007.

BARTELSON, J. Second natures: is the state identical with itself? **European Journal of International Relations**, vol. 4, n. 3, 1998.

BARTELSON, J. **The critique of the state**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BASTOS, E. R. **As criaturas de Prometeu**: Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira. São Paulo: Global, 2006.

BASTOS, E. R. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: Moraes, R.; Antunes, R.; Ferrante, V. B. (Orgs.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BASTOS, E. R. Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um Diálogo. In: Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K. **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005

BOM MEIHY, J. C. S. **Brasil fora de si**: Experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BOWDEN, B. **Globalisation and the shifting ‘standard of civilization’ in international society**. Artigos da Jubilee Conference of the Australasian Political Studies Association, outubro de 2002. Disponível em: <http://auspsa.anu.edu.au/proceedings/2002/bowden.pdf>. Acesso: 12 de dezembro de 2005.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BRITO, R. Fluida modernidade. In: Nobre, A. L. et al. **Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea**. São Paulo; Cosac & Naify, 2004.

CALMON, P. **O Estado e o Direito N'Os Lusíadas**. Rio de Janeiro e Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945.

CALVINO, I. **Porquê ler os clássicos**. Lisboa: Editorial Teorema, 1991.

CAMÕES, L de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2005, Vol. Único.

CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. In: Candido, A. **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a.

CANDIDO, A. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: Candido, A. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CANDIDO, A. Literatura e subdesenvolvimento. In: Candido, A. **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b.

CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: Holanda, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Araújo, Ricardo Benzaquen & Schwarcz, Lilia Moritz (Eds.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006c.

CANDIDO, A. Sérgio em Berlim e depois. In: Candido, A. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CARDOSO, F. H. Um livro perene. In: Freyre, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

CARDOSO, F. H & FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 2.

CARPEAUX, O. M. **Ensaio Reunidos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, v.2 1946-1971.

COHN, G. O pensador do desterro. **Folha de São Paulo**, 23 de junho de 2002.

COSTA LIMA, L. **Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

COSTA LIMA, L. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

COSTA LIMA, L. **O redemunho do horror**: as margens do ocidente. São Paulo: Editora Planeta, 2003.

COSTA LIMA, L. **O romance em Cornélio Penna**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

COX, R. W. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: Walker, R.B.J. **Culture, ideology, and world order**. Boulder and London: Westview Press, 1984.

DARBY, P. **The fiction of imperialism**: reading between international relations & postcolonialism. Londres e Washington: Cassell, 1998.

DAMATTA, R. O Brasil como morada – apresentação para Sobrados e mucambos. In: Freyre, G. **Sobrados e mucambos** : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

DELEUZE, G. **Foucault**. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2006.

DIAS, M. O. L. da S. Negação das negações. In: Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K. **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault**: beyond structuralism and hermeneutics. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

EDKINS, J.; ZEHFUSS, M. Generalising the international. **Review of International Studies**, v. 31, n. 3, 2005.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, v.1 Uma história dos costumes.

ESTEVES, P. L. M. L. Cordialidade e familismo amoral: os dilemmas da modernização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 36, fev. 1998.

ESTEVES, P. L. M. L.. **Thinking at the periphery**. Artigo apresentado no 47th encontro anual da International Studies Association Meeting, San Diego, 2006.

FAORO, R. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, n. 17, mar.-mai. 1993.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, 1992.

FAORO, R. Existe um pensamento político brasileiro? **Estudos Avançados**, v. 1, n. 1, 1988.

FAORO, R. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: Faoro, R. **A República inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FASOLT, C. **The limits of history**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2004.

FERNANDES, L. Gilberto Freyre: O gênio da formação social brasileira. In: Rebelo, A. (Org.). **Gilberto Freyre e a formação do Brasil**. Brasília: Coordenação de Publicações do Congresso Nacional, 2000.

FERREIRA, T. S. H. Duas faces do gigante: os Estados Unidos nas visões de Eduardo Prado e Monteiro Lobato (notas sobre as relações Brasil/Estados Unidos). **Cena Internacional**, v. 10, 2008.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURBER, J.-J. **Metodologia filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006

FONSECA JR., G. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio, población: Curso en el Collège de France (1977-1978)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FOUCAULT, M. **The Foucault reader**. Edited by Paul Rabinow. Nova York: Pantheon Books, 1984.

FREYRE, G. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família Brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003a.

FREYRE, G. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREYRE, G. Prefácio. In: Hollanda, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2003b.

FUNDAÇÃO Alexandre de Gusmão. **Livros para conhecer o Brasil**. Brasília: IPRI: FUNAG, 2006.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 1.

GUZZINI, S. **Realism in international relations and international political economy**: the continuing story of a death foretold. Londres e Nova York: 1998.

GUZZINI, S; LAENDER, A. Wendt's constructivism: a relentless quest for synthesis. In: Guzzini, S.; Leander, A. **Constructivism in international relations**: Alexander Wendt and his critics. Oxon e Nova York: Routledge, 2006.

HANSEN, J. A. Esquema para Vieira. In: Rocha, J. C. de C. (Ed.). **Nenhum Brasil existe** : pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2003.

HINDESS, B. The past is another culture. **International Political Sociology**, n. 1, 2007.

HOLANDA, S. B. de. 2007. A instituição do Governo-Geral. In: Holanda, S. B. de. **A época colonial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, v. 1: Do descobrimento à expansão territorial (História Geral da Civilização Brasileira, v.1, t. 1).

HOLANDA, S. B. de. Memórias de um colono no Brasil. In: Holanda, S. B. de. **Livro dos prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

HOLANDA, S. B. de. O Lado oposto e outros lados. In: Holanda, S. B. de. **O espírito e a letra**: estudos e crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, v. 1 1902-1947.

HOLANDA, S. B. de. 2006. **Raízes do Brasil**. Araújo, R. B.; Schwarcz, L. M. (Eds.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLLANDA, S. B. de. 1936. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

HONT, I. 2005. **Jealousy of trade**: international competition and the nation-state in historical perspective. Cambridge, MA e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

INAYATULLAH, N; BLANEY, D. **International relations and the problem of difference**. Nova York e Londres: Routledge, 2004.

JAHN, B. **The cultural construction of international relations**: the invention of the state of nature. Nova York: Palgrave, 2000.

JASMIN, M. G. A viagem redonda de Raymundo Faoro em *Os donos do poder*. In: Rocha, J. C. de C. (Ed.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia.. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2003.

KRATOCHWIL, F. Re-thinking the “inter” in international politics. **Millenium**, v. 35, n. 3, 2007.

LACAPRA, D. **Rethinking intellectual history**: texts, contexts, language. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1983.

LAFER, C. O problema dos valores n’Os Lusíadas. **Separata da Revista Camoniana**, v. 2, 1965.

LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAFETÁ, J. L. **A crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

LEBOW, R. N. **Coercion, cooperation, and ethics in international relations**. Oxon e Nova York: Routledge, 2007.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneiro, 1976.

LÖWITH, K. **Max Weber and Karl Marx**. Londres e Nova York: Routledge, 1993.

MAMMÌ, L. Encalhes e desmanches: ruínas do modernismo na arte contemporânea brasileira. In: **VI Simpósio internacional dialogos ibero-americanos** : reenfocando visiones, problemas y posibilidades en el arte contemporáneo. Del 15 al 18 marzo de 2005. Valencia: Ed. Ivan Valencia; Instituto de Arte Modern; Fundación Astroc, 2005.

MEIHUIZEN, N. **Ordering empire**: the poetry of Camões, Pringle and Campbell. Berna: Peter Lang AG, 2007.

MILLIET, S.. À margem da obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 maio 1964. Suplemento Literário.

MINDLIN, B. Prefácio. In: Bom Meihy, J. C. S. **Brasil fora de si**: Experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MONTEIRO, P. M. Raízes rurais da família brasileira: um diálogo a partir de *Sobrados e mucambos* e *Raízes do Brasil*. In: Miranda, M. do C. T. de. **Que somos nós?**: 60 anos *Sobrados e mucambos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana; Núcleo de Estudos Freyrianos, 2000.

MONTEIRO, P. M. Uma tragédia familiar. In: Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K. **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

MORETTI, F. **Atlas do romance europeu: 1800-1900**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MOTA, C. G. Intérpretes do Brasil: Antonio Candido e Raymundo Faoro. In: Axt, G.; Schüller, F. L. (Orgs.). **Intérpretes do Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

MOTA, L. D. Introdução. In: Mota, L. D. **Um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, v. 1.

MOURA, G. **Frank Stella/Nuno Ramos**. Documentário. São Paulo, 2004.

MUSHAKOJI, K. Multilateralism in a multicultural world: notes for a theory of occultation. In: Cox, R. W. (Ed.). **The new realism: perspectives on multilateralism and world order**. Londres: MacMillan Press Ltd., 1997.

NAVES, R. **O vento e o moinho: ensaios sobre arte moderna e contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NABUCO, J. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

OLIVEIRA, S. S. Artigo de revista eletrônica. Carmem Miranda: Uma performance de Brasil - dos balangandãs à religiosidade. Hemispheric Institute for Performance and Politics, 2004. Disponível em: <http://hemi.nyu.edu/eng/seminar/usa/workgroups/sexualityreligion/Papers/paper_silvina_seabra.dwt>. Acesso em: 14 out. 2008.

OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: Miceli, S. **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS, Editora Sumaré; Brasília, DF: CAPES, 2002.

ONU, N; ONU, P. **Nations, markets and war: modern history and the American Civil War**. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2006.

ONU, N. **The republican legacy in international thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

PINTO, F. M. **Peregrinação**. Mem Martins: Europa-América, 1989, Vol. 1.

PIVA, L. G. **Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.

POLAYNI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRIORE, M. del. *Sobrados e mucambos*: “a carne e a pedra” no Brasil oitocentista. In: Rocha, J. C. de C. (Ed.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia.. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2003.

PUNTONI, P. A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional. In: Falcão, J.; Araújo, R. M. B. de. (Orgs.). **O imperador das idéias**: Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

RICARDO, C. Variações sobre o “homem cordial”. In: Hollanda, S. B. de. 2006. **Raízes do Brasil**. Araújo, R. B.; Schwarcz, L. M. (Eds.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

REUS-SMIT, C. **The moral purpose of the state**: culture, social identity, and institutional rationality in International Relations. Princeton: Princeton university Press, 1999.

RICUPERO, B. **Sete Lições as Interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, J. C. de C. “Nenhum Brasil Existe”: Poesia Como História Cultural. In: Rocha, J. C. de C. (Ed.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia.. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2003.

ROCHA, J. C. de C. **O Exílio do Homem Cordial**: Ensaios e Revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

RORTY, R. **Contingency, irony, and solidarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

ROUANET, S. P. Desterrados na própria terra. **O Estado de São Paulo**, 22 de outubro de 2006.

RUBINO, S. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre. In: Kosminsky, E. V.; Lépine, C.; Peixoto, F. A. (Orgs.). **Gilberto Freyre em quarto tempos**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

SALLUM, B. Gilberto Freyre – *Sobrados e mucambos*. Mota, L. D. **Um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999, v. 2.

SALLUM, B. Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil*. In: Mota, L. D. **Um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, v. 1.

SANTIAGO, S. **As raízes e o labirinto da América Latina**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SANTIAGO, S. Introdução geral. In: Santiago, S. (Org.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

SANTIAGO, S. **O cosmopolitismo do pobre**: Crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SCHMIDT, B. C. 1998. **The political discourse of anarchy**: a disciplinary history of International Relations. Nova York: State University of New York Press, 1998.

SCHMITT, C. **The concept of the political**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2007.

SCHWARTZMAN, S. As ciências sociais brasileiras no século XX. In: Rocha, J. C. de C. (Ed.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2003.

SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

SCHWARZ, R. **Que horas são?**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SHAPIRO, M. National times and other times: re-thinking citizenship. **Cultural Studies**, v. 14, n. 1, 2000.

SHAPIRO, M. J. **Methods and nations**: cultural governance and the indigenous subject. London: Routledge, 2004.

SHAPIRO, M J. The ethics of encounter: unreading, unmapping the imperium. In: Campbell, D; Shapiro, M (Eds.). **Moral spaces** : rethinking ethics and world politics. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1999.

SINGER, J. D. The level-of-analysis problem in international relations. **World Politics**, v. 14, n. 1, out. 1961.

SKIDMORE, T. E. **O Brasil visto de fora**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SMITH, R. M. **Stories of peoplehood**: the politics and morals of political membership. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SMITH, S. The discipline of International Relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Studies**, v. 2

SOUZA, J. A atualidade de Gilberto Freyre. In: Kosminsky, E. V.; Lépine, C.; Peixoto, F. A. (Orgs.). **Gilberto Freyre em quarto tempos**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

SOUZA, R. L. **Identidade nacional e modernidade brasileira**: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cinha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

THOMAS, C; WILKIN, P. Still waiting after all these years: 'the third world' on the periphery of International Relations. **British Journal of Politics and International Relations**, v.6, 2004.

TICKNER, A. Seeing IR differently: notes from the third world. **Millenium**, v.32, n.2, 2003.

VARGAS, E. V. **O legado do discurso** : brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília: Funag, 2007.

VECCHI, R. Atlas intersticial do tempo do fim: "Nossa Revolução". In: Pesavento, S. J. (Org.). **Um historiador nas fronteiras**: os Brasil de Sérgio Buarque de Holanda: Ed. UFMG, 2005.

VECCHI, R. O que resta do trágico. Uma abordagem no limiar da modernidade cultural brasileira. In: Finazzi-Agrò, E.; Vecchi, R. São Paulo: Unimarco Editora, 2004.

WAEVER, O. The sociology of a not so international discipline: American and European developments in International relations. **International Organization**, v. 52, n. 4, 1998.

WALKER, R.B.J. After the future: enclosures, connections, politics. In: Falk, R.; Ruiz, L.; Walker, R.B.J. (Eds.). **Reframing the international**: law, culture, politics. Nova York: Routledge, 2002.

WALKER, R.B.J. From international relations to world politics. In: Camilleri, J. A. & Jarvis, A. P. & Paolini, A. J. **The state in transition** : Reimagining Political Space. Boulder, Co.: Lynne Rienner, 1995a.

WALKER, R.B.J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995b.

WALKER, R.B.J. **The doubled outsides of the modern international**. Artigo apresentado na 5ª International Conference on Diversity in Organizations, Communities and Nations, Central Institute of Ethnic Administrators, Pequim, China, 30 de junho a 3 de julho de 2005.

WEBER, C. **Simulating sovereignty** : intervention, the state and symbolic exchange. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WEBER, M. 2007. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2007.

WEBER, M. Weber, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Antônio Flávio Pierucci (Ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

WEGNER, R. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WENDT, A. **Social theory of international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, M. Western values in International Relations. In: Butterfield, H.; Wight, M. (Eds.). **Diplomatic investigations** : essays in the theory of international politics. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966a.

WIGHT, M. 1966b Why is there no international theory? In: Butterfield, H.; Wight, M. (Eds.). **Diplomatic investigations** : essays in the theory of international politics. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966b.

WISNIK, J. M. **Veneno remédio** : O futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)